



Universidades Lusíada

Martins, Hélder Tiago Ferreira Dias

Caracterização urbanística e arquitectónica de uma vila rural transmontana : Torre de Moncorvo

<http://hdl.handle.net/11067/6802>

Metadados

Data de Publicação

2008

Resumo

Algures em Trás-os-Montes, não muito longe da fronteira com a Espanha, a poucos quilómetros da margem direito do Douro, cercada a Norte e Noroeste pelo rio Sabor e a Sul pela Serra do Reboredo, temos a Vila de Torre de Moncorvo cantada pelos poetas como a Sintra transmontana e princesado Roboredo. Conta com 53.277 hectares de superfície repartida por dezassete freguesias. Os dois principais acidentes geográficos são a Serra do Roboredo, considerado o maior jazigo de Ferro da Europa e o Vale da V...

Somewhere in Trás-os-Montes, not far from the Spanish border, a few kilometrers from the right bank of the Douro river, surrounded on the north and northeast by the river Sabor e south by the Reboredo mountains, there is small town of Torre de Moncorvo, sang by the poets as the sintra in Trás-os-Montes and the princess of Reboredo. It has about 53,277 hectares of surface, divided in seventeen parishes. The two main geographical accidents are the Reboredo mountains, considered the greatest depo...

Palavras Chave

Arquitetura, Arquitetura e Paisagem, Arquitetura popular - Portugal, Planeamento urbano - Portugal - Torre de Moncorvo

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-12-25T19:59:27Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

**CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA E
ARQUITECTÓNICA DE UMA VILA RURAL
TRANSMONTANA - TORRE DE MONCORVO**

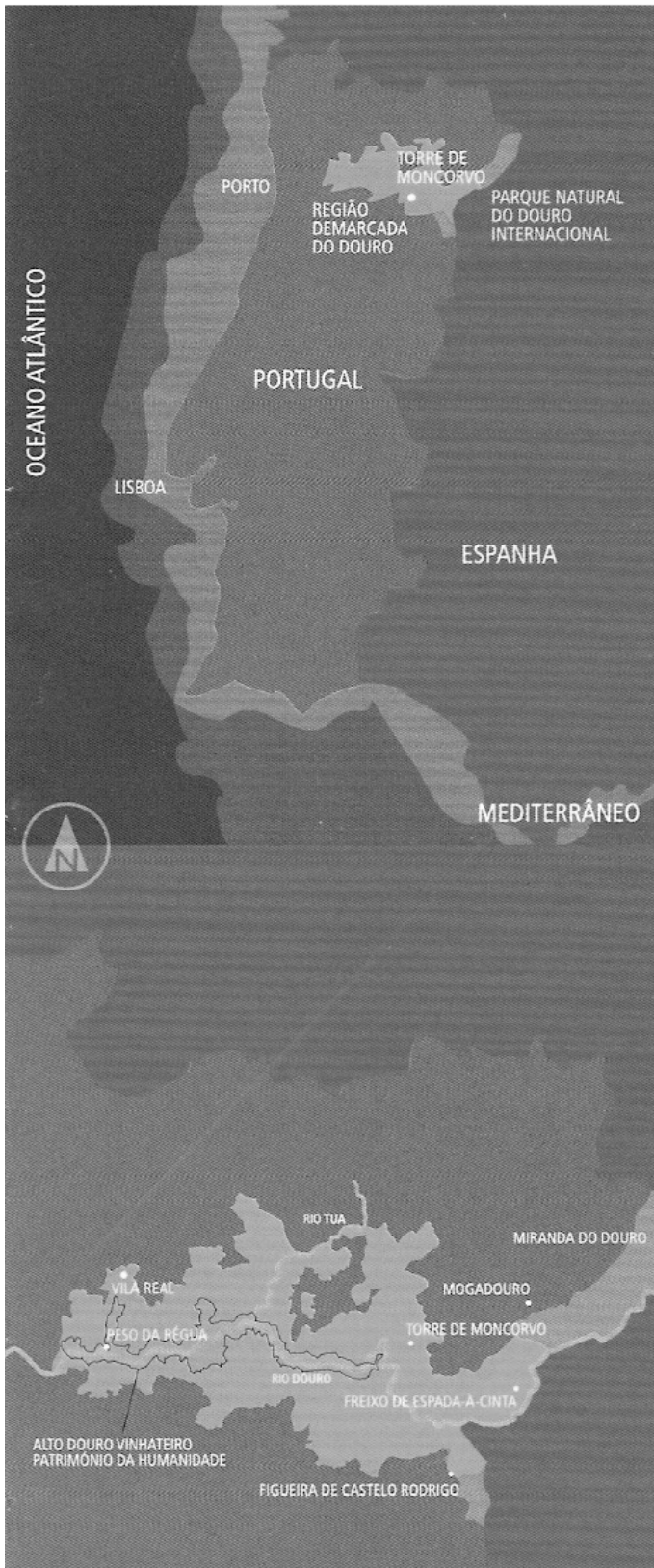
Hélder Tiago Ferreira Dias Martins

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Porto - 2008

CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA E ARQUITECTÓNICA
DE UMA VILA RURAL
TRANSMONTANA - TORRE DE
MONCORVO





Fonte: Posto de Turismo de Torre de Moncorvo

Aos meus pais, irmão e avós, pela força e coragem que sempre me deram para enfrentar este tão desejado curso, à minha cunhada que também sempre me animou e muitas das vezes me ajudou e à minha namorada pelo apoio, ânimo, companhia e ajuda que sempre me transmitiu no decorrer desta carreira académica.

Agradecimentos:

Foi sem dúvida graças à colaboração de muitas pessoas ligadas principalmente à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e à Biblioteca, que eu pude concretizar esta caracterização urbanística e arquitectónica referente a esta vila transmontana. Como bons transmontanos, gente (povo), humilde, calorosa (acolhedora) e sérios que são, aqui vai o meu agradecimento essencialmente à arquitecta Ana Rodrigues e Dr^a. Maria João Moita pela atenção e contributo no fornecimento de informação sobre a área em estudo.

Não poderia deixar de agradecer ao Professor Dr. Armando Nogueira e ao meu co-orientador na pessoa de Prof. Arquitecto João Paulo Delgado pela colaboração no trabalho que aqui apresento.

Fica ainda o meu agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Maria do Nascimento Xavier Diogo.

Índice:

Introdução.....p. 19

Capítulo I

1 – Caracterização Física de Torre de Moncorvop. 25

1.1 – Situação geográfica e climatológicap. 25

1.2 – Caracterização física e geomorfológica da zona em estudop. 29

1.3 – A influência do ambiente natural e a diversidade da paisagem em Torre de Moncorvop. 34

Capítulo II

2 – Caracterização Histórica e Humana de Torre de Moncorvop. 39

2.1 – Evolução históricap. 39

2.2 – Caracterização demográficap. 46

2.3 – A economia local: agricultura, indústria, feiras, cordoaria e ferrariasp. 50

2.4 – Tipos de comércio, serviços e lazerp. 64

Capítulo III

3 – Planeamento Urbanístico e Arquitectónicop. 69

3.1 – Arquitectura popular portuguesa na zona de Trás-os-Montesp. 69

3.2 – Desenvolvimento da estrutura urbana e rural .p. 85

3.3 – Os arruamentosp. 91

3.4 – Tipos de habitação: casa típica, mobiliário e outros acessóriosp. 105

3.5 – Arquitectura religiosa e civil (igrejas e solares)p. 113

Conclusãop. 128

Bibliografiap. 133

Resumo

Algures em Trás-os-Montes, não muito longe da fronteira com Espanha, a poucos quilómetros da margem direita do Douro, cercada a Norte e Noroeste pelo rio Sabor e a Sul pela Serra do Reboredo, temos a Vila de Torre de Moncorvo cantada pelos poetas como a Sintra transmontana e princesa do Reboredo. Conta com 53.277 hectares de superfície repartida por dezassete freguesias.

Os dois principais acidentes geográficos são a Serra do Reboredo, considerado o maior jazigo de Ferro da Europa e o Vale da Vilariça pelas suas cheias tornou-se um terreno altamente produtivo.

A paisagem nas margens dos rios Sabor e Douro é considerada do belo – horrível pelo seu terreno íngreme e sua vegetação rasteira, natural e selvagem.

Torre de Moncorvo terá nascido de uma remota Vila da Alta Idade Média, que em documentos antigos vem designada, Vila Velha de Santa Cruz da Vilariça.

Segundo a tradição, os habitantes, desta povoação devido à insalubridade do local e dos estragos sofridos com as Razias Mouriscas tão frequentes na época, abandonaram-na e deslocaram-se para um lugar mais arejado no Sopé da Serra do Reboredo.

Possuidora de uma arquitectura muito característica da zona, apresenta inúmeros edifícios de valor arquitectónico destacando-se principalmente a sua Igreja Matriz.

Abstract

Somewhere in Trás-os-Montes, not far from the Spanish border, a few kilometres from the right bank of the Douro river, surrounded on the north and northeast by the river Sabor and south by the Reboredo mountains, there is a small town of Torre de Moncorvo, sang by the poets as the sintra in Trás-os-Montes and the princess of Reboredo.

It has about 53,277 hectares of surface, divided in seventeen parishes.

The two main geographical accidents are the Reboredo mountains, considered the greatest deposit of iron in Europe, and the Vilarica Valley known of the floods that turned its lands highly productive.

The landscape in the banks of the rivers Sabor and Douro is considered the beautiful-horrible, for its steep land and its low-lying natural and wild vegetation.

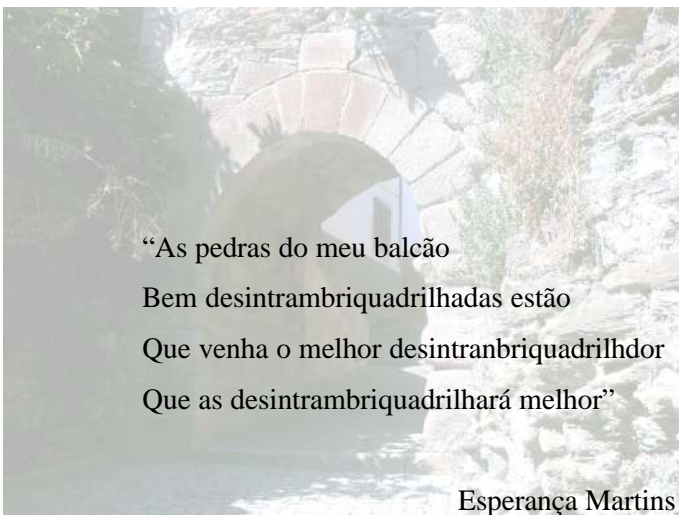
Torre de Moncorvo is believed to be born from an ancient small town, from the high middle age, which in old documents was named Vila Velha de Santa Cruz da Vilarica.

The tradition says that the inhabitants of this populace, due to the lack of health conditions of the place, and due to the damages suffered with the Raízes Mouriscas, so frequent in that time, abandoned it and moved to a airy place on the bottom of the Reboredo mountains.

It has a very typical architecture of the area and buildings with a high architecture value, from which we can highlight the local Church.

Palavras – Chave

- Arquitectura
- Antropologia
- Torre de Moncorvo
- Urbano / Rural
- Vernácula



Introdução

Após concluir o plano curricular do curso de arquitectura da Universidade Lusíada do Porto, impõem-se a escolha de um tema para a elaboração de uma dissertação de mestrado que culminará com a finalização do percurso académico do curso de arquitectura.

A elaboração do presente trabalho enquanto estudo de caso, propõem aprofundar um mais amplo conhecimento ainda que tímido de uma Vila rural transmontana, Torre de Moncorvo.

Beijada pelo sol suave de Inverno e ardente de verão, Torre de Moncorvo leva o povo a confirmar o velho ditado de que lá se vivem nove meses de Inverno e três de inferno.

Este trabalho, longe de ser perfeito e completo, tem como ponto de partida o estudo da relação do homem com o aglomerado e com a paisagem envolvente na Vila de Torre de Moncorvo dando origem ao tema que aqui se apresenta **Caracterização Urbanística e Arquitectónica de uma Vila Rural Transmontana – Torre de Moncorvo**, ajudando-nos a entender melhor esta Vila, na sua essência, nos seus limites e nos seus enigmas.

Contudo, recordaremos que esta preocupação nem sempre foi tão nítida, apesar do candidato a este trabalho, passar a maior parte das férias, ter familiares nesta vila e uma grande admiração por este tipo de aglomerados.

Só mais tarde, no período de formação

académica ao abordar as temáticas antropológicas, nomeadamente o estudo antropológico num pequeno núcleo rural, tivemos consciência da verdadeira mensagem que esta vila transmite, tentando se afirmar como uma vila com vontade de crescer e chegar além fronteiras, sem deixar para trás o seu passado.

A principal preocupação é procurar obter o maior número de respostas em relação a esta vila transmontana, nomeadamente a sua história e as suas raízes, o seu enquadramento geográfico e de que forma influencia esta vila.

Nesse sentido, como qualquer estudo, este processo inicia-se pela caracterização física de Torre de Moncorvo passando depois a uma abordagem na vertente histórica e humana do território, tentando perceber como foi a sua evolução ao longo dos séculos.

Assim, o primeiro objectivo que nos propomos apresentar é o enquadramento físico e histórico da Vila de Torre de Moncorvo, sendo este ponto definidor da primeira parte do trabalho.

Tentaremos prosseguir o nosso estudo debruçando-nos sobre planeamento urbanístico e arquitectónico, talvez o que mais nos alicia, começando aqui por elaborar uma introdução com a caracterização da arquitectura popular da zona de Trás-os-Montes para depois passarmos ao estudo da evolução da própria Vila de Torre de Moncorvo, ao nível da sua malha estrutural, os tipos de arruamentos, os tipos de habitação e até mesmo pelo estudo de alguns equipamentos religiosos mais

identificativos.

De certo modo tentaremos perceber os traços mais evidentes que constituem uma presença de formas dominantes da arquitectura de núcleos individualizados na sua expressão de casos nativos, integrados numa paisagem característica, mas correspondendo ao que se pode chamar de humanização local, ou paisagem humana local. A explicação poderá estar na consideração das formas de viver nestas paragens afastadas das grandes cidades, transcorrendo entre limites não muito claros entre o céu e a terra, numa pintura inacabada que o tempo vai moldando as cores, as formas...mas jamais a sua magia e a sua tranquilidade.

Capítulo I



1 - Caracterização Física de Torre de Moncorvo

Geralmente, quando pretendemos descrever alguma pessoa, edifício, lugar ou outra coisa que seja, começamos sempre por elaborar uma caracterização física daquilo que nos estamos a referir. É neste contexto que irá ser baseado este primeiro capítulo. Aqui, irá ser delineada uma breve apresentação do concelho de Torre de Moncorvo, atendendo à sua implantação física no espaço circundante. Abordar-se-ão temas como o clima, o subsolo e o solo, tomando como referência todo o espaço físico concelhio. Falar-se-á ainda nos recursos naturais de uma forma muito sucinta, mais concretamente no que respeitará à aptidão dos solos, aos recursos minerais e aos recursos hídricos.

1.1 - Situação geográfica e climatológica

Torre de Moncorvo é uma vila transmontana, sede de concelho que se situa no distrito de Bragança, e enquadra-se na sub-região do Douro Superior.

A vila encontra-se localizada no sopé da longa montanha do Reboredo, entre os rios Douro e Sabor. Concelho claramente rural, com uma área de 542,72 km², integra-se na Região de Turismo do Nordeste Transmontano e confina a Norte com os municípios de Vila Flor, Alfândega da Fé e Mogadouro, a Sul com o rio Douro, a Este com o município de Freixo de Espada à Cinta, a Oeste com o

Fig.1 - Mapa de Portugal (localização da Região Demarcada do Douro)



Fig.2 - Mapa do Concelho com as suas freguesias



município de Carrazeda de Ansiães, a Nordeste com Mogadouro, a Noroeste com Vila Flor, a Sudeste com Freixo de Espada à Cinta e a Sudoeste com Vila Nova de Foz Côa (1).

Torre de Moncorvo enquadra nos finais do século XIX as freguesias de Açoreira com a anexa freguesia de Sequeiros, Adeganha com as anexas freguesias de Póvoa, Estevais, Nozelos, e Junqueira, Cabeça Boa com as anexas freguesias de Cabeça de Muro, Cabanas de baixo, Cabanas de Cima e Foz do Sabor, Cardanha, Carviçais com a anexa Quintas da Macieirinha, Castedo, Felgar, Felgueiras, Horta da Vilariça com a anexa freguesia de Vide, Larinho, Lousa, Maçores, Moncorvo, Rego da Barca, Mós, Peredo dos Castelhanos, Souto da Velha e Urros.

Fig.3 - Mapa do Concelho com as suas confrontações



Esta vila transmuntana, possui um subsolo riquíssimo em ferro do qual a maioria são vestígios de remotas explorações, havendo numa área de 30 km montes de escórias, que chegavam a atingir muitos metros cúbicos de volume. Aliada a esta riqueza mineral está a fertilidade do solo uma vez que se encontra a pouca distância o mais produtivo rincão do solo português que é o chamado Vale da Vilariça.

Possui ainda uma magnífica posição estratégica, uma vez que foi ponto de passagem entre Bragança e o resto do país até à construção da nova estrada que liga Bragança a Vila Real, por Mirandela, mais conhecida por IP4.

(1) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001, p.25

No âmbito da climatologia, Torre de Moncorvo apresenta características climáticas do interior, ou seja, muito quente e seco no Verão, frio e pouco húmido no Inverno. Normalmente as temperaturas máximas entre os meses de Julho e Setembro ultrapassam os 35°C e as temperaturas mínimas durante os meses de Novembro a Maio são negativas e chegam muitas das vezes a atingir os 10°C negativos entre os meses de Janeiro e Fevereiro. As amplitudes térmicas anuais são assim grandes, atingindo um máximo de 29°C no mês de Julho (2).

Analisando todos estes valores podemos proferir que os valores médios mensais da temperatura em Torre de Moncorvo rondam os 20°C nos meses de Agosto e os 6°C em Janeiro, sendo a temperatura média anual de 15°C, com uma amplitude térmica média de 18°C.

Quanto à pluviosidades, os valores apresentados são normalmente muito baixos, pois as precipitações médias anuais andam à volta dos 500 a 600 l/m² nos anos mais secos e chegam a ultrapassar ligeiramente os 1000 l/m² nos anos mais chuvosos.

No que diz respeito aos valores da humidade relativa podemos constatar na figura ao lado, que se revelam em Dezembro e Janeiro valores máximos a rondar os 75% enquanto que os valores mínimos atingidos em Julho e Agosto apresentam-se ligeiramente superiores a 30% o que origina grandes variações ao longo do ano e faz com que o valor médio anual da humidade relativa seja de 63%.

Gráfico 1 - Temperaturas médias mensais

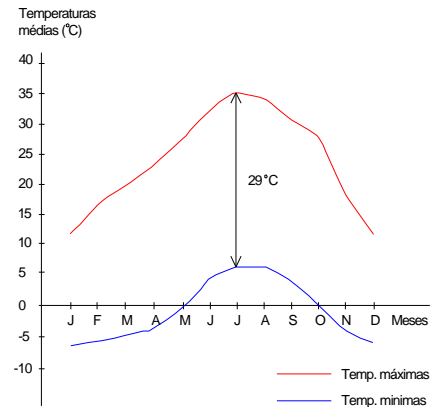


Gráfico 2 - Temperaturas médias mensais

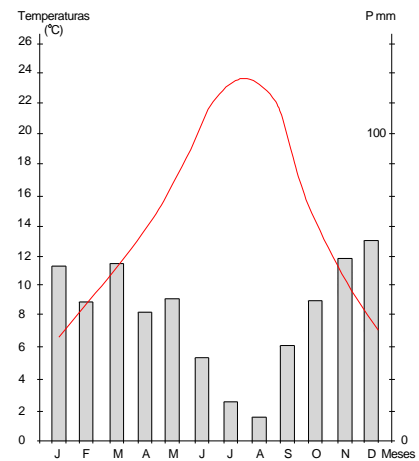
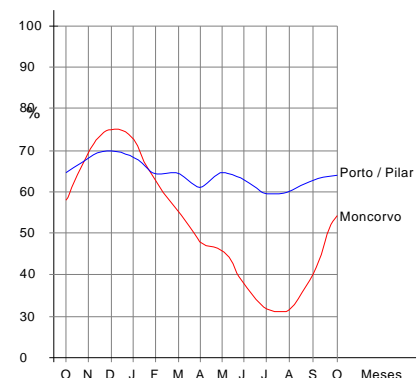
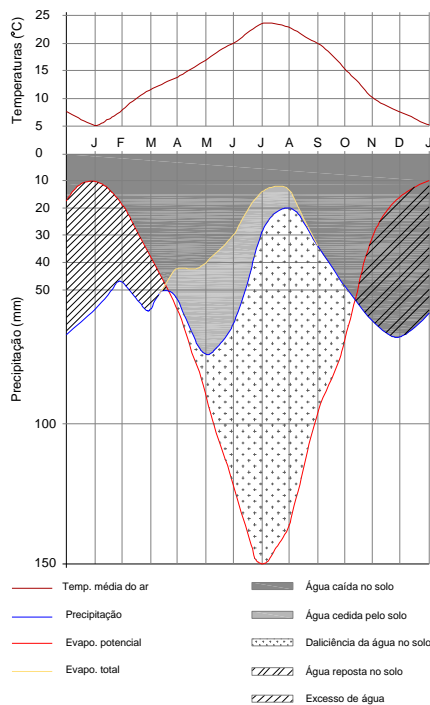


Gráfico 3 - Humidade relativa



(2) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.26

Gráfico 4 - Perfil do balanço hídrico de Torre de Moncorvo



Quadro 1 - Regime das perturbações atmosféricas

Regime das perturbações atmosféricas	Meses											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Nº de observações de calma	36.5	32.7	23.5	15.0	11.4	10.6	11.3	12.6	18.0	32.7	39.1	42.0
Nº de observações de vento	56.5	52.1	69.5	75.0	71.6	79.4	81.7	80.4	72.0	60.3	50.9	51.0
Velocidade média do vento (km/h)	6.2	6.4	7.8	7.9	7.1	6.4	5.9	6.0	5.6	5.4	6.3	6.1
Valores médios do nº de dias do mês com:												
- nevoeiro	4.5	1.6	0.3	-----	-----	-----	-----	-----	-----	0.4	1.7	5.2
- geada	8.8	9.0	3.1	0.3	-----	-----	-----	-----	-----	0.8	5.7	7.8
- trovoadas	0.1	0.1	0.6	0.8	1.7	2.8	1.4	1.2	1.0	0.4	0.1	0.2
- precipitação de neve	0.9	0.7	0.2	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	0.4
- precipitação de granizo	-----	0.2	0.3	0.4	0.3	0.2	0.1	0.1	-----	-----	-----	0.1
- precipitação de saraiva	0.2	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

(3) **evapotranspiração** - diz respeito à perda de água por evaporação da superfície do solo e por transpiração das plantas, o que faz que, se a sua perda for total, as plantas passam a utilizar as reservas hídricas das rochas.

(4) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.26

(5) Idem, Ibidem, p.27

(6) Idem, Ibidem, p.27

(7) Idem, Ibidem, p.27

Se considerarmos por exemplo elementos mais complexos como a **evapotranspiração** (3), visando a classificação climática segundo Koppen vamos constatar que o clima de Torre de Moncorvo vai se aproximar muito dos climas secos de Koppen do tipo B, ou seja daqueles em que a precipitação é inferior à evapotranspiração potencial. Desde meados de Outubro até finais de Março, a precipitação é normalmente superior à evapotranspiração no mesmo período o que origina na maior parte das vezes a construção de reservas de água no solo que permitem a manutenção da vegetação arbórea - arbustiva durante o Verão, sendo esta situação uma característica dos climas das zonas temperadas quentes (4).

No âmbito das perturbações atmosféricas podemos verificar segundo dados registados na estação meteorológica de Moncorvo que:

- O estado do tempo é condicionado pela ocorrência de ventos dominantes nos rumos SW e NE, cuja velocidade média varia entre os 5 e os 8 km/h (5);

- Ocorrem nevoeiros de irradiação, ou seja de baixas continentais durante a noite e madrugada nos meses de Outono, Inverno e Primavera, contudo nos meses mais frios estes nevoeiros são mais persistentes nos fundos dos vales (6);

- Há formação de geada entre os meses de Novembro a Março, tendo especial incidência em Fevereiro e Janeiro (7);

- Esta área está sujeita à ocorrência de trovoadas durante a Primavera e Verão, havendo maior

incidência nos meses de Maio e Junho (8).

Em suma conclui-se que a região denominada de Douro Superior, embora com várias expressões mesoclimáticas, caracteriza-se sempre com Invernos muito frios e Verões muito quentes e secos.

1.2 - Caracterização física e geomorfológica da zona de estudo

A vila de Torre de Moncorvo encontra-se integrada no agrupamento dos concelhos do Vale do Douro Superior no nordeste Transmontano. É um concelho com características bastante vincadas e com uma área total de 53277 ha, encontrando-se dividida em três grandes áreas distintas, sendo elas:

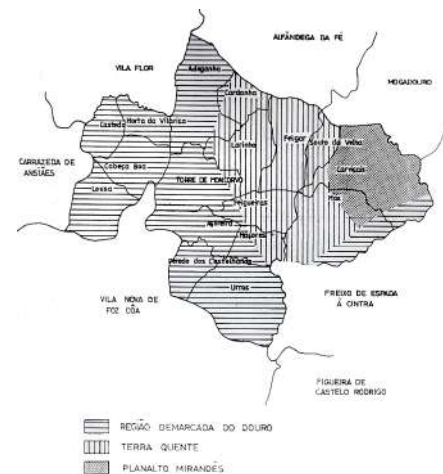
- A região demarcada do Douro, que abrange toda a parte Oeste do concelho até ao meridiano e que consegue passar entre as freguesias de Açoreira e Felgueiras, abrangendo ainda toda a faixa Sudoeste do concelho (9);

- A terra quente, que corresponde à área central do concelho desde, o limite da região demarcada do Douro até muito próximo do meridiano da freguesia de Carviçais (10);

- O planalto Mirandês, que se encontra apenas representado pelo canto Este do concelho e que tem partida na freguesia de Carviçais (11);

Isto permite-nos dizer de uma forma muito geral que os limites do concelho de Torre de Moncorvo acompanham os elementos geomorfológicos.

Fig. 4 - Mapa das zonas homogêneas



(8) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.27

(9) Plano Director Municipal de Torre de Moncorvo, volume I, 1993, p.1

(10) Idem, Ibidem, p.1

(11) Idem, Ibidem, p.1

Fig. 5 - Esboço lito-geológico

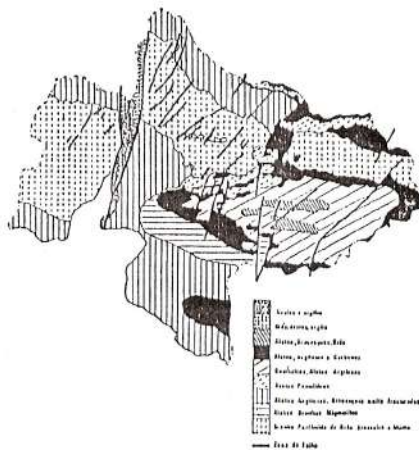
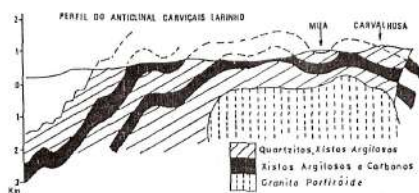


Fig. 6 - Perfil do anticlinal (Carviçais e Larinho)



A nível morfológico esta vila insere-se na área da Meseta Ibérica, mais especificamente na submeseta Setentrional. Ao nível do subsolo podemos encontrar rochas eruptivas constituídas por acontecimentos de granito, em geral porfiroide, em amplas áreas concelhias. É também muito provável encontrarmos aluviões antigos e actuais no Vale da Vilarça que se traduzem por camadas de grés, areia e argila, assim como também podemos detectar alguns complexos de xisto e de quartzitos na metade Sul do concelho. Contudo é muito provável no concelho de Torre de Moncorvo encontrarem numerosas zonas de falhas, o que traduz as grandes variações tectónicas verificadas na região, implicando um estado de profundas alterações das rochas. Assim sendo, o granito é encontrado com frequência meteorizado até profundidades superiores a cinco metros, apresentando-se com alterações químicas consideráveis e grandes fragmentações, daí que o substrato litológico se constitua não como um meio mais permeável, favorecendo a retenção de águas, reserva mineral e elementos nutritivos (12).

Outro factor orogénico, para além das variações tectónicas, que tem influência na conformação orográfica, é a actuação erosiva das águas ao longo do tempo. Todo este fenómeno devido ao aprofundamento dos terrenos xistosos mais suaves, permite o encaixar do rio Douro e seus afluentes em vales enquadrados por relevos acidentados. Como podemos observar no esboço morfológico apresentado, os casos mais extremos do concelho de Torre de

(12) Câmara municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.28 e 29

Moncorvo são o extenso Vale da Vilariça que constitui uma das áreas mais férteis de Trás-os-Montes e que se encontra a cerca de 200 metros de altitude e a Serra do Reboredo que se encontra a cerca de 900 metros de altitude e que é uma das cristas quartzíticas do antigo paleoplanalto mais resistente à erosão.

Aptidão dos Solos:

No que diz respeito à aptidão dos solos e atendendo às características físicas já mencionadas atrás (relevo acidentado, grandes declives e zona de fraca pluviosidade), a área de estudo apresenta uma capacidade de uso agrícola inferior a 5% da área total do concelho, ou seja, segundo dados recolhidos pelos peritos responsáveis por estes estudos, apenas 3,5% da área do concelho apresenta capacidade para o uso agrícola enquanto que 85,4% correspondem à área exclusivamente não agrícola. Este valor é obtido pelo facto de existirem socalcos armados em declives não superiores a 8% daí que os peritos tenham tomado como critério a exclusão de áreas susceptíveis de aproveitamento, dado o tipo de culturas como a vinha e a amendoeira, que exigem pouca espessura dos solos desde que as disposições de xisto sejam as adequadas e pelas possibilidades de recurso ao socalcamento cujas pendentes andam na ordem dos 25%. Mesmo assim, podemos constatar que a área com maior aptidão agrícola e que aqui em Torre de Moncorvo assume maior expressão é a que corresponde ao Vale da Vilariça, provavelmente pela sua abundância em água

Fig. 7 - Esboço morfológico

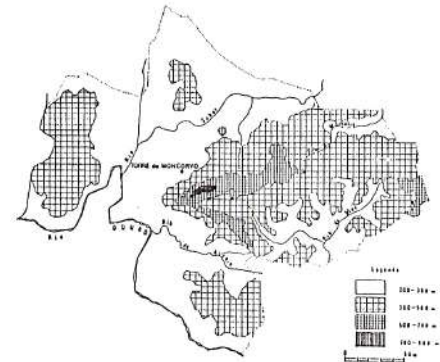
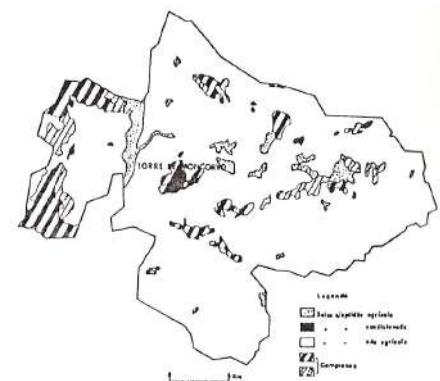


Fig. 8 - Capacidade de uso do solo



tornando assim o solo mais fértil (13).

Recursos Hídricos:

Na área concelhia em estudo os recursos hídricos têm também uma relevante importância, apesar de serem superficiais e muito raros. Estes recursos limitam-se apenas ao rio Douro e seus afluentes. Apesar de serem tão limitados entre estes, assumem especial importância o rio Sabor e a ribeira da Vilariça, podendo-se ainda assinalar as ribeiras de Santa Marinha de Arroio e de Mós (14).

Contudo o concelho ainda é possuidor de vários recursos hídricos subterrâneos, localizando-se estes nas planícies constituídas por aluviões, nas superfícies fortemente aplanadas e nas zonas de falha como podemos observar no mapa aqui apresentado (15).

Assim sendo concluir-se-á que a grande parte de água deste concelho não detém potencialidades quanto a recursos hídricos subterrâneos, destacando-se apenas a zona do Vale da Vilariça que apresenta boas potencialidades de irrigação assim como algumas áreas de freguesias vizinhas como é o caso da Adeganha, Açoreira e Peredo dos Castelhanos.

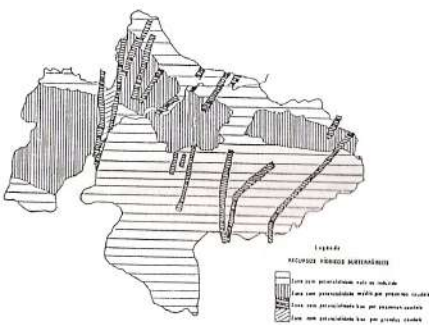
Recursos Minerais:

Como não podemos ficar por aqui ao nível da morfologia do concelho de Torre de Moncorvo, não podemos deixar esquecido os recursos minerais que nele subsistem.

Fig. 9 - Recursos hídricos de superfície



Fig. 10 - Recursos hídricos subterrâneos



(13) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.31

(14) Idem, *Ibidem*, p.32

(15) Idem, *Ibidem*, p.33

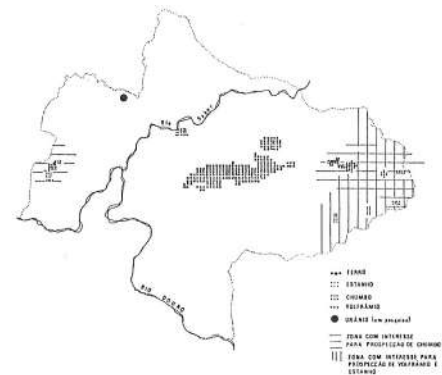
Considerado como a maior jazida de minério de ferro da Europa, a área concelhia em estudo mostra-nos inúmeros recursos no subsolo que são o ferro e o minério. As reservas de ferro que existem no concelho e que ainda hoje são visíveis os vestígios das escavações feitas pelos mineiros que aqui trabalhavam, são consideradas as mais importantes da Europa.

Este minério que aqui se extraía, apresentava diferentes aspectos sendo eles positivos e negativos. Geralmente eram positivos quando tinham estrutura e posição favorável à lavra a céu aberto e negativos quando possuíam elevado teor em fósforo, pois acarretavam baixos teores de ferro (30 – 40%) o que colocava o minério numa categoria chamada de **bastard** (16).

Os acontecimentos do minério distribuíam-se em cinco jazigos que eram: Mua, Carvalhosa, Cotovia, Pedrada e Apriscos, reunidos nas freguesias de Felgar e Moncorvo. Nos arredores do concelho encontram-se ainda minas de chumbo, estanho e volfrâmio, mais concretamente nas freguesias de Mós, Carviçais e Larinho. Na freguesia da Horta da Vilariça podemos também encontrar restos de urânio cujas reservas apontavam geralmente para 500 toneladas (17).

Destas ocorrências, geralmente extraía-se o granito porfiróide de grão grosso e médio apesar de não ter grande utilização industrial. Quanto às areias, ocorriam em pequenos aluviões do rio Sabor e eram extraídas geralmente por retirada directa do mesmo rio (18).

Fig. 11 - Esboço dos recursos minerais



(16) **bastard** - isto significava que nem era um bom minério de ferro, nem era um bom minério de fósforo.

(17) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.34

(18) Idem, *Ibidem*, p.34

1.3 - A influência do ambiente natural e a diversidade da paisagem em Torre de Moncorvo

Fig. 12 - Fotografia da paisagem



Ao falarmos de ambiente natural e diversidade da paisagem estamos segundo a nossa óptica a tocar num aspecto que merece consideração, pois poderá ser um factor importante na formação física e ordenada dos vários territórios. Contudo não podemos deixar de referir que a interacção do Homem/Natureza ao longo dos tempos originou paisagens fortemente humanizadas e o aparecimento de formas de culturas extremamente valiosas.

A variedade da paisagem, a diversidade dos microclimas, as espécies vegetais e animais existentes e ainda os vestígios históricos de ocupação humana satisfazem de forma notável os pressupostos da criação do concelho de Torre de Moncorvo.

Fig. 13 - Fotografia da paisagem



Além de valores científicos e culturais existentes no concelho, encontramos aqui uma variedade panorâmica de excepcional beleza. Em contraste com a importância das belezas agrestes provenientes das acções das forças dos elementos naturais podemos encontrar um harmonioso cenário resultante da equilibrada actividade humana que, ao longo do tempo as foi modelando às suas necessidades, suavizando-as pela introdução de um novo encanto dado pelo toque da mão do Homem: a paisagem humanizada. Estas comunidades transmontanas, entaladas nos vales ou muitas vezes isolados nos planaltos, separadas umas das outras por caminhos geralmente de trânsito difícil, tiveram que

viver por si só, reduzindo-se a si mesmas, pelo que desenvolveram actividades e criaram uma organização social que lhes permitisse ultrapassar as condições hostis que o ambiente natural lhes proporcionava. Os seus componentes têm desde os tempos remotos, praticado um ritual de vida em que as pastagens e o gado desempenham um papel preponderante. Por esse facto e para completarem as necessidades que se lhes deparam, ordenaram o território que ocupam em distintas zonas, sendo elas, de pastoreio, de cultivo e de floresta.

As espécies que ordenam a paisagem do concelho são também fruto do solo e do clima juntamente com a influência do Homem transmontano, destacando-se então a oliveira, a amendoeira e a vinha.

Para efeitos da vegetação que ordena toda esta paisagem o concelho de Torre de Moncorvo pode ser dividido em três grandes regiões mais ou menos homogéneas.

Na denominada região de Terra Quente que corresponde a altitudes inferiores a 500 – 400 metros de altitude, a azinheira é a espécie mais frequente sendo ainda componentes notáveis do estrato arbóreo, o sobreiro, o carvalho cerquinho, o zimbro e o zambujeiro.

São ainda característicos do sub bosque dentro desta região o piorno, o rosmaninho, o tomilho, o lentismo, a esteva, o trovisco, a rosêlho e o sanganho. A amendoeira brava também é uma espécie que surge com bastante frequência nesta zona.

Fig. 14 - Fotografia da paisagem



Fig. 15 - Mapa indicador das regiões por altimetrias

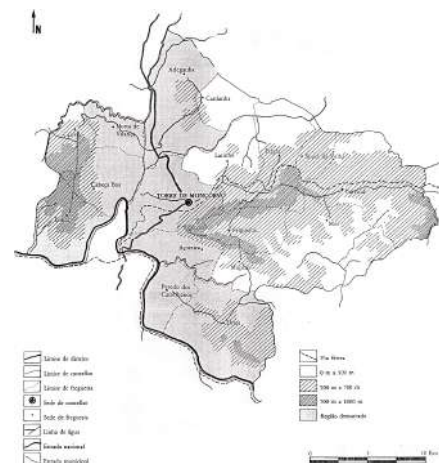


Fig. 16 - Fotografia de um espinheiro



Fig. 17 - Fotografia de um castanheiro



(19) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001, p.384

A região denominada de Terra Fria que corresponde às regiões acima da cota dos 650 – 700 metros de altitude, pode ser subdividida em duas sub-regiões, uma de cariz continental e outra de cariz mais atlântico. Estas são apenas um modelo uma vez que se misturam em diversos graus por todo o território do concelho. De qualquer modo, é notória a predominância atlântica nas partes mais ocidentais e a predominância da influência continental nas partes mais orientais. Sendo assim, destacam-se nas zonas de influência atlântica os pinheiros, os castanheiros, as cerejeiras, o carvalho negral e o espinheiro. Nas zonas de maior influência continental são de destacar as espécies arbóreas como o carvalho negral e a azinheira. Quanto à última região denominada como Terra de Transição cujas altitudes estão compreendidas entre os 400 – 500 metros e os 650 – 700 metros de altitude, aqui ambas as regiões (Terra Quente e Terra Fria) interpenetram-se dando origem à ausência de espécies arbóreas com características de locais mais húmidos, sendo elas o amieiro, o choupo, o freixo, o ulmeiro e o salgueiro (19).

Perante este contexto, relativo aos aspectos naturais que Torre de Moncorvo tira partido, pode dizer-se que o ambiente natural e as paisagens são um argumento importante na promoção da imagem dos territórios. Esta imagem na maioria das vezes tem grande importância, na medida em que valorizam a qualidade visual da própria paisagem, permitindo-nos interpreta-la, pensando no que não está lá, mas que também faz parte integrante dela.

Capítulo II



2 - Caracterização Histórica e Humana de Torre de Moncorvo

A história de uma terra é muitas vezes feita de nomes que por uma ou por outra razão normalmente se distinguem.

Nas zonas rurais é muito frequente encontrar-mos um conjunto de extraordinárias figuras que estão na origem da construção da sua própria história. É neste conjunto de aspectos que a Vila de Torre de Moncorvo foi um autêntico viveiro de insignes figuras como Constantino Reis dos Floristas, que marcou posição de relevo como artista em Paris, Génova e Lisboa; o escritor **Campos Monteiro** (20), Manuel Seixas que criou uma escola técnica, Visconde de Vila Maior, parlamentar e diplomata; Claudino Pimentel deputado e o promotor do levantamento do Sul de Trás-os-Montes contra a primeira invasão Francesa; Padre José Augusto Tavares etnógrafo, arqueólogo, poeta e grande investigador do passado do seu concelho, entre outros.

2.1 - Evolução histórica

Para a elaboração deste tópico, relativo à evolução histórica da Vila de Torre de Moncorvo, visto que não nos consideramos nenhuns especialistas em História, sentimo-nos na obrigação de recorrer a ideias e textos elaborados por autores que desenvolveram as suas dissertações (de mestrado e de doutoramento) no campo da História desta

(20) **Campos Monteiro** - Abílio Adriano de Campos Monteiro nasceu em 1876 e faleceu em 1934 nesta Vila de Torre de Moncorvo. Formou-se em Medicina, tendo sido um dos fundadores no Porto da revista *Civilização*, grande Magazine Mensal, publicado entre 1928 e 1937. Campo Monteiro tornou-se notável como romancista, cultivando o romance de pendor popular e regionalista influenciado por Camilo. Dedicou-se ainda à poesia e ao teatro.

mesma Vila que nos encontramos a estudar.

Destes autores devemos destacar a Dr.^a Ilda Fernandes e a Dr.^a Maria da Assunção Carqueja, mas não deixando ainda de recorrer a outras obras que se encontram relacionadas com a Vila de Torre de Moncorvo.

Tomando em consideração todos os textos destes autores, podemos agora começar por descrever o que retiramos deste estudo baseado fundamentalmente nestes textos.

O actual Concelho de Torre de Moncorvo, correspondente ao nordeste transmontano, apresenta vestígios (machados de pedra e bronze) de uma forte ocupação desde o período do neolítico e encontravam-se situados especialmente no Vale da Vilariça, nomeadamente nas encostas e nos cabeços que cercavam este vale.

São estes vestígios que levam a pensar que já existiria um núcleo povoado humano antecedente ao período da reconquista, provocado pela existência de certas condições geomorfológicas como era o caso da abundância de linhas de água, reservas de combustível lenhoso e zona mineira com proximidade dos rios Douro e Sabor.

Os primeiros povoados que aqui existiram, corresponderam aos castrejos da Idade do Bronze, apresentando-se com maior abundância nas freguesias de Cabeça Boa, Urros e Adeganha, alguns deles, até aos tempos medievais. O vestígio que maior importância teve nestas freguesias foi o **culto do berrões** (21).

Fig. 18 - Vista parcial do Vale da Vilariça



Fonte: Carqueja, 2007, p. 19

(21) **culto do berrões** - correspondia ao célebre olival de berrões, onde terão sido encontradas algumas esculturas em pedras representativas deste culto.

Outro dos povoamentos está relacionado com a ocupação romana, que marcou toda a região do Castro Baldoeiro, mas que se instalaram principalmente nas terras férteis do Vale da Vilariça e nas explorações mineiras da Serra do Reboreda, onde se estabeleceram grandes pólos de povoamento e explorações agrárias. Aqui, no vale da Vilariça, terão sido encontrados vestígios de vilas romanas, como por exemplo fragmentos de tijolo, estelas funerárias, tégulas e moedas de prata, ouro e cobre.

Devido a um imaginário popular de algumas freguesias deste concelho que retinham histórias fabulosas de tesouros, de mouras encantadas, do encantamento de serpentes, da luta entre cristãos e mouros, não deixa dúvida que durante bastante tempo esta região foi alvo de contestação entre mouros e godos, mas na segunda metade do século XI, já no reinado de Fernando Magno, os cristãos conseguiram distanciar os mouros mais para Sul.

Assim sendo, Fernando Magno entregou a tenência a toda esta região conquistada no Vale do Douro a cavaleiros da estripe dos Bragançanos e, segundo algumas interpretações, terá sido um destes Bragançanos, de seu nome Men Corvo ou Mendo Corvo, a dar o nome a esta Vila de Trás-os-Montes.

Contudo, relativamente à origem do nome desta Vila, há ainda quem se baseie numa lenda popular onde se fala num lavrador, de nome Mendo, que terá encontrado um tesouro num campo e radiante com a sua descoberta resolveu guardar segredo com receio de o perder. Para que a notícia

Fig. 19 - Desenho do Castro Baldoeiro por Nelson Rebanha



Fig. 20 - Serpente esculpida numa rocha (encantamento de serpentes)



não fosse divulgada nem à sua própria mulher ele terá contado, pois não confiava muito nela.

O tesouro encontrado por este lavrador, permitiu-lhe mandar erguer uma torre, onde passou a viver, daí chamar-se à Vila **Torre de Mendo Corvo** que mais tarde evoluiu dando primeiramente Meem Corvo e só depois uma palavra só **Moncorvo**.

Segundo alguns historiadores a fundação de Moncorvo devia-se então a Fernando Magno, uma vez que terá atribuído primeiro foral ao fidalgo Mendo Corvo em 1060, e que terá sido confirmado mais tarde por D. Afonso Henriques em 1128 ou 1140.

No âmbito deste primeiro foral, a localização do Castelo de Meem Corvo encontrava-se, diversa da actual Vila dado que o discutível foral situava-se acima da ponte do rio Sabor, fazendo com que houvesse uma suposição da existência do Castelo no Castro do Baldoeiro.

Posteriormente o Castelo terá então sido arrasado pelos Árabes ou pelos Leoneses, originando a mudança dos seus habitantes para as proximidades do rio Sabor, dando origem ao povoado da Vila de Santa Cruz da Vilarça. Esta Vila era rodeada por uma forte muralha, onde existia também uma Igreja Matriz e obteve foral por D. Sancho II em 29 de Maio de 1225.

No final do século XIII esta Vila despovoou-se, julgando-se que foi provocada pela insalubridade e clima doentio do lugar causado pelas inundações do rio Sabor e devido a uma praga de formigas

Fig. 21 - Planta da derruída Vila de Santa Cruz da Vilarça



que tudo destruíam. “É tradição que se mudava daquele sítio pela multidão de formigas, que não só faziam dano considerável em todos os viveres, mas aos mesmos viventes lhe causavam notável opressão; e resolvendo-se a evitar estes incómodos foram para o sopé do Monte Reboredo” (22).

Os moradores desta Vila mudaram-se então para o sítio actual de Moncorvo, localidade a que D. Dinis transferiu o foral em meados de 1285, e já no século seguinte a Vila Velha se encontrava praticamente deserta.

Hoje este recinto amuralhado da Vila de Santa Cruz da Vilariça, apresenta apenas montões de pedras correspondentes aos restos dos muros da muralha, do fosso, de casas, sepulturas em pedra, etc.

Mais tarde no século XIV D. Dinis procedeu à fortificação da nova Vila de Moncorvo, mandando construir o Castelo, cujo objectivo era a defesa e segurança da população, em época de perigo eminente, relativo às guerras entre Portugal e Castela. Este Castelo terá sido mais tarde ampliado por D. Fernando e D. João I.

D. Dinis para a elaboração desta fortificação terá escolhido para contrafortes do lado Norte a famosa Serra do Reboredo que apresentava uma posição geográfica em relação ao resto do distrito e à importância militar do porto do Pocinho, que também apresentava boas condições estratégicas. Neste local não se sabia se existiu um povoado anterior, já que a antiga Igreja de Santiago ficava distante, onde se localizaria o primitivo foco de

Fig. 22 - A Vila Velha de Torre de Moncorvo



Est. II - Vila de Torre de Moncorvo - vista do lado W. "Diário Ilustrado", Lisboa, 13/5/1874

(22) SOUSA, Fernando e Gaspar Martins, *Alto Douro - Douro Superior*, Edições Presença, volume 7, Lisboa, 1988, p.118

povoamento.

A 17 de Novembro de 1295, D. Dinis mandou aplicar na construção da fortaleza as terças das igrejas existentes em Vila Flor.

Como D. João I também terá mandado ampliar a fortificação, em 1385 ordenou que Vila fosse melhor fortificada, concedendo-lhe as aduas de Alfândega da Fé, Castro Vicente, Mogadouro, Bemposta, e Pena Roías, “isto pelo muito serviço que delles tinha recebido e esperava de receber” (23).

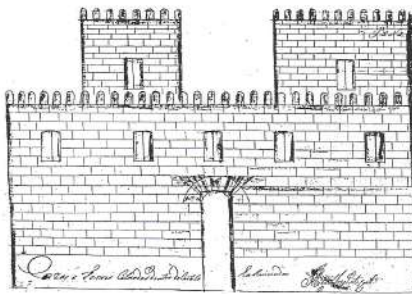
O Castelo propriamente dito terá definitivamente sido construído na mesma altura que a fortificação, possuindo uma planta trapezoidal, guarnecida por baluartes redondos nas pontas. No seu interior tinha duas torres de diferentes dimensões como podemos contactar na imagem representada ao lado do texto, correspondentes ao século XIX.

Dentro do contexto do Castelo, Columbano de Castro e Almeida, terá escrito em 1866 que: “tudo menos o Castelo foi arrasado há poucos anos e o terreno ocupado pelas antigas fortificações, está actualmente plantado de árvores e servem de passeio público” (24).

Queria Columbano com isto dizer que a fortificação de Moncorvo se encontrava em maus caminhos, pois estava em ruína e os terrenos iriam ser ocupados por plantações de árvores.

Mais tarde é exactamente o que acontece à Vila de Moncorvo, em 1876, António Joaquim Ferreira Pontes, governador civil do Distrito e deputado em diversas legislaturas pelo distrito de

Fig. 23 - O Castelo e as suas duas torres



Est. 1 - Parede sul do castelo de Moncorvo. Desenho de Miguel José Castolinho 1815

(23) CARQUEJA, Maria da Assunção, *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo*, Abril 2007, p.44

(24) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001, p.56

Bragança, afligindo-se com o aspecto estético da Vila de Moncorvo, mandou abrir jardins e plantar realmente as ditas árvores, acabando por converter o Castelo em passeio público, demolindo-o.

Este acontecimento fez com que o Castelo de Moncorvo desaparece-se, apesar de ter sido durante muitos séculos a honra e glória do povo, visto que era considerado o símbolo da sua autonomia, pois o Castelo terá sido construído à custa de muito suor e sangue dos próprios moradores desta Vila.

Hoje, em Torre de Moncorvo pouco resta das antigas fortificações, nas suas ruínas terá sido construído o actual Paços do Concelho, apesar de tudo, ainda é possível visualizar-se alguns restos da sua antiga muralha exterior que circundava o Castelo. Pode ainda ver-se um portal situado no lado nascente, que se encontra com um estado de conservação razoável. Este portal possui um arco de volta perfeita, todo ele construído em granito e é denominado por Porta de Nossa Senhora dos Remédios, devido ao facto de se encontrar sobre ela uma pequena capelinha com o mesmo nome.

Em suma e para terminar o pouco da história desta terra, podemos concluir que a Vila de Torre de Moncorvo encontra-se cheia de vestígios de povoados humanos anteriores à época da reconquista, estes povoados ter-se-ão estabelecidos com maior abundância nas terras férteis do Vale da Vilariça e que deram origem à primeira vila de Moncorvo cujo seu nome foi Vila de Santa Cruz da Vilariça que só mais tarde viria a deslocar-se para o

Fig. 24 - Restos da muralha ainda hoje existentes



Fig. 25 - Fotografia do portal situado no lado nascente



actual sítio que se encontra hoje, junto ao sopé da Serra do Reboredado.

2.2 - Caracterização demográfica

Quadro 2 - População residente em 1530

Freguesias	1530
	Popul. Res.
Açoreira	34
Cabeça Boa	31
Cabeça de Mouro	42
Estevais	10
Felgar	116
Felgueiras	38
Horta	45
Larinho	44
Maçores	25
Souto	34
T. Moncorvo	245
Uiros	86

O estudo da demografia permite-nos perceber a pressão exercida e esperada sobre um dado concelho ou território, bem como as diferenças espaciais existentes.

Como é do nosso conhecimento a expansão populacional apareceu fundamentalmente na segunda metade do século XV e foi para o povo uma forma de melhorar a sua vida porque permitiu a emigração. Este era um meio que o povo tinha para se libertar das opressões que as envolvia no trabalho do campo. Outro dos acontecimentos importante e que trouxeram vantagens a todas as classes sociais foi os Descobrimentos que se repercutiram em Torre de Moncorvo.

A partir do século XVI é que esta prosperidade se tornou mais notória principalmente a nível económico, artístico, cultural e populacional.

Assim sendo em 1530, Moncorvo integrava 240 moradores que juntamente com as das restantes freguesias do concelho totalizava os 756 moradores, como constava numa carta de D. João III relativa a recenseamentos (25).

No decurso do século XVIII, a população do concelho cresceu gradualmente e em 1721 tinha aumentado em cerca de 1758 pessoas. Já no século XIX ouve um significativo aumento na freguesia sede do concelho no qual integrava os 2034

(25) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.369

habitantes, sendo eles 986 do sexo masculino e 1048 do sexo feminino.

Não deixa de ser ainda importante focar que este aumento se verificou também em todas as aldeias do concelho o que só demonstra que este século foi propício ao aumento de riqueza.

Este foi o cenário verificado no Nordeste Transmontano onde existiu um crescimento demográfico, a que a agricultura não conseguiu dar resposta levando a população a procurar outros meios de subsistir à crise de emprego que se acentuava cada vez mais na região, o que provocou a emigração para outros países.

Na última metade do século XX, como se pode verificar no quadro ao lado apresentado, houve uma diminuição notória da população, provocada por vários factores tais como o intenso movimento emigratório e o êxodo rural, que levou à deslocação de muitos naturais das suas terras para outras regiões, essencialmente para o litoral da Europa (26).

Como Torre de Moncorvo não difere em nada de todas as situações que se verifica nos demais concelhos da região, constata-se que a população da sede de concelho e das freguesias reflectem de facto o que atrás foi mencionado. Podemos ainda constatar segundo o quadro relativo ao recenseamento da população que diz respeito aos censos de 1960 a 2001 que este concelho na década de 60 a 70, teve uma diminuição de -10,2% relativamente à sede de concelho, verificando-se da mesma forma um decréscimo de -28% da

Quadro 3 - Demografia de Torre de Moncorvo

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE
1864	1929
1878	1982
1890	2100
1900	2548
1911	3113
1920	2173
1930	2625
1940	2918
1950	2631
1960	2757
1970	2550
1981	3134
1991	2623

(26) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001, p.369

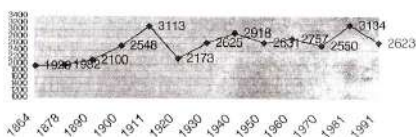
população do concelho, resultado da emigração clandestina que se fez notar neste período fundamentalmente migração intra-continental, sendo os destinos de preferência França e Alemanha, embora também se tenha verificado um aumento de emigração para as ex-colónias, mais concretamente Angola e Moçambique.

Na década de 70 a 80, verifica-se um significativo aumento da população de cerca de 26, 2% na sede do concelho e de 1,3% no concelho em geral, resultado de uma diminuição da emigração porque os países receptores deste tipo de mobilidade populacional dificultaram a entrada dos emigrantes. Um outro factor que contribuiu para o aumento da população foi o facto de se ter dado o tão conhecido 25 de Abril que provocou o regresso de cidadãos das ex-colónias.

Já no que diz respeito à década de 90, o fenómeno demográfico é esclarecido pelo denominado êxodo rural e o fenómeno da litoralização, que contribuíram para a diminuição da população, que se fixaram nos grandes centros urbanos na procura de melhores condições de vida.

Tendo por base a análise dos dados recolhidos nos censos de 1991, comparando-os com os dos censos de 2001, o concelho de Torre de Moncorvo sofreu uma perda de – 9,5% da população. Deve-se pois salientar que no cenário dos níveis negativos da população residente nas freguesias do concelho, a sede do concelho fez surpreender um crescimento populacional cifrado nos 20,7%, resultado este devido a uma união de esforços da

Gráfico 5 - Evolução da população



autarquia para a fixação das populações e da melhoria da sua qualidade de vida, atravessando por investimentos em áreas distintas. É com este aumento verificado na sede do concelho que se vão confirmar as transformações demográficas ocorridas nos últimos anos em Portugal, constituindo este concelho de Torre de Moncorvo um fundamental papel de caris económico, cultural, social e tecnológico, servindo à população um vasto leque de bens e serviços, visto que na sede do concelho encontram-se diversos serviços de caris supra municipal, concedendo à sede do concelho uma centralidade estratégica ao nível do Sul do distrito de Bragança e do Norte do distrito da Guarda (27).

Devemos ainda relatar que segundo um estudo do Ministério das Finanças ao comparar por concelho através das várias variações demográficas o crescimento da população, a frequência universitária e os investimentos do concelho de Torre de Moncorvo segundo este ranking dos concelhos mais dinâmicos, encontra-se entre os concelhos de dinâmicas média conjuntamente com os concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Conclui ainda este estudo que não existe uma clara dicotomia litoral-interior na dinâmica das regiões portuguesas, mas sim existem situações com características de litoral em regiões do interior e até situações típicas de interioridade na faixa litoral do país (28).

Quadro 4 - Recenseamento de população

Recenseamento da população	População presente	População residente
Recenseamento da população em 1960		
Torre de Moncorvo	2688	2757
Concelho	18464	18741
Recenseamento da população em 1970		
Torre de Moncorvo	2592	2615
Concelho	13807	14027
Recenseamento da população em 1981		
Torre de Moncorvo	3154	3134
Concelho	13475	13674
Recenseamento da população em 1991		
Torre de Moncorvo	2441	2513
Concelho	10655	10969
Recenseamento da população em 2001		
Torre de Moncorvo	2775	3033
Concelho	9280	9919

(27) INE, Instituto Nacional de Estatística, *Censos 1960 a 2002*

(28) Planeamento do Ministério das Finanças, *Dinâmicas Regionais em Portugal*

2.3 - A economia local: agricultura, industria, ... feiras

Fig. 26 - Vista sobre o Douro



É natural que devido ao facto de Moncorvo se encontrar junto ao porto do Douro, este tenha contribuído para o seu desenvolvimento económico, assim como para a sua expansão territorial, como já foi referido nos temas anteriormente abordados.

O facto de ser ponto de passagem para a região de Bragança, deu-lhe um certo número de condições e exigências inclinadas a aumentar o seu âmbito agrícola e comercial.

Será então importante abordar os vários ramos de actividades económicas nos diferentes sectores?

A nossa opinião é positiva, pois eles são os responsáveis pela evolução económica de uma dada região ou território se assim lhe quisermos antes chamar.

É através dos vários sectores, sendo eles primário, secundário e terciário que podemos analisar e tirar conclusões de forma a atribuir propostas melhores para que um dado território venha a evoluir a sua economia local.

É dentro deste contexto e com base naquilo que o Concelho de Torre de Moncorvo era possuidor há uns anos atrás e que agora não possui devido ao declínio da população, que passamos a desenvolver aqui neste estudo os vários sectores existentes nesta área concelhia.

Sector primário:

No âmbito deste sector pode-se dizer que a actividade agrícola neste concelho na década 80 era a dominante, uma vez que ocupava mais de metade da população residente.

Dentro do contexto deste sector destacavam-se ainda outros ramos de actividades que assumiam especial relevância no concelho em estudo, a agricultura, a silvicultura, a pastorícia e a extracção de minério metálico.

A estrutura agrária do concelho era possuidora de dois vectores importantes: um sector de subsistência e um sector diminuto de culturas tradicionais que eram canalizadas para o exterior e que diziam respeito ao vinho, ao azeite e à amêndoa. Estas culturas (vinho, azeite e amêndoa) ainda hoje sofrem os mesmos procedimentos.

Na contextualização do modo de utilização dos solos deparava-se com uma elevada taxa de utilização atingindo cerca de 32% das explorações existentes na época. Estes solos geralmente eram trabalhados pelo Homem transmontano que utilizava como métodos a charrua de tracção animal, que hoje em dia já é pouco utilizada, devido ao facto do aparecimento de mecanismos mais elaborados como é o caso dos tractores agrícolas (29).

Mesmo assim na década de 80, a actividade agrícola continuava remetida a processos arcaicos, devido à pequena utilização de tractores na maior parte das freguesias, o abandono dos jovens incapazes de se submeter a processos de trabalho duros e pouco rentáveis, o estado degradado da maior parte

Fig. 27 - Sector dominante (agricultura)



(29) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.68

Fig. 28 - Cultura de tempo seco (cereais)



dos caminhos de acesso às propriedades e para além disso não permitiam na generalidade o acesso motorizado.

Ainda relativo às explorações, elas eram possuidoras de características físicas bastante importantes tais como:

- A área irrigada era muito diminuta, atingia valores na ordem dos 3% em relação ao total da área agro-florestal, subindo aos 5% nas explorações agro-florestais com dimensões menores do que 5 ha e descia aos 2% nas explorações com mais de 50 ha de área agro-florestal (30).

- Dada a desfavorável irrigação, os agricultores começaram a dedicar-se com mais frequência à cultura cerealífera, uma vez que eram as únicas capazes de suportar as condições climáticas da zona (31).

- Entre estas culturas de tempo seco, os cereais que maior relevo tinham eram o trigo e o centeio, que adquiriam áreas respectivamente consideráveis, rondando os 1000 ha, contudo a cevada também abarcava com uma área de mais ou menos 500 ha, cerca de metade dos outros produtos cerealíferos (32).

- No domínio da área forrageira o milho e os prados permanentes eram os que se destacavam mais, assumindo uma posição com cerca de 1953 ha contra 48 ha dos prados temporários (33).

- Quanto às culturas arbóreas ou arbustivas podemos dizer que a área de pomar era a que maior relevância tinha, ocupando cerca de 27% do total da área agro-florestal, apresentando-se logo de

(30) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.73

(31) *Idem*, *Ibidem*, p.73

(32) *Idem*, *Ibidem*, p.73

(33) *Idem*, *Ibidem*, p.73

seguida a área de olival com cerca de 3342 ha correspondentes a 18% do conjunto e em último lugar com cerca de 7% destacava-se a área correspondente ao cultivo de vinha (34).

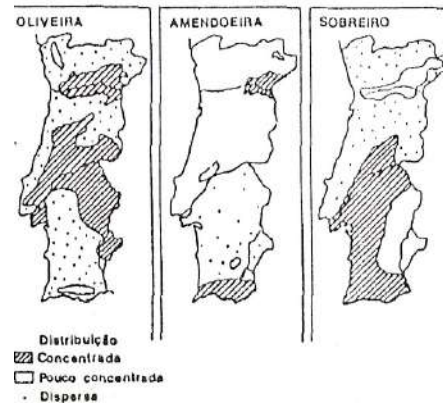
- Apesar de pouco significativo apresentava-se ainda no conjunto da área agro-florestal as culturas de horto-florícolas (35).

Como não poderíamos deixar de falar, a silvicultura era e ainda hoje continua a ser um aspecto de grande evidência no concelho de Torre de Moncorvo, na medida em que este apresenta um numeroso conjunto de pinheiros bravos, cujos valores rondavam os 1000 e os 700 ha. Mas como esta magnífica paisagem não é, nem era só constituída de pinheiros bravos, a existência de outras espécies arbóreas como os sobreiros que atingiam uma exploração de cerca de 200 ha, os eucaliptos e castanheiros que não ultrapassavam os 60 ha, também faziam parte deste ambiente natural verdejante (36).

Para provar estes factos, os mapas ao lado apresentados permite-nos ter uma ideia espacial da distribuição pelo território nacional das três espécies anteriormente referidas ao nível deste concelho.

Com base numa estimativa média relativa ao produto agrícola bruto, podemos constatar que o sector florestal do concelho no conjunto do Agrupamento do Vale do Douro Superior é o que maior importância tem atingindo 42,6%, embora no concelho propriamente dito ocupa a última posição com 8,8% no total dos sectores do produto agrícola bruto concelhio (37).

Fig. 29 - Distribuição das três espécies arbóreas pelo território nacional



Quadro 5 - Produto agrícola bruto

Unidades Territoriais	Produto Agrícola Bruto							
	Total		Vegetal		Animal		Floresta	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Torre de Moncorvo	427 085	100	344 655	80,7	44 863	10,5	37 567	8,8
Agrupamento	1 572 330	100	1 323 605	84,2	160 503	10,2	88 222	5,6
Norte Interior	12 102 220	100	8 997 845	74,3	1 373 267	11,3	2 449 792	20,2
		3,5		3,8		3,3		1,5

(34) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.73

(35) Idem, *Ibidem*, p.73

(36) Idem, *Ibidem*, p.74

(37) Idem, *Ibidem*, p.74

Fig. 30 - Efectivos pecuários por freguesias

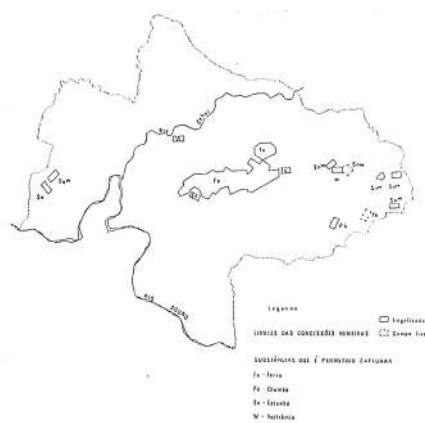


Ao nível da pecuária, este concelho possui um dos maiores números de rebanhos de ovinos, tornando-se o maior dos agrupamentos do distrito de Bragança que produz mais leite de ovelha.

Podemos observar no mapa ao lado representado referente aos efectivos pecuários distribuídos por freguesias, que o concelho de Torre de Moncorvo revela um elevado número de cabeças de gado ovino, tendo mais evidência nas freguesias de Adeganha e Cardanha.

Constata-se ainda neste mesmo mapa que os efectivos de caprinos têm maior abundância na freguesia de Carviçais enquanto que relativamente ao gado bovino já não podemos dizer o mesmo, pois este tem maior evidência na freguesia do Peredo dos Castelhanos (38).

Fig. 31 - Concessões minerais



No que se refere à indústria extractiva, esta teve maior impacto na década de 80, altura em que se encontravam nas freguesias de Torre de Moncorvo, Felgar e Felgueiras cerca de 35 concessões para exploração de minério de ferro.

Já nesta altura a única concessão que se mantinha em exploração, mas já muito reduzida, era a de Fragas da Carvalhosa que se encontrava na freguesia do Felgar.

Actualmente estas concessões pertencem ao estado, por intermédio das Ferrominas que entretanto foi extinta e se encontra integrada na Empresa de Desenvolvimento Mineiro (39).

(38) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.75

(39) Idem, *Ibidem*, p.76

Sector secundário:

Neste sector, segundo os censos de 1970 e 1981 relativos à população residente a exercer uma profissão por ramo de actividade, o ramo da construção e obras públicas, foi o que mais se destacou nestas décadas. Hoje em dia provavelmente já não seja assim devido ao decréscimo da população provocado pela emigração das pessoas com o objectivo de procurar uma melhor e mais estável forma de vida.

Denota-se um decréscimo substancial de emprego nos ramos de actividade relativos a têxteis, vestuário, bebidas e tabaco como podemos observar no quadro ao lado representado.

Contudo verifica-se um aumento da população activa a exercer uma profissão no sector secundário durante a década de 70. Estes números dos recenseamentos da população poderão ser confrontados com dados apresentados pelos recenseamentos industriais que patenteavam um menor número de pessoal ao serviço, contabilizando um acréscimo de 38% no período de 72 a 84, enquanto o número de estabelecimentos sofre um retrocesso de -8%. Esta disparidade numérica entre os dois recenseamentos era explicada pela falta de vínculos contratuais de vários trabalhadores, especialmente no domínio da construção civil (40).

Se analisarmos com atenção o quadro relativo às unidades industriais do concelho segundo o escalão de pessoas ao serviço, constatamos que a maioria é constituída em média por cinco empregados, embora possamos visualizar um substancial

Quadro 6 - Os vários ramos de actividades

Ramos de actividade	1970		1981	
	Nº	%	Nº	%
Indústria de alimentação, bebidas e tabaco	65	1.4	41	0.9
Indústria têxteis, vestuário e couro	95	2.0	36	0.8
Indústria de madeiras e de cortiça	25	0.5	24	0.5
Indústria química dos derivados do petróleo e carvão	5	0.1	-----	-----
Fabricação de produtos metálicos e de máquinas	55	1.2	48	1.0
Construção e obras públicas	150	3.1	586	12.8

Quadro 7 - Principais indicadores da actividade económica no concelho

Anos	Industria transformadora + extrativa + elect., gás e abastecimento de água + c. c.					
	Nº de estabelecimentos	Pessoal ao serviço	F. B. C. F. (contos)	V. B. P. (contos)	V. A. B. (contos)	
1972	75	200	-----	-----	-----	
1984	69] - 8.0%	276] + 38.0%	5883	381 170	84 193	

(40) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.78

acréscimo das unidades empregando mais de cinco trabalhadores.

Com este panorama a estrutura empresarial não se conseguiu robustecer, começando as empresas com mais de cinco trabalhadores a fragmentar.

Este facto fez com que as unidades industriais passassem a dar lugar aos chamados lagares de azeite, padarias, moagens, serrações e oficinas espalhando-se pelas freguesias de Carviçais, Felgar, Horta da Vilariça, Felgueiras, Castedo, Mós e Larinho, ficando em Torre de Moncorvo a destacar-se um maior número de oficinas mecânicas.

Apesar da decadência das indústrias, o concelho de Torre de Moncorvo apresenta grandes potencialidades quanto à localização dos empreendimentos industriais, adquirindo uma área destinada ao loteamento industrial que apresenta todas as infra-estruturas necessárias com cerca de 30 ha e que se situa a mais ou menos 4 km da vila do concelho, marginada pela estrada nacional nº 220, com a vantagem ainda de ter ao seu alcance uma tradicional linha de caminho de ferro que hoje já se encontra desactivada, dando origem a um caminho pedestre turístico (41).

Fig. 32 - Loteamento industrial de Torre de Moncorvo



(41) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.80

recreativos e culturais, empregando cerca de 27% da população do concelho (42).

Fazendo uma análise ao quadro relativo aos ramos de actividades, podemos concluir que:

- Houve um aumento de emprego geral nos ramos do comércio a retalho, nos restaurantes e hotéis, nas comunicações, transportes e armazenagens.

- Verificou-se um substancial crescimento das pessoas que estavam afectivas aos quadros dos serviços sociais e administrativos.

- Multiplicaram os serviços inéditos no concelho, reduzindo o emprego, mas mesmo assim foi inovador nos ramos das operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas assim como também nos serviços recreativos e culturais.

- Certificou-se ainda um decréscimo da população afecta aos ramos dos serviços pessoais, domésticos e do comércio.

Como seria previsível e muito normal acontecer nestas zonas rurais, na totalidade dos lugares existentes no concelho, os estabelecimentos comerciais estavam e ainda hoje podemos considerar o mesmo, praticamente limitados a comércio misto, ou seja cafés e tabernas (43).

Em suma, conclui-se que estávamos perante um sector terciário pouco fortalecido, exceptuando o que dizia respeito aos equipamentos da administração pública e do ramo hoteleiro, querendo com isto dizermos, que no fundo neste concelho praticava-se um tipo de comércio de retalho de subsistência nos estabelecimentos locais. Contudo o comércio

Quadro 8 - Os vários ramos de actividades (sector terciário)

Ramos de actividade	1970		1981	
	Total	%	Total	%
Comércio por grosso	25	0,5	17	0,4
Comércio a retalho	190	4,0	282	6,2
Restaurantes e hotéis	25	0,5	70	1,5
Transportes e armazenagem	30	1,3	126	2,7
Comunicações	30	0,6	62	1,4
Bancos e outras instituições monetárias e financeiras	10	0,2	18	0,4
Seguros	2
Operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas	11	0,2
Administração pública e defesa nacional	110	2,3	219	4,8
Serviços de saneamento e limpeza	2
Serviços sociais e similares prestados à colectividade	135	2,8	264	5,8
Serviços recreativos e culturais	3	0,1
Serviços pessoais e domésticos	235	5,2
Total	1055	22,1	1223	26,7

(42) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, p.81

(43) Idem, *Ibidem*, p.82

grosso que engloba os produtos da região como por exemplo a azeitona, amêndoa, mel, cortiça e hortícolas são dominados por intermediários geralmente provenientes de fora da região.

Ainda dentro do contexto da economia local do concelho de Torre de Moncorvo, não poderíamos deixar de falar nas famosas feiras existentes neste concelho, assim como na cordoaria relativa à produção do linho cânhamo e nas famosas ferrarias uma vez que aqui se encontra a maior jazida de ferro da Europa.

Feiras:

As feiras como é do nosso conhecimento eram um dos aspectos mais importantes da organização económica da Idade Média, pois surgiram devido à necessidade de promover trocas de produtos entre o homem que vivia no campo e o que vivia nas cidades. Reproduziam o contacto entre o homem que produzia os produtos e o respectivo consumidor, numa altura em que a circulação de pessoas e bens era muito complicada, na maioria das vezes por falta de vias de comunicação, de segurança e devido ao excesso de portagens. Aparecem ainda como dependência de condição da vida local, da necessidade do homem ter um local e data certa para a devida troca de produtos.

Em 1284-85, segundo se encontra escrito no livro I da chancelaria de D. Dinis o rei concedeu a carta de feira em Moncorvo: “El rei mandou que fizessem feira na Torre de Moncorvo” (44).

Fig. 33 - Imagem da feira



(44) CARQUEJA, Maria da Assunção, *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo*, Abril 2007, p.61

Com o passar dos anos devido ao facto de em outras localidades próximas se efectuarem outras feiras, e os moradores de Moncorvo não poderem vender o seu pão, gado e mercadorias, o concelho implorou a D. Dinis que a feira se prolongasse. Concedido este facto a pedido do concelho, numa carta de 2 de Novembro de 1319, D. Dinis mandou que a feira se realizasse uma vez por ano, durante um mês, na época da Páscoa, 15 dias antes desta festividade religiosa e 15 dias depois (45).

Esta feira apresentava todas as características medievais, pois era marcada sempre em função de uma grande festividade religiosa que era normalmente a Páscoa.

A igreja contribuiu muito para o desenvolvimento desta feira, não só pelo facto de favorecer a paz temporária, mas também porque normalmente as festas religiosas atraíam muitos peregrinos que tinham como intenção vender e comprar, daí que as datas das feiras eram marcadas em função das romarias.

Outra das características era o facto dos feirantes precisarem de estar protegidos pela lei, isto não só durante o período de tempo que a feira durava mas também durante os dias da sua viagem (46). Geralmente todas as feiras até ao fim do século XIV realizavam-se dentro da cerca das próprias vilas e a de Moncorvo nunca fugiu à regra, pois em 1382, D. Fernando dá esse privilégio à vila, ordenando que todas as vendas tanto dos moradores do próprio concelho como os que vinham de fora fizessem a feira dentro da cerca (47).

Fig. 34 - A feira em geral



(45) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001, p.107

(46) CARQUEJA, Maria da Assunção, *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo*, Abril 2007, p.62

(47) Idem, *Ibidem*, p.64

Mais tarde depois de algumas reivindicações feitas contra os moradores, o monarca sentiu-se obrigado a ordenar que a feira se fizesse no arrabalde até que fosse construída dentro da cerca uma praça com alpendres para guarida de vendedores e de mercadores, pois o local da feira exigia a existência de fontes e de abrigos para as pessoas e para os animais. Assim sendo o concelho preocupou-se em conservar em bom estado todos os chafarizes da vila para que a feira pudesse ser feita.

Ainda hoje a feira de Torre de Moncorvo se mantém mensalmente sendo a principal realizada em Agosto que corresponde à maior feira do ano, conseguindo juntar um grande número de pessoas e muitos emigrantes.

Cordoaria:

Relativamente à cordoaria, ligada à produção do linho cânhamo (canabis) que era produzido no Vale da Vilariça e outras terras adjacentes desde o século XV, serviu de fornecimento das armadas dos descobrimentos (48).

Existiu na Corredoura uma fábrica chamada de “Real Feitoria dos Linhos Cânhamo” que em 1740 Marquês de Pombal havia tido protegido, mandando construir um armazém para guardar e arranjar o linho.

Devido a um crescimento contínuo da produção de linho cânhamo, já nos finais do século XVI foram instaladas Reais de Cordoaria dentro do concelho de Torre de Moncorvo, mais concretamente no Vale da Vilariça. Na última metade do

Fig. 35 - Linho Cânhamo



(48) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.108

século XVII a produção do linho cânhamo teria atingido o seu auge, obrigando D. João IV em 1656 a estabelecer aqui neste concelho uma nova fábrica para a produção do linho cânhamo.

Esta nova fábrica que estava a servir a armada Portuguesa chegava a facturar cerca de 160 mil **arráteis** (49) por ano. Nos anos de maior produção eram recolhidos e comprados cerca de 16 mil pedras de linho em que cada pedra pesava mais de dez arráteis.

Terá sido então criada no século XVII a principal Feitoria do linho cânhamo em Torre de Moncorvo, adquirindo o seu alvará a 4 de Julho de 1656, cujo dirigente tinha a seu cargo todos os povoados da comarca do concelho e uma fracção da comarca de Pinhel (50).

Ao dirigente desta Feitoria competia elaborar o inventário das terras próprias para a produção do linho cânhamo cuja cultura seria obrigatória, quer nas terras dos próprios proprietários quer nas das pessoas que as arrendavam.

Se até aqui os lavradores possuíam a liberdade de cultivar as quantidades que quisessem, nesta altura se por algum motivo não o cultivassem estavam sujeitos ao pagamento de uma pesada coima. Encontravam-se ainda obrigados a colher o linho em tempo devido, pois se o deixassem apodrecer nos campos teriam também uma penalização que na altura andava por volta dos 50 cruzados por cada **moio** (51) que perdessem ou até mesmo que não cultivassem.

Estas regras que eram impostas às pessoas

(49) **arráteis** - significa antiga unidades de peso, correspondente a 459 gramas.

(50) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001, p.109

(51) **moio** - significa medida de capacidade, equivalente a 60 alqueires

do campo podiam ser verificadas no requerimento do alvará mencionado anteriormente, no seu capítulo 7 em que relatava o seguinte: “e toda a pessoa de qualquer qualidade que seja que não semear as terras que lhe forem repartidas, pagará tantas pedras de linho, quantas as tais terras poderão dar conforme ao tombo, e outras tantas em pena dos que deixarem de semear” (52).

Fig. 36 - Exemplo de uma feitoria da época



Nos primeiros dias do mês de Agosto era normal fazer sempre uma estimativa à cultura do linho cânhamo através de dois louvados, no qual um era escolhido pelo dirigente da Feitoria e o outro pelos próprios lavradores do concelho. Ambos dirigiam-se aos locais semeados de forma a atribuírem vários dados que serviam como base para entrega do linho na Feitoria.

A partir de 1689, já não seria bem assim, pois o feitor passou a ser o responsável pela eleição dos dois louvados, contudo só o dirigente da Feitoria é que poderia autorizar a que uma parte da cultura fosse entregue pelo produtor na sua lavoura assim como pessoa alguma podia vender, comprar, trocar linho cânhamo e linhaça, sujeitando-se a perder o dobro da quantidade em proveito da Feitoria.

O produto ou seja o linho, antes de ser entregue na Feitoria, tinha que ser devidamente limpo e entregue pelo próprio lavrador e só quando estivesse separado é que podia ser enviado à Feitoria num prazo de oito dias que teria que ser respeitado senão estavam sujeitos a um pena de 20 cruzados. Esta regra era também imposta pelo mesmo requerimento: “Todo linho que na dita Feitoria

(52) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.110

entrar, assim da dita vila de Moncorvo, Douro, Mirandela, Dona Chama, e mais partes, será trazido pelos lavradores à sua custa, entregando na dita feitoria por cada pedra nove arráteis e meio” (53).

Posto isto, apesar da Feitoria ter durado muitos anos deu-se a sua extinção, juntamente com as de Coimbra e Santarém que também existiram na mesma época, sendo esta determinada pelo alvará de 25 de Fevereiro de 1771, despacho este recebido com alegria pelos próprios agricultores do concelho, uma vez que se libertavam da sobrecarga que sobre eles lhe era imposta através dos dirigentes da Feitoria (54).

Ferrarias:

No que respeita às ferrarias, a região em estudo apresenta inúmeros vestígios de produção de minério de ferro. Provavelmente este minério era utilizado não só como adornos e armas como terá sido introduzido pelos Celtas, mas também para o fabrico de alfaias agrícolas que eram essenciais à sobrevivência dos agricultores. Essas alfaias ainda hoje são utilizadas sendo elas o arado, o machado, enxada, sachola, ferro de bacelar, etc.

Em Torre de Moncorvo a principal zona do predomínio deste minério, estende-se ao longo da Serra do Reboredo, numa extensão de cerca de 10 km por 2 de largura, onde foram encontrados esco-riais de forma dispersa nos vales ou nas vertentes dos montes mas sempre nas proximidades desta longa serra assim como na freguesia de Cabeço da Mua. Aqui no Cabeço da Mua o minério era mais

Fig. 37 - Algumas ferrarias



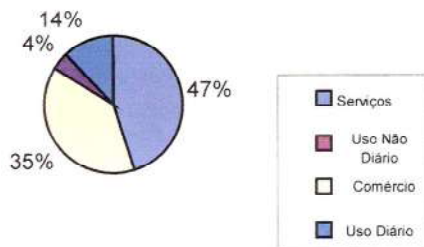
(53) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001, p.110

(54) Idem, *Ibidem*, p.111

rico e brando, pois encontrava-se mais protegido da acção do tempo, fazendo com que os Celtas, Romanos e Mouros se sentissem atraídos por este cabeço (55).

2.4 - Tipos de comércio, serviços e lazer

Gráfico 6 - Estabelecimentos e serviços na Vila de Torre de Moncorvo



Na área concelhia em estudo, foi elaborado pelo gabinete técnico local da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo um levantamento e uma análise aos diferentes níveis de comércio, serviços e equipamentos existentes.

Desse levantamento foram inventariados 116 estabelecimentos comerciais e serviços em funcionamento, dos quais 55% correspondem a comércio e 45% a serviços (56).

Assume maior peso o comércio no centro histórico, claramente mais concentrado junto à Praça Francisco António Meireles, precisamente em torno desta a respectiva Rua das Flores, Rua Visconde Vila Maior, Rua Constantino Reis dos Florais e Rua Manuel Seixas.

Em matéria de comércio especializado é de destacar neste concelho a existência de um estabelecimento de mobiliário, quatro de electrodomésticos e cinco de decoração, mas ainda mais importante salienta-se a presença de um estabelecimento de venda artesanal que assume bastante importância no que diz respeito à actividade turística.

Quanto ao comércio de uso diário deparamo-nos com a inexistência de comércios respeitantes a peixarias, existindo só em dias de feira e no

(55) CARQUEJA, Maria da Assunção, *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo*, Abril 2007, p.70

(56) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico*, p.34

tradicional mercado. Em contrapartida deparamo-nos neste concelho com a existência de cinco talhos.

No âmbito das unidades hoteleiras, podemos encontrar aqui quinze estabelecimentos, sendo apenas um deles restaurante, o que dificulta não só a escolha como também a oferta de refeições principalmente quando este se encontra fechado.

A imagem global do comércio do centro histórico é vestida de uma realidade espalhada pelo exterior dos edifícios cujo visual é de fraca qualidade, resultando na degradação das suas fachadas, encontrando-se assim as lojas instaladas nos rés-do-chão dos edifícios.

Esta imagem na maioria dos casos é provocada pelo desinteresse dos próprios comerciantes, tornando patente nas suas instalações interiores, que na maioria dos casos se encontram com uma organização confusa e composta por artigos de negócio diferentes.

Contudo ao contrário destas situações já existem edifícios cujos comerciantes se preocupam com a sua imagem, procedendo ao restauro. Estes exemplos estão presentes na Rua Manuel Seixas e ao redor da Praça Francisco António Meireles (57).

Outro dos aspectos que podemos focar neste concelho é existência de alguns equipamentos/serviços públicos que se destacam como é o caso do Palácio da Justiça, do Paços do Concelho e dos Correios de Portugal.

Além destes, temos ainda a presença de alguns equipamentos de índole cultural, do qual

Fig. 38 - Exemplo do comércio



(57) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico*, p.38

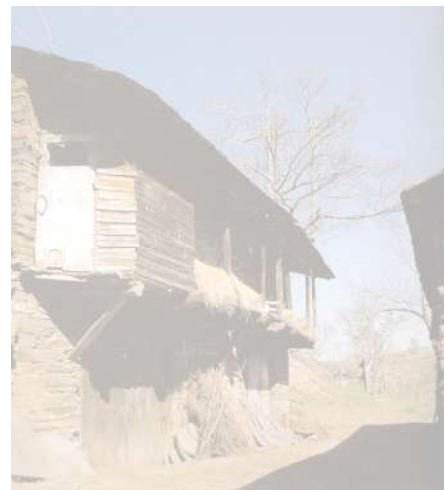
Fig. 39 - Paços do concelho



podemos destacar a Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal, o Cine-Teatro e a Oficina Vinária, já para não falar do Museu do Ferro que se encontra encerrado para colocação do seu espólio.

Conclui-se com este cenário que o concelho de Torre de Moncorvo, visto ser um aglomerado com características históricas muito vincadas, apresenta uma significativa quantidade de equipamentos de carácter importante, reduzindo-se ao essencial no que diz respeito a comércios e deixando a maioria da sua área envolvente ao núcleo histórico para a expansão habitacional relativa aos edifícios de lazer.

Capítulo III



3 - Planeamento Urbanístico e Arquitectónico

Quanto à decisão de abordar o quadro do planeamento urbanístico e arquitectónico, reside na necessidade de tentar perceber o profundo sentir da comunidade rural e do viver campesino da Vila de Torre de Moncorvo, partindo de uma reflexão sobre algumas características vernáculas da arquitectura predominante em Trás-os-Montes para com isto poder fazer uma correcta leitura da estrutura espacial do núcleo rural em questão.

Partindo deste pressuposto, faremos uma abordagem geral, principalmente baseada nos dois núcleos históricos da Vila referindo a sua evolução estrutural e abordando uma análise aos vários tipos de arruamentos, passando pela habitação típica da zona. Por fim e para concluir entraremos no campo da arquitectura religiosa visto que esta retrata muitas das vezes o conjunto das civilizações que a influenciaram.

3.1 - A arquitectura popular portuguesa na zona de Trás-os-Montes

A arquitectura portuguesa do nosso ponto de vista, deve ser analisada nas suas manifestações, como urbanismo e como arquitectura/construção, assim poderá ser entendida como espaço criado tanto em espaços urbanos como em espaços rurais; como linguagem erudita e como expressão vernácula ou popular.

Fig. 40 - Exemplo de arquitectura popular Portuguesa



Fig. 41 - Outra forma de fazer arquitectura nestas zonas



Associado ao que toca a este assunto da arquitectura popular, o termo popular apresenta um conteúdo bastante abrangente devido ao facto de estar contido na relação directa com o povo. O povo apresenta-se como um dos principais geradores deste termo, uma vez que estamos a referirmo-nos a algo que as próprias pessoas de um dado país/região tenham de certo modo elaborado, criado ou até mesmo promovido.

É certo que, para o Homem do povo criar ou mesmo promover qualquer coisa de forma a melhorar a sua qualidade de vida, teve que acompanhar a expansão territorial de alguns povos, doutrinas religiosas, intercâmbios económicos e diversas culturas através do aparecimento técnico das inovações formais da arquitectura.

A par da expansão de todas as feições eruditas da arquitectura que o Homem foi conhecedor, como foi o caso do Império Romano entre outros, conheceu também as feições da arquitectura popular. Esta arquitectura nunca chegaria a ser urbana de origens e tendências, mas sim pode urbanizar-se, de forma a melhorar os seus cuidados construtivos e aspectos formais. Contudo se por acaso lhe tirarem as raízes que a prendem fortemente às feições da terra é capaz de perder a sua qualidade verdadeira e a sua força. Por outro lado, esta arquitectura denominada de popular reflecte o hábito dos mesmos gestos de semear, de plantar, de tratar e de colher, geração após geração, passando à vida dos rurais, às suas ideias e às suas iniciativas uma referência de tendências que contribui para estabilidade

de outras ocupações (58).

De certa forma, nas feições eruditas da arquitectura a atitude modéstia de colaboração com a natureza, contrapõe-se o desejo de dominar através de técnicas o aperfeiçoamento, ao utilitarismo, às preocupações estéticas e estilísticas, à rusticidade, aos requintes urbanos e à permanência com raízes de ordem económica, social e até mesmo de outra natureza, cada vez mais generalizada e internacionalizada (59).

Assim sendo, os maiores estilos eruditos ganharam expressões locais e na maioria dos casos resultam de uma adaptação às condições particulares das diferentes regiões, podendo até dizermos que estes estilos eruditos nascem como um prolongamento das próprias paisagens e do carácter do Homem de cada região, originando uma arquitectura que pela sua própria identificação com dada região/país, organizará os seus próprios sinais de identidade.

Para Pedro Llano esta arquitectura é afirmada como sendo uma arquitectura com raízes, quando refere que as “edificações apresentam-se intimamente vinculadas às pessoas que, século após século, foram quem as levantaram, sem mais experiência do que a tradição, nem mais ajuda do que a própria comunidade” (60).

Estamos também certos que na relação privilegiada com o meio, esta arquitectura, muitas vezes é condicionada por limitações de várias ordens, quer material (como por exemplo o clima, as matérias primas que estão ao seu dispor e os

Fig. 42 - Exemplo de arquitectura de características populares



(58) Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1º volume, 3ª edição, Lisboa 1988, p.1

(59) Idem, *Ibidem*, p.1

(60) LLANO, Pedro de, *Arquitectura Popular en Galicia - Razón e Construcción*, 1996, p.15

Fig. 43 - Construção vista como prolongamento da paisagem natural



próprios conhecimentos técnicos), quer sócio cultural (como a economia, condicionantes políticas e históricas, etc.) mas desenvolvem-se como forma de respeito com a natureza.

Como refere Manuel Diogo num dos seus textos publicados na revista *Linha de Terra*, este entendimento poderá contribuir para a modulação e implantação dos edifícios rurais, na qual pode ser ainda compreendido como qualquer modificação do meio natural provocado pelo Homem, de forma a conseguir melhores condições de vida, admitindo a integração de todas as construções realizadas na superfície terrestre ao longo da humanidade e da história (61).

O conjunto destas construções, ligadas de certa forma ao imaginário do mundo, ou se antes quisermos, construções que são vistas como o prolongamento da paisagem natural e que se adaptam à maneira de ser, de estar e de agir das pessoas que as vão habitar, passam a dar origem a uma arquitectura de características próprias e populares.

Assim, a arquitectura de características populares vai se estabelecer no nosso pensamento como sendo uma arquitectura que resume o produto e o reflexo autêntico da vida campesina, assemelhando-se neste aspecto muito mais com o modo de viver da época medieval do que com o tipo de comunidade e de conforto que proporciona a arquitectura contemporânea.

Colocar-se-á num ambiente bastante humanizado, contudo irá ser caracterizada pela rudeza do trabalho, concretizando uma existência endurecida

(61) DIOGO, Manuel, *Revista Linha de Terra n.º2, Um olhar sobre a arquitectura vernácula*, Junho de 2004, p.40

devido ao facto de uma pesada actividade diária e contacto que estabelece com o meio que também é modificado pela acção exclusiva do Homem.

No contexto desta relação Homem/Arquitectura, se pensarmos um pouco no que se refere à organização interior das construções populares e dos seus espaços adjacentes, podemos supor que se presenciou uma tentativa de superação das condições de habitabilidade que já eram frequentes na casa medieval, apesar das suas características fundamentais em que ambas se desenvolveram, tenham permanecido em simultâneo até aos nossos dias.

Como diria Pedro de Llano no seu pensamento, a arquitectura popular pode ser vista como uma arquitectura sem arquitectos, uma vez que estamos certos de que o Homem que nasce, trabalha e vive no território do mundo rural, poucas vezes pretende uma modificação ainda que radical do seu próprio habitat, tirando a excepção de uma adaptação às suas principais necessidades diárias. Pois, se lhe fosse de livre e espontânea vontade fazê-lo, provavelmente não poderia, uma vez que para isso iria necessitar de alguns recursos conhecimentos que na época os construtores populares não possuíam.

O pensamento de Pedro Llano, é de certa forma convincente, dado que na esfera do conjunto das construções da arquitectura popular, o seu conceito no sentido mais amplo, pode ser considerado o produto do próprio camponês de gente humilde e simples, que ao longo da sua vida, criou e

Fig. 44 - Exemplo de casa demonstrativo da relação do Homem com a Arquitectura



Fig. 45 - Tipo de arquitectura que o Homem/Artífice materializou



desempenhou o papel de construtor, ferreiro, moleiro, carpinteiro e até pastor.

Deste modo a arquitectura popular pode ser considerada uma arquitectura em que o Homem/Artífice, materializou a sua casa para si mesmo e sua família, sem contar com qualquer tipo de ajuda de especialistas, apenas contando com a colaboração da comunidade em que vivia e utilizando experiências que a tradição lhe transmitiu como herança.

No campo tectónico da arquitectura denominada de popular, devemos ter consciência que as próprias formas de habitar da arquitectura popular são o reflexo da evolução das formas das construções primitivas por razões internas que começaram por exigir outro tipo de espaços e outro tipo de funções, principalmente no que respeitava ao tamanho do habitat propriamente dito.

Devido à necessidade de criação de novas formas construtivas o Homem sentiu-se obrigado a alargar o seu conhecimento no que respeitava aos modos de construir para que de facto pudesse criar novas formas de construção do próprio habitat abandonando de algum modo as formas primitivas que conhecia. Esta ideia pode ser demonstrada num dos textos publicados na revista *Linha de Terra* por Manuel Diogo ao referir que: “apresentam-se na nossa construção técnicas que influenciam a arquitectura popular, principalmente no que respeita à utilização de novos conhecimentos na construção de muros em pedra, que no caso dos cunhais, determinaram o abandono das formas circulares e ovais

dando lugar à concepção arquitectónica de planta rectangular ou quadrada” (62).

Apesar de tudo, é importante não nos esquecermos que esta evolução só teve sucesso com o aparecimento do uso do ferro que permitiu ao Homem/Artesão abrir novas perspectivas para a evolução do seu trabalho, promovendo de certa forma a utilização das alvenarias na construção dos seus muros que permitiram o aumento substancial da área útil que os continham.

Ainda no contexto tectónico destas construções (populares), nomeadamente associadas ao meio rural, podemos focar que o Homem/Artesão para a execução das suas obras teve necessidade de utilizar os materiais que encontrava ao seu redor propícios do próprio terreno circundante. Claro que esta razão é óbvia uma vez que em épocas mais remotas a comunicação e o transporte era muito difícil o que fazia com que os elementos disponíveis para as construções fossem os que encontravam no meio rural.

É por este motivo que a arquitectura popular em Portugal e em especial na zona que nos encontramos aqui a estudar, é uma arquitectura construída à base de três materiais característicos sendo eles a pedra, a madeira e o barro.

Estes materiais, conjugados uns com os outros proporcionam uma arquitectura onde se destaca uma variedade de aplicações, soluções construtivas e até mesmo estruturais.

Como reforço desta ideia autores como Juan Báez Mesquita e Ángel Luís Ramires, relatam que

Fig. 46 - Materiais usados na construção desta arquitectura



(62) DIOGO, Manuel, *Revista Linha de Terra n.º2, Um olhar sobre a arquitectura vernácula*, Junho de 2004, p.42

Fig. 47 - Os materiais predominantes nas construções (a pedra e suas colorações)



esta é uma “arquitectura que se caracteriza por brilhantes ideias, por sabedoria acumulada durante gerações e por uma racionalidade que domina em todas as suas respostas” (63).

O uso destes três materiais principalmente o da pedra, mostra-se como um sistema construtivo bastante forte e maciço, manifestando a sua própria personalidade. É um material que pode ser caracterizado não só como sendo muito resistente mas também é apresentado muitas vezes com várias colorações.

Assim, a cor irá revelar-se como outro aspecto bastante importante no que respeita à arquitectura tanto dos meios urbanos como dos meios rurais, acabando por se estabelecer na arquitectura de forma a criar maior relação com a região em que se insere. Queremos com isto dizer que como é do nosso conhecimento, quando nos aproximamos mais das regiões a Sul do nosso país, constatamos que a cor dominante acaba por ser diferente da do Norte do país. No Sul o branco característico acaba por ter uma maior relação com a zona que se insere, enquanto que no Norte o cinzento da pedra granítica cria uma relação mais direccionada com a própria natureza.

Será então por este motivo que as construções da zona Norte apresentam-se com um carácter mais maciço, rude e até frio, enquanto que no Sul a maioria das construções mostram-se de uma forma geral com um aspecto mais fino, mais requintado e muita das vezes para algumas pessoas mais atraente.

(63) MESQUITA, Juan Baéz e Ángel Luís Ramires, *La casa tradicional en las tierras de Alba y Aliste*, Zamora 2000, p.27

Neste contexto, a arquitectura popular revela-se como uma adaptação ao meio natural que se insere, tirando partido da própria cor que os materiais dominantes de uma dada zona fornecem. Como diria Juan Báez Mesquita e Ángel Luís Ramires, os próprios tons e texturas dos materiais transmitem e estabelecem uma relação entre o espaço natural e o espaço construído assim como uma harmonia, que é conseguida através da repetição de um ou outro material cujos seus valores visuais sejam similares (64).

Na sequência deste entendimento da arquitectura através da cor que os materiais estabelecem nas construções, principalmente associados aos meios rurais, podemos proferir que estamos mediante um tipo de arquitectura cuja sua identidade se poderá encontrar estabelecida entre a obra construída e os materiais do próprio lugar, pois como referem os mesmos autores anteriormente mencionados, não é vulgar existir um contraste impetuoso entre a intervenção arquitectónica e o local onde se implanta (65).

Por conseguinte um dos elementos que se vai estabelecer na arquitectura como o fundamental para que de certa forma não se crie grande impacto com a relação directa entre o local onde a edificação se implanta e a construção, centrar-se-á na forma como a cobertura é executada, uma vez que na maioria dos casos as construções rurais apresentam-se muito baixas o que torna a cobertura demasiado visível quando nos afastamos ou nos encontramos em zonas bastante desniveladas.

Fig. 48 - Arquitectura demonstrativa da relação da obra com os materiais do lugar



(64) MESQUITA, Juan Baéz e Ángel Luís Ramires, *La casa tradicional en las tierras de Alba y Aliste*, Zamora 2000, p.275

(65) Idem, *Ibidem*, p.276

Fig. 49 - Tipos de coberturas predominantes e seus revestimentos



Aquí, na zona que nos encontramos a estudar as coberturas das edificações são geralmente executadas com as nossas conhecidas telhas, mas também é frequente encontrarem-se coberturas feitas em lousa como refere o autor Jorge Dias ao afirmar: “conforme o comprimento da casa, há várias outras traves transversais (vigas) sobre as quais assentam os caibros, que servem de suporte ao telhado de lousa” (66).

A telha é talvez o material que mais abundância tem, provavelmente por proporcionar uma forma geométrica precisa e pela sua característica coloração que acaba por estabelecer um contraste cromático não só com as paisagens como também com os próprios materiais característicos do tipo de arquitectura popular.

Se observarmos com atenção uma paisagem, onde estejam implantadas várias edificações, iremos claramente constatar que as construções cujas suas coberturas se encontrarem executadas com telha, têm tendência a destacarem-se muito mais do que as construídas a partir das chamadas lousas. As lousas na nossa opinião acabam por ter uma relação mais directa com a própria “terra”, contudo irão constituir uma paisagem menos contrastante. A sua cor característica acaba por se confundir com os materiais propícios dos terrenos, surgindo até construções que na maioria dos casos passam mesmo por despercebidas.

Todos estes aspectos só nos levam a querer que a relação cromática entre o contorno exterior das construções e a sua cobertura, têm relevante

(66) DIAS, Jorge, *Rio de Onor - Comunitarismo Agro - Pastoril*, 3ª edição, 1981 p.66

importância na relação que as edificações possuem com o meio envolvente, daí que a conjugação dos materiais, apesar de serem os que a própria terra nos dá, deve ser elaborada com especial atenção para que a arquitectura de características populares não perca a sua vinculação ao meio que as rodeiam.

Como consequência dos determinados domínios técnicos, de escolha e aplicação de materiais nas construções, esta evolução logo de imediato se estendeu às características das habitações, ou seja aquilo que denominamos de conceito de casa popular propriamente dita.

A casa popular, sendo um dos mais significativos e relevantes aspectos de humanização da paisagem, na sua grande diversidade de tipos, afloram, com particular evidência numerosos condicionamentos fundamentais, nomeadamente geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais das respectivas áreas e dos grupos humanos que a constroem e habitam.

A casa popular pode considerar-se como um produto imediato das relações do Homem com o meio natural que o rodeia, traduzindo a sua diferenciação regional, provocada pela utilização dos materiais locais e pelos sistemas de construção tradicionais ajustados às peculiaridades climáticas do meio.

Segundo alguns autores a casa popular é sobretudo a casa rural, isto porque é concebida não apenas como abrigo mas também como instrumento agrícola no qual é preciso adaptar-se às necessidades de exploração da terra, designadamente no

Fig. 50 - Um exemplo de casa como produto imediato da relação do Homem com o meio natural

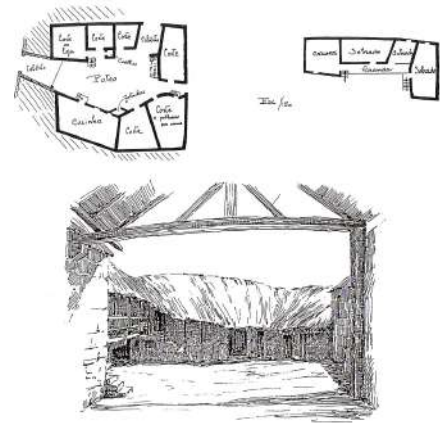


Fig. 51 - A casa como facto de economia agrícola.



que se refere ao dimensionamento, á importância e á distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, das lojas, das alfaias e das ferramentas da lavoura.

Para Demangeon a casa rural, “é essencialmente um facto de economia agrícola, e é principalmente como tal que ela exprime o meio geográfico; e exprime-o desse modo muito melhor, de uma maneira muito mais adequada e permanente, do que quando nela se consideram os materiais de construção, os dispositivos de orientação e as curiosidades do mobiliário” (67).

A casa não é unicamente uma dimensão espacial, mas sim um produto do Homem, no qual se deve procurar a razão ser e a explicação decisiva da casa que é a sua obra.

“Primitiva ou complicada, a existência do Homem não pode prescindir da cabana, gruta ou casa que lhe servia de abrigo, garantindo-lhe pelo menos, relativa tranquilidade e repouso retemperador.(...) Muda e varia o ângulo de observação dos que tratam o assunto mas o objecto permanece sempre ligado de muito perto à vida material e espiritual dos habitantes da terra” (68).

É através desta expressão que Raul Lino nos mostra que o seu entendimento sobre o objecto casa, é considerado como um refúgio existencial do Homem assim como uma condição fundamental da sua segurança material e espiritual. Para o autor a casa é ainda considerada como um factor de paz, amor, parentesco e liberdade do Homem. Será talvez por este motivo que ele afirma: “ a casa surge como o espaço sagrado da habitação do mundo, da

(67) OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 1992 p.13

(68) LINO, Raul, *Casas Portuguesas*, 11ª edição, 1992 p.9

essencial ligação humana entre a Terra e o Céu, entre o Homem e Deus” (69).

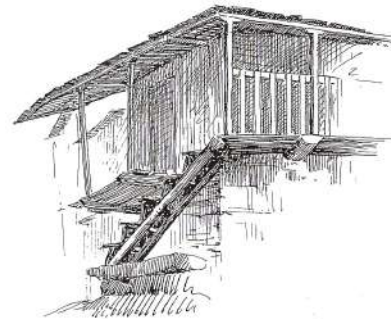
Se recorrermos ao pensamento dos autores Juan Báez Mesquita e Ángel Luís Ramires, iremos constatar que o conceito de casa não só fica sendo um simples refugio como também o claustro, a cova íntima onde o Homem se resguarda e se esconde da natureza. Pois é na casa que ele idealiza a sua esperança e suas ilusões (70).

Admitindo que todos estes conceitos são válidos, a casa na sua relação casa/vida, para nós enquanto arquitectos pode ser considerada como o local onde o Homem concentra toda a sua vida, realiza as suas essências humanas, convive com os próprios objectos que constituem a casa e que lhe permitem desenrolar as suas principais actividades diárias, assim como também podemos considerá-la como o único lugar no mundo que constituirá o abrigo protector contra terríveis ameaças que venha a ter ao longo da vida.

Como arquitectos devemos ainda tentar perceber quais as virtudes da casa, no sentido das suas qualidades materiais e espirituais.

No que se refere às qualidades materiais a casa deverá então obedecer a exigências basicamente económicas e estéticas. Pois o sentido de economia é entendido por Raul Lino como: “boa ordem, exacta medida, equilíbrio entre o esforço ou dispêndio e os resultados, concordância das partes e harmonia no conjunto, virtude máxima e essencial que nos é revelada, multiplicando-se em milhares de exemplos, sob as mais variadas formas em toda

Fig. 52 - Um exemplo em Bragança (Trás-os-Montes)



(69) RIBEIRO, Irene, *Raul Lino - pensador nacionalista da arquitectura*, 1994 p.143

(70) MESQUITA, Juan Baéz e Ángel Luís Ramires, *La casa tradicional en las tierras de Alba y Aliste*, Zamora 2000, p.307

Fig. 53 - Construções do meio rural (casas típicas)



a admirável criação da natureza” (71).

Quer com isto o autor dizer que uma casa económica não tem que ser barata, mas sim tem que apresentar as suas disposições bem aproveitadas assim como pouco desperdício de material e de espaço utilizável.

Quanto às qualidades espirituais o mesmo autor pensa que a naturalidade, a verdade, harmonia, amor e conforto, constituem valores que de certo modo deveriam orientar o projecto de uma dada habitação, no sentido de proporcionar um certo bom gosto da proporção e da própria beleza (72).

Os arquitectos deviam dar ênfase a estas qualidades espirituais ao qual nos atenta Raul Lino, apesar que na nossa opinião a proporção talvez se constituirá como elemento primordial e definitivo da beleza arquitectónica.

Uma vez que já possuímos de alguma forma um entendimento global da arquitectura popular e da casa popular propriamente dita, centraremos agora o nosso estudo na arquitectura das terras da região de Trás-os-Montes e Alto Douro de forma a concentrarmo-nos na reflexão sobre o conceito de casa nestas zonas.

Para este conteúdo iremos basear-nos na obra Rio de Onor – Comunitarismo Agro-Pastoril do autor Jorge Dias, uma vez que já desenvolveu um estudo sobre esta aldeia do distrito de Bragança.

Assim sendo, se algum dia percorrermos um pouco por estas terras de Trás-os-Montes e Alto Douro, constataremos que não existe um único

(71) LINO, Raul, *Casas Portuguesas*, 11ª edição, 1992 p.20

(72) RIBEIRO, Irene, *Raul Lino - pensador nacionalista da arquitectura*, 1994 p.150

modelo arquitectónico nesta zona. Subsiste pois nesta região, muitas das vezes uma síntese de vários modelos arquitectónicos descendentes das zonas da Beira, Trás-os-Montes e do Douro Litoral.

Contudo dentro destes povoados, o tipo de arquitectura predominante e que mais se identifica com a região que nos encontramos a estudar, é a casa que normalmente possui dois pisos, sendo o rés-do-chão destinado como zona de arrumos e armazenamento de produtos agrícolas, alfaias e lenha. É ainda o local de estábulo dos animais. Quanto ao primeiro piso este destina-se basicamente para a habitação das próprias pessoas.

O rés-do-chão ou se antes lhe quisermos chamar de piso térreo possui para além da porta de acesso ao exterior, outras aberturas que na maioria das situações não passam de postigos ou frechas, encontrando-se geralmente guarnecidas por grades de ferro e muitas vezes abertas ou fechadas por um portado interior feito com madeira proveniente da zona.

Construídas à base dos materiais que se encontravam na região, alternando-se entre o xisto, o granito, a lousa e o castanho, os materiais utilizados na construção do primeiro piso na maioria dos casos dependiam dos bens do solo e também da situação económica dos próprios proprietários.

Posto isto, as casas mais nobres ostentavam normalmente cantarias de granito (material de elite), principalmente nos cunhais e nas caixilharias das portas e janelas. As fachadas destas casas eram geralmente rebocadas ou até caiadas, enquanto que

Fig. 54 - Tipo de arquitectura que se identifica com a região em estudo



Fig. 55 - Sistema construtivo conhecido por tabique



as casas mais modestas apresentavam paredes de fachadas construídas com pedras pequenas que eram colocadas sem reboco exterior.

As paredes do primeiro piso eram normalmente as únicas que se encontravam revestidas pela parte interior, através de um sistema construtivo conhecido pelo tabique. O tabique consistia na construção de uma estrutura com tábuas e ripas de madeira de forma a criar uma espécie de rede, que depois seria protegida por um reboco. Exterioirmente as paredes permaneciam sem qualquer tipo de reboco e o tabique aqui era protegido pelas escamas ou placas rectangulares de ardósia.

A casa é geralmente constituída por uma planta rectangular com telhado de duas águas, de vertentes desiguais, ficando a menor quase sempre para a frente (73).

Apesar da maioria das casas terem a nível da planta a forma rectangular, é frequente encontrarmos nesta zona casas mais antigas de plantas circulares, apenas com duas paredes planas, formando um ângulo diedro e com telhado cónico de materiais vegetais, originando primeiramente casas com planta idêntica, mas com telhados planificados.

Como relata Jorge Dias, “o arredondamento das paredes nem sempre se explica pela necessidade de facilitar a circulação dos carros em cruzamentos de ruas como é frequente nas aldeias destas zonas, mas também pelo facto de em muitas destas aldeias não existir perto pedras boas para a construção, daí ser frequente arredondarem as paredes para

(73) DIAS, Jorge, *Rio de Onor - Comunitarismo Agro - Pastoral*, 3ª edição, 1981 p.57

evitem os cunhais” (74).

No que respeita à entrada principal das habitações destas zonas, é feita na sua maioria através de escada de pedra exterior, colocada paralelamente ao edifício e que culmina numa varanda ou alpendre de madeira que se encontram cobertas pelo prolongamento do telhado.

Interiormente estas habitações correspondem de modo a satisfazer as necessidades de uma economia agrícola-pastoril o que faz que obtenha apenas as divisões indispensáveis à vida das pessoas reduzindo-se assim à cozinha (centro das atenções), à sala e ao quarto.

Em suma, podemos então concluir que esta arquitectura popular pode ser definida como prática e realista, uma vez que corresponde essencialmente às necessidades imediatas da vida campesina das pessoas, mantendo-se sempre na generalidade com carácter existencialista.

3.2 - Desenvolvimento da estrutura urbana e rural

O desenvolvimento estrutural de um dado território, muita das vezes encontra-se ligado a um percurso histórico e cultural a que o respectivo território ultrapassou.

Devido ao facto da Vila de Torre de Moncorvo ter sido alvo de muitos acontecimentos históricos e de variadíssimos povoamentos anteriores ao período da reconquista, como podemos observar no capítulo relativo à história, a sua estrutura urbana e

Fig. 56 - Construções cujas suas paredes se encontram arredondadas



(74) DIAS, Jorge, *Rio de Onor - Comunitarismo Agro - Pastoril*, 3ª edição, 1981 p.58

Fig. 57 - Primeira cerca de forma circular

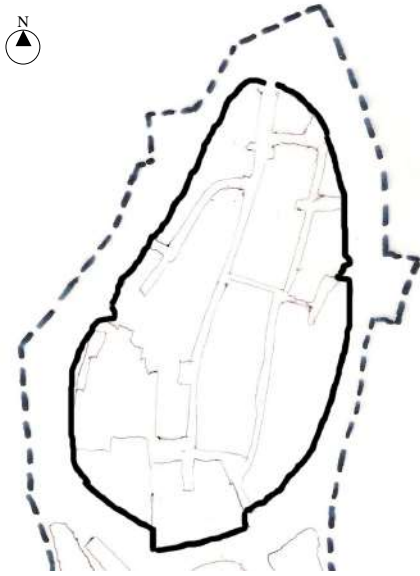
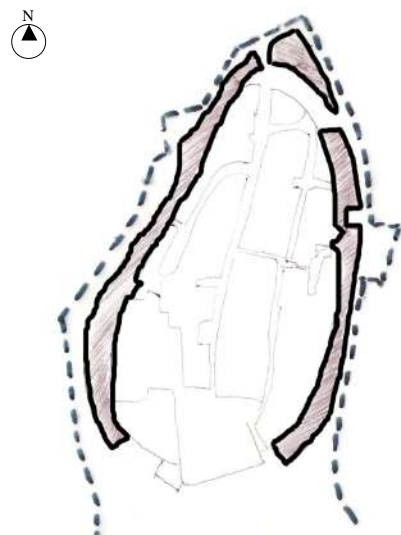


Fig. 58 - Alargamento da cerca para Norte



(75) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Plano de Salvaguarda do Centro Histórico*, p.48

(76) Idem, *Ibidem*, p.48

rural apresenta vestígios e características que ainda hoje conseguimos visualizar quando percorremos a Vila, relativos aos povoamentos que por ela passaram.

Assim sendo, do ponto de vista estrutural podemos constatar que esta Vila de Trás-os-Montes desenvolveu-se após o mandato de construção da fortificação, concluindo-se segundo estudos realizados pelo Dr. Nelson Rebanha que existiram duas fases de construção da fortaleza:

- a primeira fase coincidia com a construção da cerca de forma circular, que envolvia o núcleo medieval cujo seu fecho se verificava a partir das antigas escadinhas do arco que é hoje conhecida por escadas do Baldoeiro. Passava por duas vielas transversais à antiga Rua da Misericórdia, cujo seu nome hoje é Rua Dr. Campos Monteiro e reencontrava novamente o muro do lado poente entre a Rua dos Sapateiros que actualmente se chama de Rua 1º de Dezembro e a Rua Nova, hoje actual Rua 13 de Fevereiro (75).

- a segunda fase coincidia com o alargamento da cerca para Norte até à Rua da Boavista, como foi sugerido em algumas cartas de D. Fernando. Nesta fase a muralha e a zona das portas eram provavelmente envolvidas por uma segunda muralha exterior mais baixa, tornando esta fortaleza cada vez mais resguardada visto esta ter sido ampliada.

Concluídas as duas fases da construção da fortaleza, surge o aparecimento do Castelo que se viria a implantar na parte Sul da cerca (76).

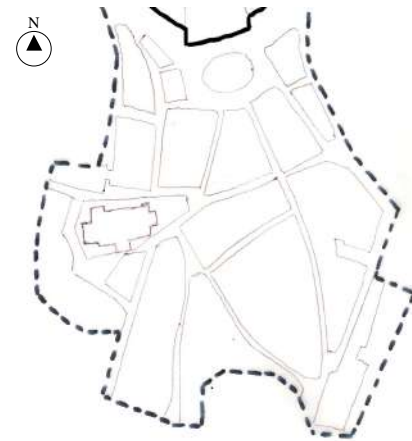
Desde a sua construção até ao século XVII

foram realizadas nestas fortificações obras de reparação e acrescento, mas os seus traços principais foram mantidos até aos inícios do século XIX, altura em que foram demolidas as portas da cerca e uma parte do Castelo. Segundo um documento de 11 de Junho de 1337 constam a construção de um portado de pedra na barbacã, a sul da porta do Castelo, assim como devem constar noutros documentos desta época outras construções elaboradas e até mesmo alterações da própria muralha uma vez que esta sofreu grandes transformações ao longo da sua evolução (77).

No correr deste período Torre de Moncorvo adopta uma forma de controlar o porto de barcas do Douro, na zona do Pocinho, de forma a destruir qualquer pretensão de incursão militar das Beiras. Contudo devido ao desempenho nas guerras com os Castelhanos, Moncorvo viu aumentado o termo do concelho. Em 1372 D. Fernando considera Moncorvo como sendo uma das melhores Vilas de Trás-os-Montes e dá-lhe como termo as Vilas de Vilariño da Castanheira e Mós.

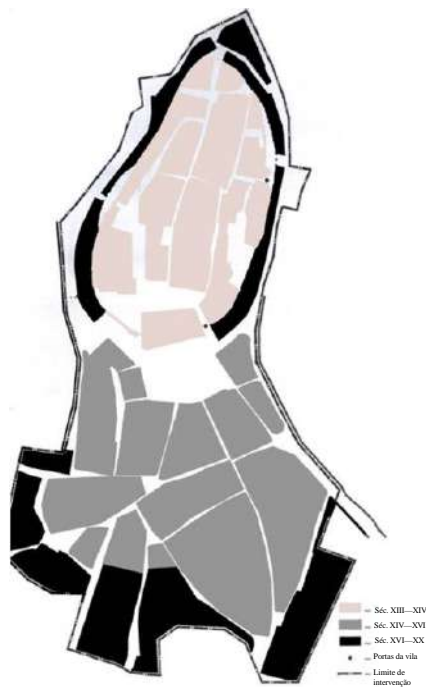
Uma vez considerado Moncorvo como sendo uma Vila, começa-se a deparar com uma grande evolução da sua estrutura urbana, no qual se desenvolveu no sentido Norte-Sul, desde a Rua da Misericórdia que actualmente é a Rua Dr. Campos Monteiro e que por aí se terá construído a Igreja da Misericórdia no século XV com dois arruamentos de cada lado. As ligações transversais eram asseguradas por vielas estreitas, formando vários quarteirões de forma rectangular ou trapezoidal.

Fig. 59 - Evolução extra-muros



(77) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.55

Fig. 60 - Evolução da estrutura urbana



No final da Idade Média iniciava-se uma nova expansão, esta que dizia respeito ao núcleo extra-muros, ou seja os chamados **arrabaldes** (78), que se desenvolveram para Sul, desde a Praça Francisco Meireles pelo meio de ruas que se dispersavam segundo o esquema radioconcentrico, característico do período renascentista.

Em 24 de Dezembro de 1372, data correspondente à primeira referência documental sobre a existência do arrabalde, dizem os documentos que esta existência foi provocada por razões como a sua destruição durante as guerras Fernandinas e também devido à diminuição da população. Posto isto, o Rei ordenou que o mercado da Vila de Moncorvo se elaborasse intra-muros, decisão esta que não teve sucesso devido à reacção do arrabalde.

No decorrer da crise de 1383-1385, Torre de Moncorvo toma partido pelo mestre Avis e em Maio de 1385 chega a juntar as hostes de D. João e D. Nuno Alvares Pereira, em pleno vale da Vilaríça segundo a descrição de Fernão Lopes na sua crónica de D. João I (79).

Os moradores da cerca no século XV reclamam o antigo privilégio Fernandino argumentando que a vila intra-muros corria o risco da desertificação. Este facto durou cerca de sete anos que decorreram entre 1456 e 1468 e só teve fim com a decisão régia, ordenando que a feira se fizesse na Praça do arrabalde e em lugar habitual durante sete meses do ano e dentro da cerca nos outros cinco meses, isto porque dentro da cerca, que era um lugar muito apertado e de ruas estreitas, não havia uma praça

(78) **arrabaldes** - significa povoações situadas perto de uma vila, da qual dependem.

(79) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.80

apropriada e muito menos casas com alpendres nos quais os ditos mercadores se pudessem acolher com as suas mercadorias em caso de necessidade. Em 1456 foi apresentado um requerimento nas cortes de Lisboa por Lisoarte Marinho, que existe no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo no qual era mencionado que “a vila se despovoa em cada um dia, por tal guisa que já nela não vive a quarta parte da gente e as casas são todas destruídas” (80).

Estes acontecimentos só demonstram que o núcleo intra-muros ia possuindo uma importância cada vez menor, dando lugar ao arrabalde que se prendava de novas construções e melhores infra-estruturas, tendo para isso também contribuído a força do poder económico de alguns mercadores Judeus, que se dedicavam fundamentalmente à exploração das ferrarias e ao fabrico do fio de seda.

Na origem da definitiva afirmação do arrabalde surge a construção da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, que devido à sua dimensão e implantação leva à centralização da Vila para o exterior da cerca e do Castelo.

No século XVIII verificaram-se alguns indicadores de prosperidade em Torre de Moncorvo, revelando-se o início da construção de alguns solares da Vila por intermédio da pequena nobreza. Foram ainda aparecendo algumas fábricas de sabão e a Real Feitoria do linho cânhamo, prosperidade que se alargou a toda a primeira metade do século XVIII e que contribuiu para a cultura do bicho-da-seda, aumentando e engrandecendo o comércio.

Em 1762 surge uma invasão espanhola,

Fig. 61 - A Vila na época do aparecimento das fábricas



(80) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Plano de Salvaguarda do Centro Histórico*, p.52

Fig. 62 - O edifício do Paços do Concelho



durante a Guerra dos Sete Anos, em que o exército franco-espanhol atravessa a fronteira por Almeida e Moncorvo provocando o início a demolições de algumas defesas que em Moncorvo existiam devido a um florescimento muito perturbado.

Já nos inícios do século XIX a nobreza e a burguesia local lutaram contra Junot (Revolução Francesa), o que levou a que Torre de Moncorvo voltasse a sair de onde estava mergulhado. Na segunda metade deste mesmo século e como consequência do abandono verificado no decorrer do século XVIII, as Câmaras da altura empreenderam a demolição das torres do Castelo, com a intenção de construir sobre ele o novo edifício dos Paços do Concelho e um jardim público que correspondia ao largo do Castelo cujo acesso era feito através de uma escadaria iniciada na Praça Francisco Meireles.

Este acontecimento em 1878 mereceu a revolta do historiador Alexandre Herculano ao referir que “com estes exemplos de governo não é de admirar que aqui mesmo em Santarém se derrubem as portas das velhas muralhas para calçar as ruas que na antiga Vila de Torre de Moncorvo, hoje Moncorvo, a antiga torre ... fosse deitada por terra com o mesmo intuito” (81).

Em suma, podemos concluir que a Vila de Torre de Moncorvo, desenvolveu-se através de dois diferentes núcleos e que diziam respeito a duas épocas distintas. Núcleos estes que corresponderam ao final da Idade Média, mais concretamente ao período Medieval relativo aos séculos XIII a XIV e

(81) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Plano de Salvaguarda do Centro Histórico*, p.53

outro referente à época Renascentista respeitante aos séculos XIV a XV.

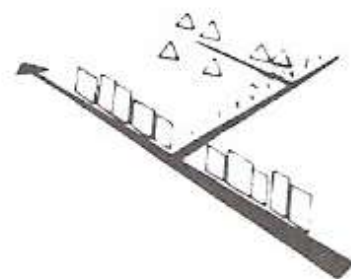
Mesmo assim, talvez ainda possamos mencionar um outro desenvolvimento que correspondeu aos séculos XVI a XX e que deu origem à construção elaborada em redor dos dois núcleos mencionados anteriormente.

Do mesmo modo que qualquer outro território, esta Vila em estudo apresenta um desenvolvimento estrutural maior, constatando-se um elevado crescimento de aglomerados habitacionais nos sentidos Este-Oeste. Contudo os que maior importância tiveram neste território foram os respectivos ao núcleo Medieval e Renascentista, daí termo-nos concentrado neles, não deixando de referir que o restante desenvolvimento também trouxe provavelmente aspectos importantíssimos para a Vila de Moncorvo, mas que ainda apresentamos um conhecimento muito vasto e modesto para poder elaborar qualquer tipo de discurso sobre esta expansão.

3.3 - Os arruamentos

No âmbito deste tópico referente aos arruamentos, pareceu-nos importante perceber de que forma é que estes elementos influenciam os espaços urbanos dos diversos aglomerados populacionais, assim como de que forma o ser humano encara estes elementos no seu dia a dia. Não deixa de ser também relevante a percepção dos arruamentos/ruas no seu processo histórico, pois neste aglomerado este aspecto será o que tem mais relevância uma

Fig. 63 - Esquema de arruamentos



vez que se veste de características históricas bastante marcantes.

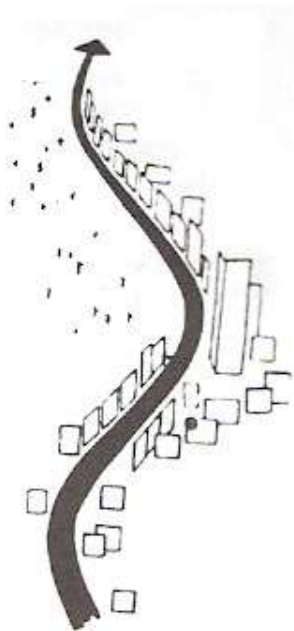
Os arruamentos ou se antes preferirmos chamar de ruas, são considerados os elementos principais que compõem a estrutura interna de uma dada Vila, Cidade ou até mesmo Aldeia, assim como os bairros, as praças, os edifícios comerciais, as habitações, os hospitais, as escolas, os terrenos e os vazios urbanos.

Todos estes elementos, assim como a própria vida urbana estão constantemente a modificar-se, a multiplicarem-se e a produzirem-se, visto que o espaço urbano é socialmente produzido e encontra-se em permanente transformação. De todos estes elementos, os arruamentos/ruas no seu processo de urbanização mostra-se como um lugar de realização de um tempo e espaços determinados. Desde os mais simples caminhos, bem ou mal traçados até às largas avenidas que hoje conhecemos, os arruamentos/ruas continuam a ser a expressão de certo modo principal de um dado espaço urbano.

É aqui nos chamados arruamentos/ruas, que as Vilas, Cidades e Aldeias se revelam, quer seja através da sua própria forma ou até mesmo desenho, quer enquanto lugar de realizações sociais como por exemplo convívio, troca de impressões, etc. Por conseguinte os arruamentos/ruas são onde se materializam as transformações na intriga física e na paisagem dos aglomerados urbanos.

Assim sendo podemos recitar que os arruamentos/ruas por um lado são um alinhado de fachadas de edifícios, por onde normalmente se circula

Fig. 64 - Esquema de um alinhamento de arruamento



ou percorre, assim como caminhos públicos acompanhados de ambos os lados por casas, paredes ou muros, no interior das povoações, por outro lado podemos ao mesmo tempo dizer que estes são o factor de vida das próprias Vilas, Cidades ou até mesmo Aldeias.

Podemos ainda focar que os arruamentos/ruas define-se como uma rede de linhas ou potenciais de deslocação através de um complexo urbano ou rural que constituem os meios mais significativos através do qual todo pode ser organizado (82).

Ao percorrermos um determinado aglomerado urbano, constatamos que a presença de algumas vias chaves são importantes de modo a constituírem uma referência dentro dos espaços urbanos. Estas vias às quais denominamos de chaves, deviam normalmente possuir uma qualidade particular de forma a se demarcarem de outros canais circundantes: a concentração de qualquer hábito ou actividade ao longo das suas margens, qualidade espacial característica, uma textura especial do pavimento ou até das próprias fachadas dos edifícios, uma estrutura particularmente clarificadora, um conjunto único de cheiros ou sons, um pormenor típico ou ainda um modo próprio de distribuição das plantas (83).

Dentro deste contexto, os vários aspectos que foram anteriormente referidos deveriam de igual modo aplicarem-se de forma a darem continuidade às vias e de modo a promoverem uma concentração de percursos habituais ao longo dos arruamentos/ruas, reforçando assim a sua imagem.

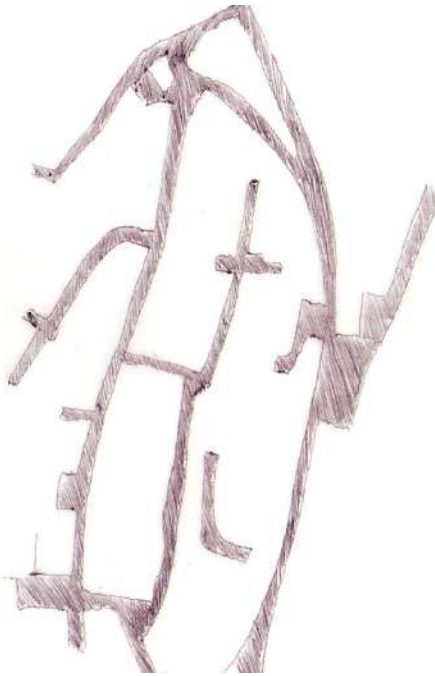
Fig. 65 - Outra forma de se provocar arruamentos



(82) LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, nº 15, edições 70, p.108

(83) Idem, *Ibidem*, p.108

Fig. 66 - Esquema dos arruamentos em Torre de Moncorvo (núcleo medieval)



Estes aspectos conduzem-nos a algo que pode ser chamado de uma hierarquia visual de ruas e caminhos, semelhantes à recomendação familiar de uma hierarquia funcional, ou seja, uma distinção sensorial das vias mais significativas e a sua unificação como elementos preceptivos contínuos (84).

Geralmente uma Vila, Cidade ou mesmo Aldeia, encontram-se organizadas por um conjunto de arruamentos/ruas, em que o ponto estratégico de tal conjunto acaba por ser a intersecção, queremos com isto dizer que é o ponto de ligação e de decisão para o movimento humano. Por conseguinte o ser humano, no seu íntimo encara os arruamentos/ruas como sendo uma direcção que os leva a um determinado fim e que ao mesmo tempo se efectua num só sentido.

Terá o ser humano total razão na forma como as encara?

De certa forma o ser humano encara este aspecto numa perspectiva provavelmente bastante correcta, uma vez que os arruamentos/ruas constituem algo que se dirige claramente a um determinado ponto, mas em contrapartida estes na nossa opinião não só se podem ver como elementos que nos levam num só sentido mas sim em múltiplos sentidos. Pois na nossa óptica os arruamentos/ruas podem ser vistos como um espaço que podemos percorrer em ambos os sentidos a não ser que estes tenham qualquer tipo de sinalização que o impeça, um elemento estruturador e organizador que promove na maioria dos casos o ordenamento do território dos centros urbanos, um espaço que transmite

(84) LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, nº 15, edições 70, p.108

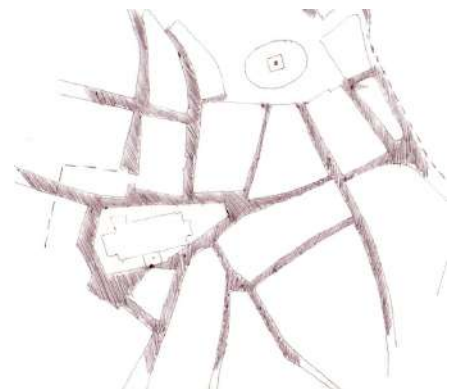
ao ser humano diferentes sensações que são captadas pelos seus órgãos sensoriais quando os percorrem, um elemento que pode ser usado como espaço de transição entre dois lugares, assim como um elemento que pode muito bem marcar uma referência importante de forma a facilitar aos observadores a sua localização dentro de uma certa estrutura urbana.

Por outro ponto de vista, e provavelmente o que maior relação tem com este aglomerado em estudo relativo a Torre de Moncorvo, os arruamentos/ruas também são portadores de um percurso histórico que de certa forma influenciam as próprias construções ao nível das formas e dos usos.

No percurso histórico, as Cidades sofreram longas transformações, tanto no que dizia respeito às formas e construções existentes como também no que representavam política e socialmente. Se remontarmos à origem das Cidades, constatamos que desde a antiguidade os arruamentos/ruas eram um elemento definidor da forma das Cidades, assim como revelavam a vida quotidiana e social que nelas existia. Normalmente as que eram rectilíneas definiam o plano geométrico quadriculado das Cidades antigas. Eram traçadas frequentemente em ângulo recto, sendo algumas vias principais no sentido do comprimento e outras faixas paralelas resultando numa grade de quarteirões rectangulares e uniformes, que podia variar dependendo das necessidades dos vários terrenos.

Apesar de tudo, no período medieval não terá sido a cidade que passou a ser o centro da vida

Fig. 67 - Esquema dos arruamentos em Torre de Moncorvo (arrabalde)

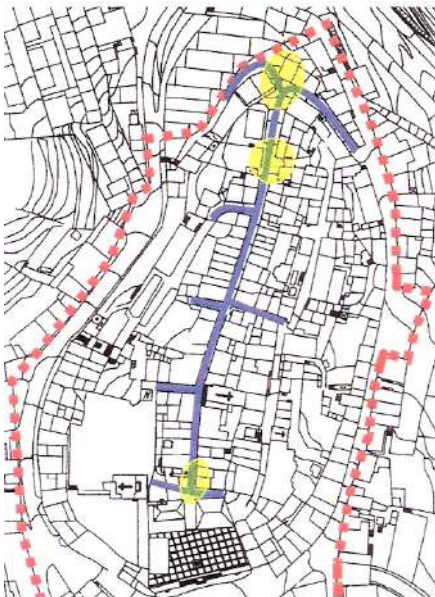


social e económica, mas sim o campo, mesmo com dificuldade em se caracterizar a cidade medieval, os elementos mais indicados para a sua descrição eram os arruamentos/ruas e Torre de Moncorvo pode ser considerado como um exemplo destes aspectos. Pois, aqui em Torre de Moncorvo assim como nas cidades medievais os arruamentos/ruas formavam uma malha bastante irregular, muito embora constituíssem um espaço único, havendo também ruas principais e secundárias que na maioria dos casos convergiam para os largos.

No caso concreto da Vila de Torre de Moncorvo as ruas tinham e ainda hoje têm características relativas a este período medieval, isto porque como já foi referido nesta dissertação de mestrado, Moncorvo surgiu com um primeiro núcleo claramente medieval onde podemos destacar como a principal rua deste núcleo a denominada Rua Dr. Campos Monteiro. Como podemos observar na planta que se é apresentada ao lado, os traçados medievais tinham normalmente uma rua direita, que se ia ramificando em vielas estreitinhas, tal como aqui em Moncorvo.

Aquando da construção da Igreja Misericórdia a rua passou a chamar-se rua da Misericórdia, estendendo-se para os outros arruamentos mais pequenos, esquecendo-se logo de imediato o seu velho topónimo. Actualmente chama-se então de rua Dr. Campos Monteiro, em homenagem ao médico, escritor e político que ali tinha nascido em 1876. Nesta rua é destacar alguns edifícios como é o caso da casa Dr. Campos Monteiro, Igreja da

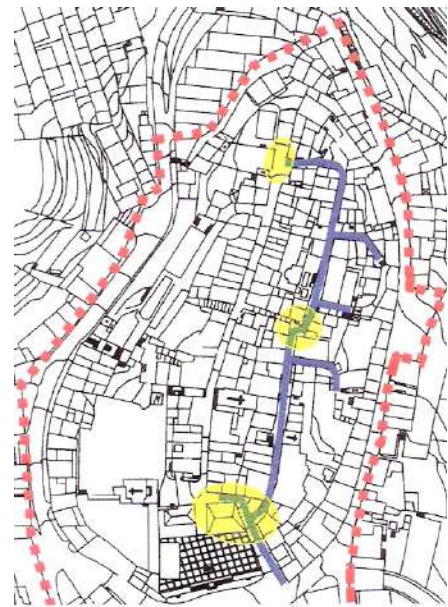
Fig. 68 - Rua Dr. Campos Monteiro e seus pontos de conflito a amarelo



Misericórdia, antiga cadeia das mulheres e numa viela transversal a casa da Roda dos Expostos. Esta rua apresenta-se ainda com carácter pedonal e viário possuindo muito pouco sítio para estacionamento reduzindo-se praticamente às bermas nas quais dificulta muito a circulação viária e a um pequeno largo em frente da Igreja da Misericórdia. Apresenta ainda alguns pontos de conflito provocados pelo estreitamento da própria rua e que se encontram também assinalados na planta anteriormente apresentada (85).

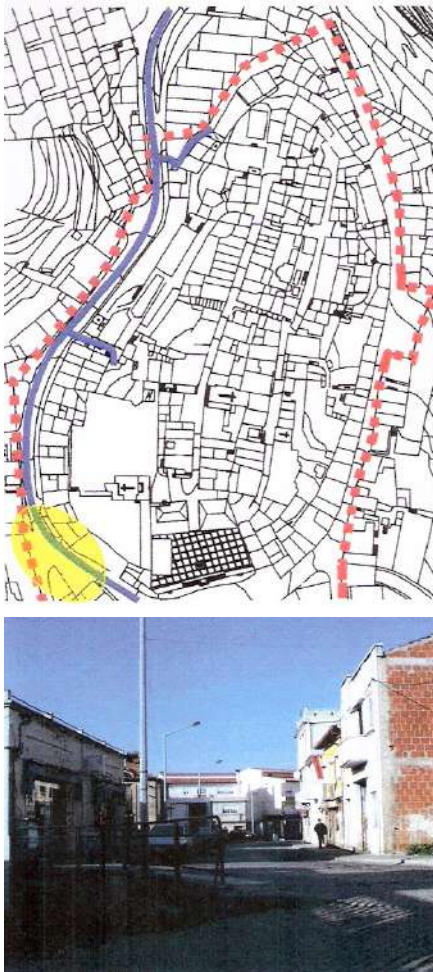
Devido à existência da fortificação como nas cidades medievais, a actual Rua 13 de Fevereiro corresponde à antiga rua do Castelo, ou seja era a rampa que ligava os dois núcleos (medieval e renascentista), que mais tarde viria a chamar-se de rua dos Açougues, topónimo este que derivou do facto de ali existirem os açougues e o matadouro. A partir do século XVIII, passou a chamar-se rua Nova e em 1919 com a queda da monarquia do Norte a rua passou a chamar-se então de rua 13 de Fevereiro. Nesta rua é de salientar os edifícios como o Solar dos Vasconcelos que data do século XVIII, possui uma capela anexa com uma fachada de aparelho almofadado, é arranque do arco da porta do lado Sul da cerca medieval e o muro apresenta várias siglas de canteiros. É uma rua tal como a anterior de carácter pedonal e viário, apresenta uma calçada típica em cubo granítico e alguns fragmentos em fraga e xisto, relativamente ao estacionamento podemos dizer que é mais complicado do que o da rua anterior uma vez que esta consegue ser

Fig. 69 - Rua 13 de Fevereiro e seus pontos de conflito a amarelo



(85) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd, sp.

Fig. 70 - Rua Tomás Ribeiro e seus pontos de conflito a amarelo



ainda mais estreita. A permanência de pontos de conflito continua persistente devido à própria zona e encontram-se também assinalados na planta que se apresenta ao lado (86).

No que respeita a este núcleo resta-nos referir apenas mais duas ruas, na qual podemos considerá-las como secundárias uma vez que estas já não são tão estruturadoras da malha urbana quanto as outras anteriormente citadas. Deste modo, a que mais se saliente de ambas as duas é a Rua Tomás Ribeiro que se apresenta com carácter pedonal e viário, pois aqui podemos observar uma maior abundância de veículos do que nas restantes ruas deste núcleo, o que a torna mais movimentada a nível viário do que pedonal. Esta rua fazia parte da antiga via medieval que ligava ao bairro do Prado e dava saída para os campos da Vila da Vilarça. Era a antiga rua das Barreiras, contudo não se sabe muito bem de onde derivou o seu nome, se foi de um recinto fechado construído no século XVI para onde eram conduzidos os animais apanhados em propriedades alheias, ou se esta dava acesso a terrenos argilosos. Na segunda metade do século passado, abriu-se aqui uma estrada real que dava acesso a Bragança e a rua incluída nessa rodoviária recebeu o nome do ministro fontísta das obras públicas cujo seu nome era Tomás Ribeiro. Esta rua pode ser considerada a que dá acesso à praça directamente, onde se destaca restos de um baluarte, porta falsa e um pano da antiga muralha e que também dá acesso às escadas se S. Bartolomeu correspondentes à antiga porta da Vila (87).

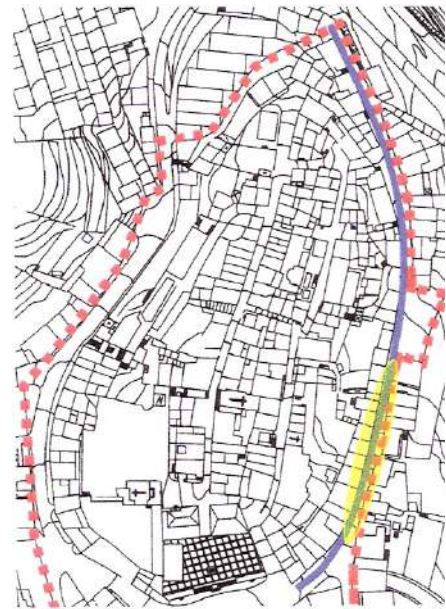
(86) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd, sp.

(87) Idem, *Ibidem*

A outra rua que é denominada de Rua 1º de Dezembro, correspondente à antiga rua dos Sapateiros; esta provavelmente correspondia à rua construída extra-muros que acompanhava a muralha pelo lado nascente e que possuía casas já construídas sobre a mesma, mas não se sabe concretamente se realmente correspondia ou até se seria um arruamento no interior da cerca. Podemos considerar esta rua ao nível do ambiente urbano com uma boa vivência, salubridade, insolação e iluminação. No que respeita à sua pavimentação é construída com calçada de cubo granítico e apresenta estacionamento praticamente nas bermas apesar da existência de um pequeno largo destinado a este fim. Para finalizar a caracterização desta rua é possuidora de uma vista preponderante sobre a famosa Serra do Reboredo a partir do tal largo destinado ao estacionamento. Os seus pontos de conflito tal como nas ruas anteriores encontram-se assinalados na planta que se segue tal como nas ruas anteriores (88).

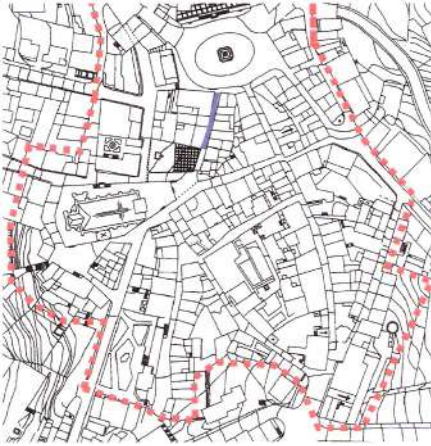
Na contextualização deste tema e devido à Vila de Torre de Moncorvo apresentar dois núcleos (medieval e renascentista), sentimo-nos na obrigação de abordar também a caracterização as diversas ruas que correspondem ao núcleo renascentista. Como é do nosso conhecimento geral, na época do renascimento os arruamentos/ruas eram dispersados segundo um esquema radioconcentrico típico deste período. Aqui em Torre de Moncorvo se analisarmos com atenção as plantas cartográficas correspondentes a esta zona deparamo-nos exactamente com este esquema característico do renascimento.

Fig. 71 - Rua 1º de Dezembro e seus pontos de conflito a amarelo



(88) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd, sp.

Fig. 72 - Rua 5 de Outubro



Contudo dentro deste núcleo tal como no anterior (medieval) existem ruas com características e funções bastante diferentes, podendo considerar-se algumas delas como principais e estruturadoras e outras como secundárias que basicamente se cruzam de forma a interligarem-se.

Assim sendo devemos realçar neste núcleo as seguintes ruas:

- A Rua 5 de Outubro, que correspondeu à antiga rua das Flores, topónimo este que apareceu associado aos vasos colocados em janelas de sacadas. Depois da implantação da República, recebeu o actual nome de 5 de Outubro, muito embora nunca se tenha chegado a impor, continuando as pessoas a chamar-lhe rua das Flores. Foi sempre uma rua com carácter comercial, faz ligação entre Praça Francisco António Meireles, o Rossio e a Igreja Matriz. Funcionaram aqui sempre vários armazéns, estabelecimentos comerciais, escritórios, etc. Quanto ao seu funcionamento no espaço rural, é somente uma rua pedonal e apresenta-se com um ambiente urbano de vivência boa, contudo relativamente à salubridade, insolação e iluminação tem um ambiente que se pode considerar razoável. Esta é uma das ruas que não apresenta nenhum ponto de conflito, talvez pelo facto de não existirem veículos a circular nela. Quanto aos pontos de vista de valor paisagístico é possuidora de uma vista preponderante no enfiamento da rua para a Câmara Municipal e vista perspectiva sobre a fabulosa Igreja Matriz (89).

(89) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd, sp.

• A Rua Visconde Vila Maior, que na nossa opinião é a rua que maior hierarquia tem quando observamos a planta topográfica deste núcleo. Corresponhia à rua do Cano devido ao facto do seu nome vir do cano que trazia a água da Serra do Reboredo até ao chafariz filipino da Praça Francisco António Meireles. Do ponto de vista da toponímia, a rua assumiu vários nomes sendo eles rua Almeida Garret, rua Central e actualmente rua Visconde de Vila Maior. Ao nível do seu ambiente urbano considera-se uma rua com vivência, salubridade, insolação e iluminação boa. Apresenta-se com carácter pedonal e viário visto ser utilizada tanto pelas pessoas que circulam a pé como pelos respectivos automóveis. Como é típico dos meios rurais o pavimento é igual aos que têm sido referenciados anteriormente sendo em calçada de cubo granítico. Ao contrário da rua 5 de Outubro, esta já apresenta dois pontos de conflito, pois nestes dois pontos torna-se difícil a manobra de qualquer tipo de viatura (90).

• A Rua Constantino Reis dos Floristas, que era a antiga rua dos mercadores, cujo seu nome de Constantino Reis dos Floristas foi-lhe concedido pela própria Câmara Municipal de Torre de Moncorvo após a implantação da Republica em 1910. Este nome surgiu pelo facto de ter nascido nesta rua em 1802 um artesão que se dedicava ao trabalho das flores secas, chegando a receber o primeiro prémio na exposição de 1844 em Paris, local para onde ele partiu em 1834. É uma rua que funciona tanto a nível pedonal como viário e apresenta uma

Fig. 73 - Rua Visconde Vila Maior e seus pontos de conflito a amarelo

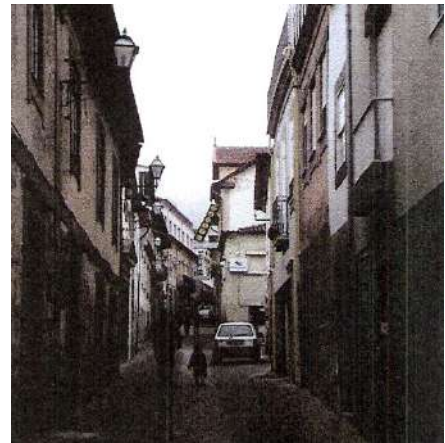
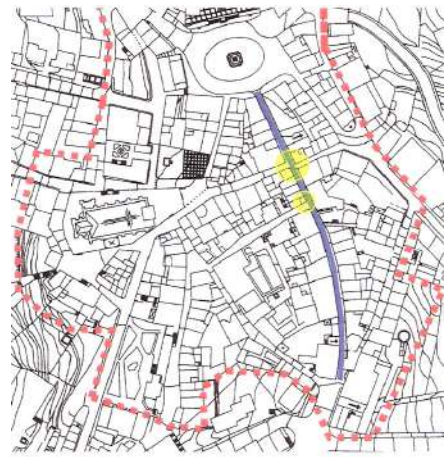
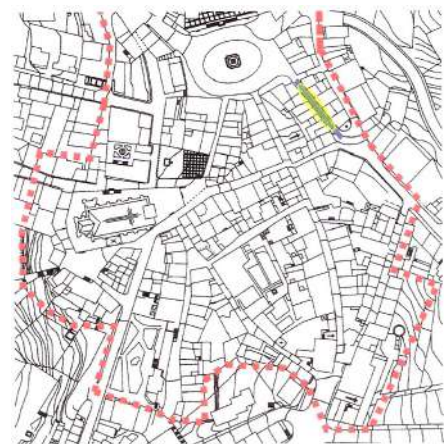


Fig. 74 - Rua Constantino Reis dos Floristas e seus pontos de conflito a amarelo



(90) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd, sp.

Fig. 75 - Rua Prior do Crato e seus pontos de conflito a amarelo

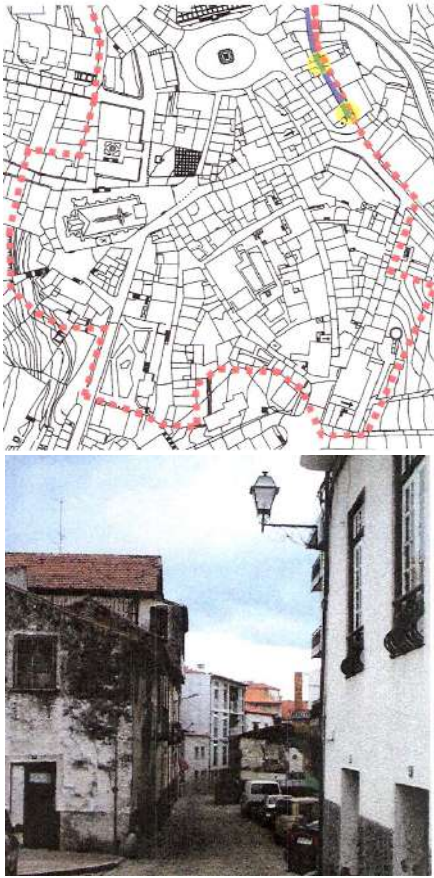
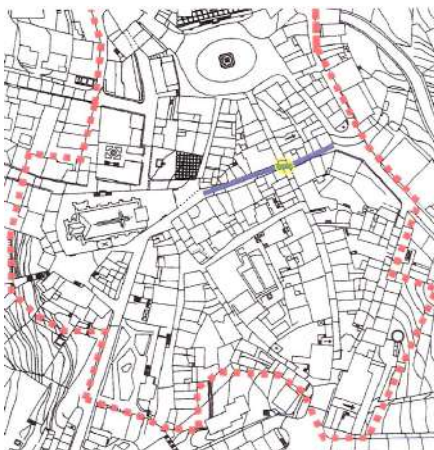


Fig. 76 - Rua Manuel Seixas e seus pontos de conflito a amarelo



(91) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd, sp.

(92) Idem, *Ibidem*

vivência, salubridade e iluminação bastante boa, mas quanto à sua insolação já não podemos dizer o mesmo pois é uma rua bastante sombria (91).

- A Rua Pior do Crato, de carácter pedonal e viário, que hoje devido à sinalização que adquiriu, corresponde ao principal acesso ao interior da vila de quem chega do lado Norte. É uma via que possui um ambiente urbano bastante razoável, visto não ser muito sombria nem ter grande vivência e apresenta alguns pontos de conflito provocados pela difícil viragem dos automóveis, sendo muitas das vezes até impossível. Conhecida como a antiga rua de Trás, provavelmente por se situar a trás da Praça, hoje tem o nome de rua D. António Prior do Crato, porque segundo a tradição numa das casas desta rua terá nascido no século XVI, Violante Gomes que era mãe de D. António Prior do Crato, pretendente ao trono de Portugal (92).

- A Rua Manuel Seixas, antiga rua da Salgada, nome que deveria estar relacionada com a actividade de salga. Em 1919 a rua terá passado a chamar-se rua Manuel Seixas em homenagem ao benemérito Manuel António Seixas, que em 1894 deixou em testamento uma avultada quantia para ser aplicada na criação de uma escola comercial em Torre de Moncorvo. Esta rua foi então dedicada ao comércio que ainda hoje lá existe, principalmente aos padeiros, sapateiros, alfaiates e mercadores. A nível arquitectónico é de salientar a casa de António Seixas. No que diz respeito ao ambiente urbano desta rua pode-se recitar que se apresenta com boas características, pois é uma rua bastante alegre.

Apresenta-se como uma rua pedonal e viária, mas é muito raro os veículos lá circularem excepto quando vão efectuar qualquer tipo de carga ou descarga nos devidos comércios existentes (93).

- A Avenida Eng. Duarte Pacheco, outra das ruas que maior força tem, quando nos deparamos com a carta topográfica deste núcleo. Antigamente era conhecida como a rua do Cabo e no século XVIII chamava-se de rua do Chapeiro. Em 1785 foi-lhe atribuída nova identidade passando a chamar-se rua Nova do Chapeiro, contudo no período da regeneração esta terá sido transformada em rede viária ao qual foi-lhe dado o nome de Fontes Pereira de Melo. Em 1910, tomou o nome de rua da Republica, no qual foi novamente arranjada e transformada numa espécie de miradouro e só mais tarde em homenagem ao Ministro de Obras Públicas é que passou a chamar-se de Av. Eng. Duarte Pacheco. Do ponto de vista urbanístico é uma rua de carácter tanto pedonal como viário e apresenta um ambiente cuja vivência, salubridade, insolação e iluminação é bastante boa, o que a torna uma avenida agradável de percorrer e até mesmo de permanecer visto junto a ela existir o agradável jardim da Vila (94).

- A Rua Dr. Margarido, cuja sua denominação antigamente era de rua da Rapadura. Nesta funcionou até meados do século XVIII um forno de **poia** (95), que provavelmente seria o que estava na origem do topónimo desta rua. No século XIX, a cadeia terá sido transferida para aqui, daí o povo começar-lhe a chamar de rua do Aljube. Em 1924,

Fig. 77 - Avenida Eng. Duarte Pacheco

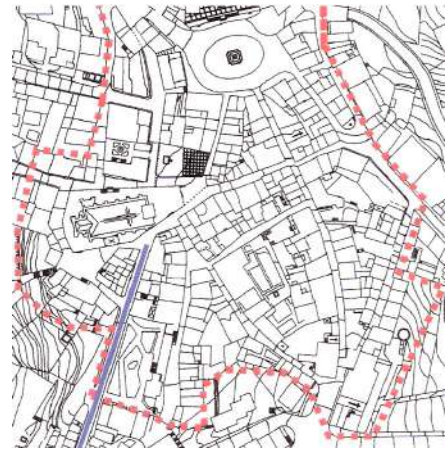
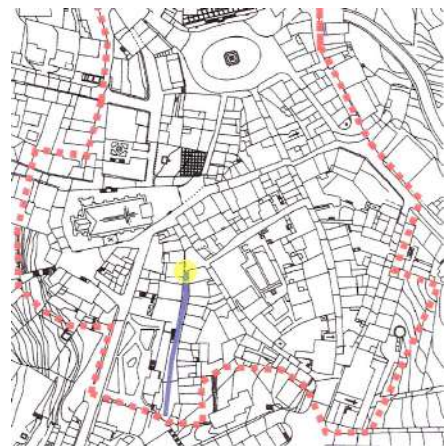


Fig. 78 - Rua Dr. Margarido e seus pontos de conflito a amarelo



(93) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd, sp.

(94) Idem, *Ibidem*

(95) **poia** - significa bola de pão alto, de trigo; grande quantidade de objectos.

Fig. 79 - Fotografia da Rua Dr. Margarido



Fig. 80 - Rua Infante D. Henriques e seus pontos de conflito a amarelo



(96) Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd, sp.

(97) Idem, *Ibidem*

chamava-se rua do Coronel Pacheco e em 1926, passou a chamar-se rua Dr. Margarido devido ao facto de ter nascido em Moncorvo, de se formar em medicina e ter sido nomeado Governador Civil de Bragança mais tarde. Quanto aos aspectos urbanísticos tal como as outras ruas apresenta características semelhantes apenas esta tem uma vivência considerada razoável provavelmente devido ao facto de possuir um menor número de construções (96).

- A Rua Infante D. Henriques, que correspondia à antiga rua do Quebra Costas, designação esta que provém do íngreme traçado do arruamento. Inicialmente esta possuía duas edificações maiores e algumas casas mais pequenas, ficando o restante reduzido a grandes quintais e jardins. É uma rua cujo seu funcionamento no espaço revela-se pedonal e viário, tendo mais peso o segundo aspecto pois é uma das vias que liga a cota baixa da Vila à cota mais alta. O seu ambiente urbano é bom apesar de esta ser um pouco sombria por causa da altura dos edifícios que a constituem (97).

Como observamos até aqui nas plantas anteriormente apresentadas, a Vila de Torre de Moncorvo é possuidora de um maior número de vias que ainda podíamos caracteriza-las, contudo no nosso entender pareceu-nos importante referir as que mais raízes tinham com a história do núcleo.

Podemos então concluir que os arruamentos/ruas desta Vila de Torre de Moncorvo, adquiriram com evidências as características básicas e provenientes dos dois períodos históricos que por aqui existiram (medieval e renascentista).

3.4 - Tipos de habitação: casa típica, mobiliário e outros acessórios.

Em Torre de Moncorvo, como noutros concelhos a habitação na sua génese arquitectónica apresenta características próprias e propícias da região em que se insere, dando origem a uma casa ou protótipo típico da zona em que se encontra implantada.

Dentro deste contexto, podemos dizer que o protótipo da casa do concelho de Torre de Moncorvo era feita em pedra no qual era unida com adobe, geralmente constituída por dois pisos: rés-do-chão e primeiro andar.

Apresenta na maioria das vezes uma varanda em madeira e um balcão exterior com escadas que era feito também em pedra tal como a casa propriamente dita. A divisão entre os dois pisos, a chamada laje de pavimento era construída através de um soalho e forro em madeira e as divisórias dos compartimentos eram executadas em estuque e madeira. O telhado apresentado normalmente sob a forma de duas águas, revestia-se com telha Marseilha que assentava em barrotes de madeira perpendiculares que eram pregados na cumeeira (98).

No que dizia respeito ao rés-do-chão, possuía várias divisões sendo elas a loja que se destinava à instalação dos animais, vacas, bois, cavalos, mula, macho, burro, etc. e onde existia uma manjedoura para lhes colocar a devida comida e para guardar algumas alfaias agrícolas e acessórios necessários aos animais. Possuía ainda este piso

Fig. 81 - Protótipo da casa do concelho de Torre de Moncorvo



(98) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.355

Fig. 82 - Mais um exemplo de casa típica de Torre de Moncorvo



uma adega, um cortelho para o porco, uma capoeira geralmente destinada às galinhas e muitas vezes também era frequente encontrar-se uma espécie de armazém onde se guardavam alguns produtos que cultivavam assim como as alfaias agrícolas destinadas à lavoura.

Normalmente existia também um curral em que uma parte se encontrava coberta e outra não, destinando-se ao armazenamento de lenha, carro dos bois, arados, grade, etc., assim como existia sempre um pequeno quintal onde as pessoas geralmente plantavam os seus **mimos** (99) de forma a terem-nos sempre ao seu alcance quando preparavam o almoço e o jantar.

Quanto ao primeiro andar era composto geralmente por uma cozinha, duas salas, quartos, uma varanda que normalmente era construída em madeira e um balcão exterior com uma escada em pedra que lhe dava acesso. Relativamente aquilo que hoje em dia conhecemos como casa de banho, neste tipo de casa quando existia, esta encontrava-se separada de todas as outras divisões da casa e situava-se geralmente numa parte exterior da mesma, com uma **latrina** (100) em madeira ou em cerâmica.

Em suma podemos dizer que esta era o tipo de casa característico do agricultor ou lavrador rico, uma vez que a maioria eram bem mais modestas.

Hoje em dia isto já não acontece, pois têm-se construído inúmeras casas modernas detentoras de todas as comodidades, só que nem sempre se enquadram na paisagem que as envolve.

(99) **mimos** - nome chamado às plantações dos produtos hortícolas, pelas pessoas desta zona.

(100) **latrina** - nome chamado à retrete, ou seja a latrina era aquilo que nós hoje em dia conhecemos como sanita.

Num contexto complementar a esta casa, o mobiliário e os outros acessórios que compõem o ambiente interior das mesmas, assumem um carácter bastante interessantíssimo e invulgar nos nossos dias de hoje que nos ajudam a perceber melhor este tipo de arquitectura típica desta zona.

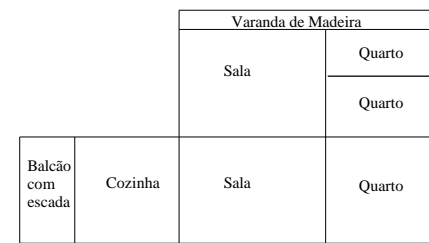
Assim sendo do ponto de vista decorativo, o mobiliário era em geral simples e variado pois eram escolhidos em função das possibilidades económicas e condições sociais de cada proprietário.

É frequente encontrarmos na cozinha, próximo da lareira com chupão em zinco ou folha de ferro, um escano, ou seja um banco grande em madeira com costa alta onde se prendia no seu canto uma chamada preguiceira. Esta preguiceira era normalmente uma espécie de mesa que se abria de forma às pessoas poderem comer sobre ela, sem saírem da beira do lume. Ao lado da lareira havia sempre um cantinho destinado à colocação da lenha que era tirada depois à medida que se ia precisando e um pequeno depósito em pedra.

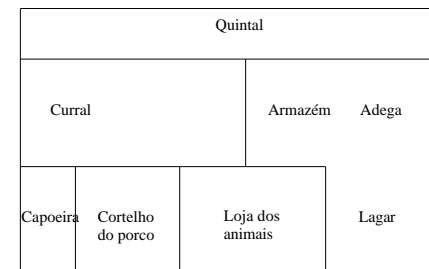
A esta lareira era geralmente dado o nome de lareira com **badil** (101), pois possuía sempre um espaço onde se acumulava a cinza que depois era despejada para sacos quando já se encontrava cheia, servindo mais tarde para estrumar as terras de cultivo.

Ao redor da fogueira, na zona da cozinha existiam também os chamados murilhos em ferro que serviam para suportar a lenha enquanto ardia. Possuíam de cada lado um ferro levantado em que nas suas extremidades se colocavam as malgas de

Fig. 83 - Planta da casa típica



1º Andar



R/ Chão

(101) **badil** - significa pequena pá de zinco, hoje em dia ainda utilizada para retirar a cinza da lareira.

Fig. 84 - Lareira com chupão



migas e de caldo para que estas não arrefecessem. Havia sempre um utensílio que se chamava tenaz que era utilizado para organizar a lenha à medida que ia ardendo, assim como também era normal existir um fole para soprar o lume, apesar de este muitas vezes ser substituído pelas próprias pessoas quando não ardia.

Na lareira a presença de um ferro de forma triangular com três pernas era fundamental, pois este era utilizado com muita frequência para suportar o púcaro, a cafeteira do café, chaleira, sertã e a grelha quando as pessoas queriam aquecer ou confeccionar qualquer coisa.

Sobre a lareira eram suspensas ao tecto umas correntes ou até mesmo uns ferros que tinham uns ganchos na ponta e que eram utilizados para pendurar a caldeira em zinco ou cobre, de modo a aquecer a água que geralmente servia para lavar a louça ou ainda para cozer as hortaliças aos animais.

Muitas vezes também era pendurada uma chaleira por cima desta que servia para acrescentar água quente aos cozinhados que confeccionavam numa panela de ferro com três pernas. À volta do lume haviam sempre alguns bancos em madeira, geralmente mais baixos que os normais que conhecemos hoje, onde se sentavam as pessoas principalmente no Inverno devido ao tempo característico da zona.

Na zona da cozinha era frequente pendurar-se no tecto quatro cordas dobradas de forma a ficarem suspensas, onde se introduziam dois paus grossos, que iriam suportar as várias varas de fumeiro,

compostas por alheiras, salpicões, chouriços, morcelas doces e de sangue e os tradicionais azedos. Nestas cordas eram também colocadas duas tábuas que utilizavam para a secagem dos queijos feitos com o leite das ovelhas, conservando-os untados com azeite e colorau.

Ainda no contexto da cozinha, visto ser a área onde se necessitavam mais mobílias e utensílios, encontrava-se normalmente num dos cantos da cozinha um balde das vassouras com água. A água dentro deste balde servia para conservar por um período de tempo maior, verdes as vassouras que eram feitas à base de giestas, que serviam para varrer a casa e depois de secas eram guardadas para no Verão varrer as eiras na época das colheitas do cereal.

Encontrava-se também enquadrado no ambiente da cozinha um louceiro em madeira, local onde se lavava a louça numa bacia e depois se punha a secar noutra, voltada para baixo (102).

Na parte inferior deste louceiro eram expostos os potes de três pernas, lavados e esfregados com areia que eram postos a brilhar como a prata. Este louceiro como normalmente possuía algumas prateleiras na parte superior, as pessoas decoravam-nas com bicos em renda ou recortes em jornal e expunham os pratos, travessas e malgas em cerâmica e esmalte.

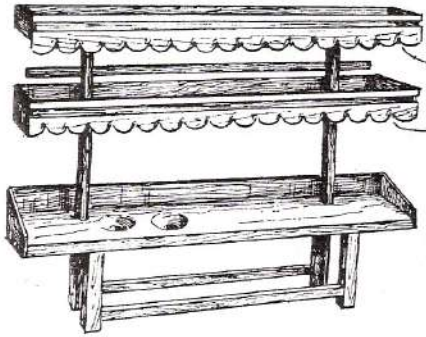
Por cima deste louceiro era frequente encontrar-se vários tachos e caldeiras de cobre a brilharem. Quanto à restante louça era exposta e pendurada na parede.

Fig. 85 - A cozinha rural



(102) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.361

Fig. 86 - Exemplo de um louceiro antigo da cozinha



Inserido neste panorama, estava presente a mesa da cozinha onde se comia praticamente só no Verão, uma vez que no Inverno se comia na chamada preguiceira existente junto da lareira e que já foi referida anteriormente.

Passando para o ambiente da sala, esta era composta normalmente por uma mesa extensível, meia dúzia de cadeiras, um guarda louça característico que possuía conforme os gostos das pessoas duas portas de vidro na parte superior e duas portas em madeira na parte inferior, uma mesinha de centro e duas colunas em madeira para colocar os vasos de plantas ou as jarras com flores (103).

A sala só era utilizada em dias de festa assim como os serviços de pratos, talheres e chávenas que as pessoas tinham.

Era muito característico nestas casas e nesta zona, a mesa da sala ter sobre ela quase sempre uma lindíssima toalha de renda, ou bordada com cores garridas bem combinadas, assim como também os respectivos panos sobre a mesinha de centro e colunas dos vasos e jarras.

Quanto ao quarto, integrava uma cama de ferro forjado, algumas decoradas com lindíssimos motivos como por exemplo a coroa de rei e eram cobertas tal como a mesa da sala, só que aqui em vez de ser toalha era por uma colcha de algodão em renda no Verão e em lã tecida com cores garridas no Inverno.

De ambos os lados da cama era colocada uma mesinha de cabeceira que também era coberta por um paninho de renda tudo a condizer, onde se

(103) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.361

colocava um castiçal em esmalte ou louça e um relógio despertador ao lado, o que era considerado um luxo na altura, uma vez que a maioria das pessoas regulavam-se pelo cantar do galo de madrugada.

No que dizia respeito à cómoda e guarda vestidos que hoje em dia toda a gente tem, na altura destas habitações só os mais ricos é que podiam ter, por isso as roupas eram guardadas nas arcas de madeira e nas malas em couro ou em papelão.

Num dos quartos era muito frequente encontrar-se um lavatório em ferro forjado com uma bacia que servia para as pessoas se lavarem todas as manhãs e quando era preciso tomarem banho fazia-se geralmente no quarto uma banheira grande redonda e em zinco que além desta finalidade servia ainda para transportar a roupa quando iam lavar ao tanque público (104).

Como não podíamos deixar de falar a forma de iluminar a casa também tinha características próprias da zona e era conseguida através de produtos de raízes específicas deste mesmo território.

Todos sabemos que a primeira fonte luminosa que o Homem usufruiu foi a do sol. Depois dessa o Homem começou por descobrir que o fogo não só servia para confeccionar os alimentos e para se aquecer como também poderia ser utilizado para se iluminar.

É dentro deste contexto que surge a primeira forma de iluminação da casa típica ou popular de Torre de Moncorvo. Não é de estranhar que o aproveitamento do azeite e do óleo, extraídos da

Fig. 87 - Mobiliário da cozinha



(104) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.362

Fig. 88 - Utensílios de iluminação



Fig. 17—Candil de azeite de suspensão; 2 Candil de azeite com asa; 3 Candil de petróleo; 4 Candil de petróleo; 5 Candil de petróleo; 6 Lampião; 7 Velador.

azeitona e da baga do zimbro, foram os principais produtos utilizados nesta Vila como meio de criar uma forma de iluminação, uma vez que neste território encontramos uma grande abundância de espécies vegetais como a oliveira e o zimbro. Estes produtos eram então colocados numa **lucerna** (105) de barro ou zinco, que servia como luminária, ao qual era colocado um disco de cortiça furado a boiar e no seu centro introduzia-se uma torcida de linho ou algodão molhado na gordura que depois era aceso, criando uma chama que servia para iluminar a casa.

Frequentemente eram ainda usados os lampiões, caixas de zinco de forma prismática ou quadrangular que também consumiam azeite e a mesma torcida feita em linho e algodão como no método anterior.

Este meio de iluminação era mais seguro porque não era tão fácil do vento o apagar uma vez que a caixa era fechada e apenas tinha uma pequena abertura na parte superior, sendo utilizados com maior frequência para a iluminação exterior.

Com a descoberta do petróleo, a iluminação tradicional à base do azeite e baga do zimbro, foi substituída pela candeia do petróleo que possuía um bico mais comprido, mas com um sistema semelhante ao do azeite.

De um modo geral a candeia era colocada na cozinha, o candeeiro na sala e o castiçal com a vela de cera ou de estearina no quarto.

Passado algum tempo surgiu ainda outro utensílio destinado a iluminar cujo seu nome foi gasómetro, que aqui em Torre de Moncorvo foi

(105) **lucerna** - significa o que conhecemos por clarabóia.

usado pelas pessoas que tinham mais posses económicas, em contrapartida as pessoas mais carenciadas nunca chegavam a ir além da candeia do azeite e do petróleo.

O chamado gasómetro era na sua grande parte em zinco, com uma forma cilíndrica e possuía uma asa e um bico comprido por onde se libertava a chama que era obtida pela introdução de pedras de cloreto misturadas com água no seu interior. Estas pedras libertavam um gás pelo bico, que depois de ser inflamado produzia uma chama que iluminava com mais intensidade.

Nas noites em que não havia luar, a forma mais usual de combater a escuridão da noite nas ruas e nos campos, era feita através de um **facho-queiro** (106) acesso.

Em suma conclui-se que a casa típica de Torre de Moncorvo era uma habitação que correspondia às necessidades essenciais das pessoas e que possui características que revelavam com bastante evidência o próprio modo de vida das pessoas que as habitavam.

3.5 - Arquitectura religiosa e civil (igrejas e solares)

Quando abordamos um tema relacionado com arquitectura religiosa e civil, normalmente acabamos por nos referir logo de imediato a edifícios cujas suas funções se encontram ligadas ao sagrado e à defesa.

É neste contexto que caracterizamos as

Fig. 89 - Utensílio de iluminação



(106) **fachoqueiro** - isto era um punhado de palha comprida, preso nos lados e ao centro acesso.

Fig. 90 - Igreja Matriz (vista principal)



nossas conhecidas igrejas, como sendo edifícios sagrados assim como os chamados templos, que cujas suas funções eram muito semelhantes. Ao contrário destes, os castelos direccionavam-se mais concretamente para as funções defensivas devido à sua construção pesada e robusta.

Os edifícios a que chamamos de sagrados (igrejas e templos), constituem na sua grande maioria verdadeiros índices das comunidades que os patrocinam e em que se integram, quer a nível económico, cultural, social e até político.

A nível económico porque estes edifícios podem possuir maior ou menor dimensão e riqueza decorativa; a nível cultural devido ao facto da função do saber vasto dos programas associados à descrição e conhecimento das próprias imagens que neles subsistem e a nível social e político pela associação explícita de importantes personalidades, régias, nobres ou eclesiásticas, que de algum modo terão escolhido estes edifícios como seu panteão.

Assim sendo, estes templos são considerados locais de culto e oração assim como locais destinados à realização de reuniões cívicas das paróquias e pólos de festejo litúrgico e profano (107).

O concelho de Torre de Moncorvo é dotado de um grande número de edifícios religiosos, o que torna esta terra recheada de monumentos históricos de elevado valor patrimonial dignos de admiração.

No centro desta Vila destaca-se a Igreja Matriz, construída nos inícios do século XVI, mais concretamente em 1540.

Construída em pedra granítica, a sua

(107) <http://pt.Wikipédia.org>, *A arquitectura religiosa*, 2007

arquitectura apresenta aspectos evidentes de forte solidez e afirma-se pela sua importância e suntuosidade, quer no seu aspecto exterior como interior (108).

A Igreja Matriz conhecida por Nossa Senhora da Assunção é constituída por um corpo de três naves, uma central e duas laterais, planta rectangular, sem transepto, terminando a Poente numa capela-mor rectangular. É ladeada por dois absidíolos em semicírculo, que se perlongam a Oeste por um corpo rectangular mais curto e que são cobertos por lajes de granito, colocadas em forma de escama.

As paredes laterais são reforçadas por um conjunto de doze contrafortes e no seu prolongamento, sobre a cornija encontram-se vários cubos que terminam com pináculos. Na parte correspondente à capela-mor realçam-se das arestas quatro lanternins que sustentam **figuras de putti** (109).

De ambos os lados desta Igreja encontram-se seis janelas em arco de volta perfeita e por baixo das mesmas vemos uma moldura que envolve o edifício.

Dos contrafortes surgem gárgulas zoomórficas, antropomórficas e de seres híbridos.

Quando nos aproximamos da fachada principal sobressalta-nos a torre saliente que acentua o sentido da verticalidade ao edifício. Esta divide-se em dois pisos distintos, o primeiro que vai desde o solo até ao nível da cornija, exhibe com aparato o pórtico claramente renascentista de arco de volta inteira, no qual se encontra ladeado e encimado por

Fig. 91 - Igreja Matriz (vista posterior)



(108) FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001,p.108

(109) **figuras de putti** - são figuras que simbolizam e representavam a inocência.

Fig. 92 - Igreja Matriz (cobertura abóbada-da polinervada)



colunas coríntias, intercaladas por nichos que contém imagens em granito e sobre esta um janelão ladeado por dois olhos de boi. O segundo piso eleva-se para além do telhado e apresenta duas portas de varandas e nove aberturas, os sinos e um relógio desde o século XVII. A torre termina com quatro cubos encimados por bolas de granito e a ligar o conjunto encontra-se uma balaustrada. Hoje esta torre é coberta por um telhado com acesso ao varandim enquanto que em tempos anteriores encontrava-se coberta por um zimbório revestido a chumbo (110).

No seu exterior mostra-se ainda com dois corpos salientes que correspondem à sacristia do lado Noroeste e a um alpendre sobre o pórtico a Sul.

Quanto à sacristia, é coberta por uma abóbada polinervada em forma de estrela e a envolver a mesma encontram-se medalhões e ornatos com vários motivos em baixo relevo, sendo os mais frequentes os florões.

No que respeita ao portal do lado Sul apresenta-se com estilo da renascença, possui dois medalhões com dois bustos que ladeiam todo o pórtico.

O entablamento superior exhibe um nicho de forma rectangular com uma imagem da Sra. da Vela que se prolonga por um arco em cortina e remata numa cruz latina.

Relativamente ao interior do edifício, mostra-se com três naves como já foi referido, estas todas da mesma altura, com cinco tramos

(110) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

sustentados por oito colunas de ordem toscana colossal. A partir dos capitéis das colunas, erguem-se feixes de nervuras que formam um reticulado, servindo de base a uma abóbada única construída em tijolo.

O altar-mor desta igreja é colocado na abside central que é enquadrada por um arco triunfal. A abside propriamente dita é coberta por uma abóbada de berço que se divide em caixotões que contêm alguns símbolos religiosos e no qual se encontram nos pontos de ligação catorze medalhões correspondentes ao século XVI, possuindo representações de personagens masculinas, segurando livros, rolos, bordões ou lanças, emoldurados por grinaldas.

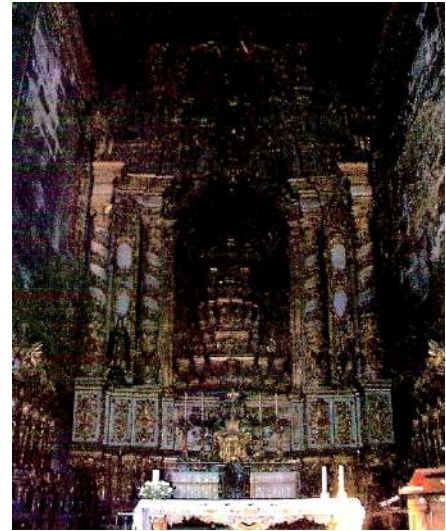
Ostenta um grandioso retábulo setecentista que terá sido executado em 1752 por Jacinto Silva.

As paredes laterais exibem inúmeros frescos cuja autoria era de Francisco Bernardo Alves que os executou mais ou menos por volta de 1779 e representam a comunhão da Virgem e a Última Ceia.

No absidiolo do Santíssimo Sacramento, sob a abóbada que é formado por um quarto de uma esfera, podemos observar um outro belo retábulo que possui esculturas em baixo relevo, representando cenas da Paixão de Cristo, os quatro Doutores da Igreja, os Evangelistas e a Incredulidade de S. Tomé (111).

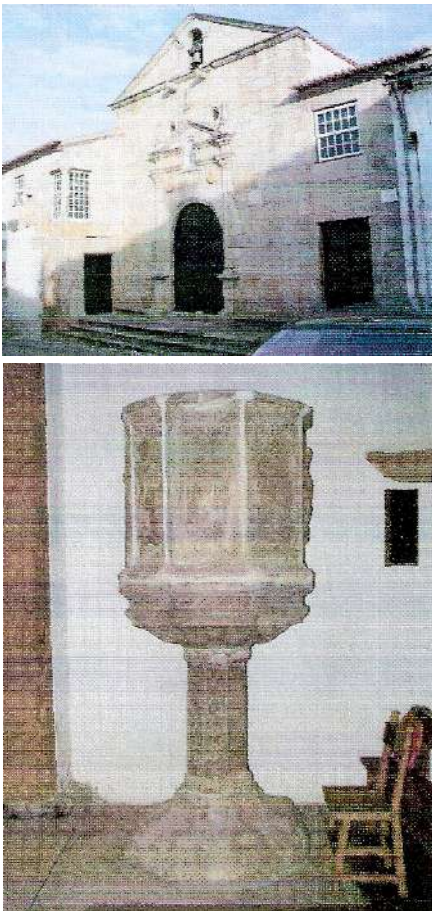
Para além destes existem também no interior da Igreja outros quatro altares laterais, decorados basicamente com motivos em forma de concha típica do estilo rococó.

Fig. 93 - Igreja Matriz (altar-mor)



(111) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

Fig. 94 - Igreja da Misericórdia



À entrada correspondente ao lado direito da Igreja, visualiza-se o chamado Baptistério, cuja sua cobertura é feita por uma abóbada de arco abatido e que é dividida em caixotões.

Quanto ao lado esquerdo da mesma, comporta uma escada que direcciona as pessoas à entrada pela Torre.

Destaca-se ainda nesta Vila a Igreja da Misericórdia, edifício de traça quincentista com planta rectangular de dois corpos. A fachada mostra um portal com um arco de volta perfeita ladeado por dois medalhões com figuras de homem. Todo o conjunto é acompanhado por duas pilastras que suportam o frontão triangular decorado com flores e nicho. Na parte superior do frontão existem também duas janelas oculares que servem para provavelmente iluminar o respectivo altar.

Interiormente a Igreja possui uma cobertura de falsa abóbada de berço com caixotões em madeira, sendo este espaço ainda constituído por uma só nave, com um púlpito de cada lado, ao qual se tem acesso por tribunas sustentadas por colunas jónicas. Este interior é ainda possuidor de inúmeros retábulos em talha dourada e que são ricamente ornamentados (112).

No arco triunfal que também possui encontra-se colocado um púlpito em granito cuja sua forma é poligonal e tem características da época renascentista.

Quanto ao corpo superior do púlpito, encontram-se esculpidos em relevo medalhões com as imagens de corpo inteiro correspondentes a

(112) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

S. Jerónimo, S. Paulo, S. Marcos, S. Mateus, Santo Agostinho e outros. A base deste corpo é ornamentada por folhas de acanto típicas deste período. È ainda de salientar nesta Igreja o rico espólio de imaginária que tem em sua pose.

Dentro deste contexto outro dos edifícios religiosos que apresenta uma certa relevância é a Capela do Sagrado Coração de Jesus, datada do século XVII e que se localiza no Largo Frederico de Abreu.

Esta Capela fazia parte do antigo solar setecentista que era propriedade da família Carneiro de Vasconcelos. Neste século pertenceu a Emílio Augusto Carneiro de Vasconcelos, descendente de Lourenço António Carneiro de Vasconcelos. Hoje encontra-se como propriedade do Dr. Joaquim Oliveira Fonseca que reside em Miranda do Douro. Terá sido demolida em 1985 dando origem a um parque de estacionamento que se encontra actualmente no local.

A parte do edifício que ainda existe, apresenta um grau de degradação avançado, provocado essencialmente pelo mau estado da cobertura visto ter ruído mais do que uma vez.

Era uma capela constituída por uma planta simples e com cobertura de duas águas. A fachada possuía vãos rectos ladeados por duas pilastras que serviam de base a um frontão interrompido que termina em duas volutas. Possuía ainda no seu centro o símbolo do Sagrado Coração de Jesus e a encimar este frontão tinha um óculo cuja moldura é em forma de cruz grega. A acompanhar todo este

Fig. 95 - Capela do Sagrado Coração de Jesus



Fig. 96 - Capela do Sagrado Coração de Jesus (altar e os frescos)



conjunto, existem duas pilastras que terminam em duas pirâmides helicoidais como podemos observar nas imagens que ao lado se apresentam (113).

Podemos considerar esta edificação como possuidora de dois registos, quando observamos o seu alçado lateral. O primeiro registo mostra-nos uma porta enquanto que o segundo deixa ver uma janela.

Quanto ao interior, divide-se em capela e sacristia e um outro corpo adoçado a este que é composto por uma capela e sala. A capela possui um altar de talha Barroca, dourada e poli cromada, contudo apresenta características do período joanino e rococó.

As colunas têm um fuste liso e são decoradas no terço interior com volutas em forma de conchas e linhas sinuosas. Na parte superior possui festões de flores e os capitéis terminam em feixes de folhas de acanto característica esta do estilo coríntio. A ladear as colunas estão presentes dois nichos de cada lado decorados com motivos naturalistas e com formas de conchas. O trono possui um painel bastante valioso pintado com grinaldas e festões de flores que depois é rematado por um baldaquino. No centro apresenta a Imagem do Sagrado Coração de Jesus (114).

O altar desta Capela é contornado de frescos principalmente pintados em tons de azul e com formas de volutas e conchas, terminando com motivos baseados em frutos como por exemplo melancia, laranjas pêssegos e peras.

No que diz respeito ao revestimento das

(113) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

(114) Idem, *Ibidem*

paredes, na capela principal formam-se lambrins de ambos os lados, exibindo frescos inscritos em molduras cujas tonalidades variam entre os tons de azul, castanho, rosa e verde azeitona. Os lambrins do lado esquerdo que se encontram junto da porta e em muito mau estado nesta altura mostram três peregrinos que descansam. Devido ao mau estado um dos peregrinos já não se consegue decifrar, mas nos outros ainda se consegue perceber que um se encontra a tocar gaita-de-foles e outro a escuta-lo com o braço por cima do cajado. No centro vemos ainda dois peregrinos com cajado (contendo cabaço) na mão que caminham em direcção a uma catedral. Por fim outros dois também com cajado na mão passam uma ponte em frente uma cruz e uma catedral (115).

Quanto aos lambrins do lado direito é representado um pastor com um aspecto ainda jovem que se encontra a ler ao lado do seu rebanho e ao fundo desse cenário visualiza-se uma basílica. No centro destes lambrins um outro homem é representado descalço, segurando com a mão direita um mendigo e com a mão esquerda apontando para a igreja.

Como esta Capela é possuidora de um coro alto, é possível visualizar-se sobre a porta da entrada, um órgão de tubos que combina na perfeição com a fantasia da talha uma vez que o suporte e remate dos tubos são entalhados com motivos curvos de volutas e folhagem acantiforme tal como o restante ambiente interior da Capela.

A abóbada compõe-se por quatro painéis de

Fig. 97 - Capela do Sagrado Coração de Jesus (lambrins e órgão de tubos)



(115) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

Fig. 98 - Capela do Sagrado Coração de Jesus (pia)



evocação ao Sagrado Coração de Jesus e ao Sagrado Coração de Maria, num enquadramento composto por formas de conchas e vasos floridos, cujas tonalidades andavam dentro dos dourados, azuis, castanhos, verde e vermelho (116).

O outro altar na mesma disposição do anterior, possui duas colunas que enquadram de ambos os lados o nicho profundo, com painel pintado á base de festões de flores e é rematado com um baldaquino tal como o anterior. As colunas são igualmente de fuste liso, decoradas com flores e também com formas de conchas.

A sacristia desta fantástica capela tem uma pia em granito de cor branca e na parte superior possui um pequeno entablamento. Ao centro encontra-se representado a figura de um homem com uma torneira colocada na sua boca e sobre este uma abertura em forma de concha que permitia o acesso ao depósito da água que se encontrava no interior do conjunto desta peça.

Para finalizar, no corpo principal da capela visualizam-se duas pinturas sobre tela em que uma delas supõe-se que representa episódios da vida de Santo António (117).

Ainda dentro da arquitectura religiosa parece-nos importante falar um pouco de uma das mais pequenas Capelas desta Vila, talvez pelo facto de muita gente ter uma certa admiração pela própria arquitectura que apresenta, mas também pelo facto de corresponder a uma das portas do núcleo medievall que a vila possuía.

Esta é então a chamada Capela de Nossa

(116) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

(117) Idem, *Ibidem*

Senhora dos Remédios, datada do século XVII e que hoje se encontra com muito mau estado devido também à sua cobertura.

A Capela de Nossa Senhora dos Remédios, foi edificada no século XVII sobre o arco da porta do lado nascente da antiga vila medieval de Torre de Moncorvo. Uma Capela de planta simples e com cobertura de duas águas.

Apresenta na sua fachada uma porta com balcão, onde se inscreve um frontão triangular. A ladear a sua fachada são visíveis dois cunhais rematados por duas pirâmides helicoidais e a empena termina com uma cruz. É ainda detentora de duas portas laterais de ambos os lados (118).

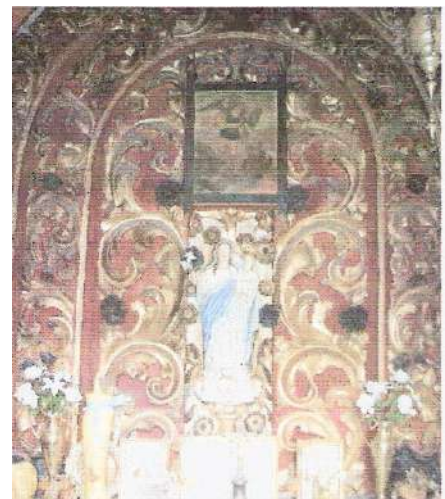
Como podemos ver na imagem que anteriormente foi apresentada, a escada que dá acesso à Capela, é construída em degraus de granito que conduzem as pessoas a um primeiro alpendre coberto por um telhado de quatro águas e com bancos do mesmo material dos degraus colocados a toda a volta.

Interiormente encontra-se um altar de talha dourada em alto-relevo, que possui ao centro um nicho onde está representada a Imagem da Senhora dos Remédios.

Para terminar esta questão da arquitectura religiosa, vamos ainda bordar uma outra Capela, cujo seu nome é Capela do Espírito Santo. Localizada na Rua Visconde de Vila Maior, que hoje é propriedade da Santa Casa da Misericórdia e é datada do século XVIII.

Apresenta uma planta rectangular e a sua

Fig. 99 - Capela da Nossa Senhora dos Remédios



(118) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

Fig. 100 - Capela do Espírito Santo



cobertura reveste-se por um telhado de duas águas.

Na fachada os cunhais apresentam pilastras com capitel dórico estilizado, encimado por gárgulas em forma de bombardas, rematando num frontão triangular encimado por uma cruz. Do lado esquerdo da sua empena possui ainda uma sineira.

O pórtico mostra-se com uma moldura recta decorada por motivos ovais e losangos almofadados. Este é interrompido, terminando com um pináculo de cada lado e outro embutido no seu centro.

Por cima do pórtico está esculpido um escudo nacional coroado e que é ladeado por uma cruz de Cristo á sua direita e por uma esfera armilar á sua esquerda.

Uma das particularidades que esta Capela tem e que não é muito frequente encontrarmos é a colocação de duas pequenas janelas rectangulares situadas por cima do pórtico.

Interiormente a Capela, encontra-se coberta com uma abóbada de berço, possui um altar de talha barroca, com colunas pseudo-salomónicas suportando arcos plenos, tudo decorado com cachos, uvas, flores e figuras de putti.

Do lado esquerdo deste interior podemos ver uma lápide em granito com os estatutos do antigo hospital, fundado pelos morgados de Santo António no século XV, visto ter sido utilizado com este fim (119).

Relativamente à arquitectura civil de Torre de Moncorvo, na qual se pode associar à presença dos solares, destacam-se o Solar dos Pimenteais e o Solar de Santo António.

(119) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

O Solar dos Pimentéis localizado no Largo General Claudino e Rua Manuel Seixas da Vila de Moncorvo, data do século XVIII e é propriedade do Dr. Claudino Pimentel.

O edifício é considerado de estilo barroco, com planta rectangular, dois pisos e cobertura de duas e quatro águas. O corpo principal deste solar possui duas águas furtadas e duas clarabóias que serviam para iluminar o interior do edifício.

Quanto à fachada mostra-se com um embaçamento e pilastra de capitéis toscanos estilizados nos cunhais, rematando-se superiormente por uma cornija.

No que diz respeito ao primeiro piso do solar, apresenta várias portas com molduras superiores e no centro das mesmas tem geralmente um curva com ornatos em forma de concha.

Já relativo às janelas, tanto do primeiro piso como do segundo piso, estas são em forma rectangular com uma decoração superior tal e qual à das portas do primeiro piso e ainda apresentam volutas laterais e aletas com volutas no seu avental.

A fachada posterior que dá acesso a um jardim através de uma escada que se encontra ao nível do segundo piso, possui também várias janelas que se abrem sobre este jardim.

O acesso principal deste solar é feito através da segunda porta a contar do lado direito da fachada principal, levando-nos a um átrio rodeado por uma escadaria em granito, que permite o acesso ao primeiro piso. No primeiro piso é de salientar a sala de música cujo seu tecto encontra-se estucado em

Fig. 101 - Solar dos Pimentéis



Fig. 102 - Solar de Santo António



estrutura octogonal, decorado com motivos dedicados às diferentes estações do ano e a instrumentos musicais. Já o salão que também possui, apresenta um tecto estucado de abóbadas cruzadas e decorado com motivos florais (120).

O Solar de Santo António que integra na sua composição uma capela de mesma evocação, situa-se no largo de Santo António e data do século XVIII, tal como o anterior.

Apresenta uma capela setecentista, integrada no centro do solar que pertence à família Carvalho e Castro. A capela destaca-se do resto do edifício por duas pilastras que se prolongam até à própria cornija. Na fachada encontramos uma porta de vão recto, ladeado por pilastras que terminam em pirâmides boleadas. Entre as pilastras vemos um frontão triangular onde é visível a sua data de 1490 e por cima o brasão correspondente a esta família. Sobre a sua cobertura é de destacar uma sineira que termina com uma cruz.

Interiormente a capela apresenta-se de nave simples com falsa abóbada de berço, constituída por caixotões onde se visualizam pinturas com cenas da vida de Santo António e naturezas mortas. Possui ainda esta capela um lindíssimo retábulo de talha dourada.

Após ter concluído esta análise direccionada com a vertente urbanística e arquitectónica desta Vila, podemos dizer que Torre de Moncorvo tem talento de cidade, dado que é dotado de inúmeros edifícios de valor arquitectónico como podemos observar por exemplo em cada rua, principalmente

(120) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd, sp.

nas que dizem respeito ao núcleo medieval. Outro dos motivos que levam a dizer que a Vila tem talento de cidade deve-se ao facto de não ser só de agora, pois as ruas traçadas nos últimos séculos, as casas, as igrejas, em especial a Igreja Matriz, revelam todo este carácter citadino a que nos referimos.

Fig. 103 - Vista geral de Moncorvo



Conclusão

“A solidez do presente e do futuro de um povo constrói-se com base na preservação da sua história e das suas memórias, feitas de pedaços da vida de homens e mulheres que ao longo da sua existência com notoriedade ou no mais completo anonimato lhe deram força, forma e expressão” (121).

A afinidade com esta zona transmontana falou mais alto no momento em que era necessário escolher o local para a realização deste trabalho de dissertação.

Infelizmente, terras, cidades, vilas e aldeias transmontanas encontram-se cada vez mais esquecidas e desertificadas. O número de habitantes diminui ano após ano como podemos visualizar no desenvolvimento do trabalho, correndo muitas vezes o risco de ficarem somente as pessoas mais idosas.

Lá diz o ditado mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, ao longo dos anos (séculos) a ciência, as técnicas e conseqüentemente a sociedade evolui, criando-se novos hábitos, novos modos de vida que nem sempre são os mais saudáveis. Aqui temos um pulmão que deve continuar intacto mas com vida.

A conclusão decorre de um estudo como o que aqui se apresenta, aponta em diversas direcções, como futuros arquitectos podemos dar um novo rumo de história a este pequeno povo, sem destruir as suas raízes, cultura e características,

(121) Narciso Miranda in Torre de Moncorvo, *Município Tradicional*.

para que este ambiente urbano não fique esquecido, mas que por outro lado, acompanhe o decorrer do tempo.

Para que isso aconteça, haverá a necessidade em accionar mecanismos que assentem no desenvolvimento do concelho, modernizando-o nos sectores agrícola, pecuário e sobretudo no Turismo... Torre de Moncorvo não é um beco sem saída. Se rentabilizarmos ao máximo a sua maior riqueza, o seu petróleo verde utilizando de forma mais inteligente na capacidade biogénica dos solos, temos um lugar mais aprazível de se viver.

O concelho detém recursos e potencialidades passíveis de exploração, rentabilizando-os da melhor forma possível, de forma a constituírem o motor de arranque de uma estratégia de desenvolvimento que induza a uma diminuição de carências sentidas pela humilde população local.

O concelho apresenta recursos, susceptíveis de constituírem potencialidades. Assim, Torre de Moncorvo é uma das áreas de maior extensão da região Transmontana com possibilidades da prática intensiva da agricultura, com boa capacidade de florestação, com um centro de serviços com uma área embora modesta, de influência envolvendo os concelhos limítrofes, com um pólo gerador de alguma atracção turística.

Para que se faça sentir o desenvolvimento desta Vila de Portugal (Torre de Moncorvo), terá de se fazer face a uma série de carências e condicionantes, nomeadamente ao nível das infra-estruturas (abastecimento de água, saneamento,

rede viária e transportes), ao nível de equipamentos mais concretamente escolar, recreativo e desportivo assim como ao nível das acessibilidades. Para isso, haverá que equacionar os diferentes problemas com que o concelho se debate.

Assim, no que toca à agricultura, os processos de trabalho são adaptados por uma população envelhecida, o que faz com que seja um processo lento, incapaz de dar resposta ao que hoje se designa por produção massiva.

Relativamente ao comércio, existe já um esforço para que este não seja controlado por intermediários, embora ainda não haja uma linha de comercialização montada.

Em termos industriais, existem poucas e débeis unidades, que assentam em sectores tradicionais como a construção civil.

Apontados todas as feridas e problemas, importará ainda hierarquizar prioridades de actuação. Assim, de forma a cativar uma maior camada jovem da região, devia haver um incentivo à instalação de indústrias ligadas à transformação de matérias-primas do sector primário.

O apoio à promoção de iniciativas tendentes a uma adequada formação e ocupação dos recursos humanos existentes, o fecho da malha viária, a reestruturação do sector agrícola, o fomento dos ramos da pecuária e silvicultura, a salvaguarda do património natural e cultural, o reforço da subvocação turística e por ultimo o reforço do carácter centralizante da sede, são linhas de acção a ter em consideração como prioritárias no campo da actuação.

Importa agora referir-mos que cabe aos arquitectos e entidades responsáveis pelo desenvolvimento de Torre de Moncorvo uma orientação futura de actuação, visando definir e infra-estruturar as zonas preferenciais de expansão nos lugares sujeitos a maior dinamismo.

Ainda é importante diligenciar a reabilitação de edifícios, delimitar perímetros urbanos, inventariar e classificar o património cultural.

Não pode ainda ser esquecido, mas talvez a responsabilidade seja aqui atribuída aos órgãos da gestão autárquica, de diligenciar no sentido de dotar o município de equipamentos culturais, dinamizar iniciativas que constituam motivo de atracção turística e por ultimo promover iniciativas locais de criação de emprego que facilitem e promovam a fixação da camada jovem da população.

Analizados todos os aspectos, levantados todos os problemas, apontadas novas soluções... não estará na hora de Torre de Moncorvo se mostrar além fronteiras?

Bibliografia

- Associação dos Arquitectos Portugueses, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1º volume, 3ª edição, Lisboa 1988;

- Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Caracterização dos Espaços Urbanos*, sd;

- Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, *Estudos Sumários de Planeamento*, sd;

- CARQUEJA, Maria da Assunção, *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo*, Abril, 2007;

- CULLEN, Gordon, *Paisagem Urbana*, edições 70, nº 1;

- DIAS, Jorge, *Rio de Onor - Comunitarismo Agro - Pastoril*, 3ª edição, 1981;

- DIOGO, Manuel, *Revista Linha de Terra nº2, Um olhar sobre a arquitectura vernácula*, Junho de 2004;

- Enciclopédia Geográfica, *Seleções do Reader's Digest*, Junho, 1989;

- FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo, Município Tradicional*, 2001;

- LINO, Raul, *Casas Portuguesas*, 11ª edição, 1992;
- LLANO, Pedro de, *Arquitectura Popular en Galicia - Razón e Construcción*, 1996;
- LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, edições 70, nº 15;
- MESQUITA, Juan Baéz e Ángel Luís Ramires, *La casa tradicional en las tierras de Alba y Aliste*, Zamora 2000;
- MOUTINHO, Mário, *Arquitectura Popular Portuguesa*, Editorial Estampa, 3ª edição, 1995;
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Publicações Dom Quixote nº 24, 1992;
- PEIXOTO, Rocha, *Etnografia Portuguesa, Casa Portuguesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1992;
- Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, *Levantamento dos Imóveis de Interesse Patrimonial*, sd;
- Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 1993;

- RIBEIRO, Irene, *Raul Lino - pensador nacionalista da arquitectura*, 1994;

- SOUSA, Fernando e Gaspar Martins, *Alto Douro - Douro Superior*, Edições Presença, volume 7, Lisboa, 1988;

- ZEVI, Bruno, *Saber ver a arquitectura*, colecção Artes e Letras/Arcádia, nº1, sd;

Sites e endereços electrónicos:

- “A arquitectura religiosa”
<http://pt.wikipedia.org> (Setembro de 2007)

- “Recenseamento da População”
<http://www.ine.pt> (Setembro de 2007)

- “A igreja Matriz (fotos)”
<http://www.cm-moncorvo.pt>

- “Povoamento”
<http://www.amdourosuperior.pt>

Legenda das Ilustrações

Figuras:

Fig.1 - Mapa de Portugal (localização da Região Demarcada do Douro, <i>Fonte: Posto de Turismo</i>	p. 25
Fig.2 - Mapa do Concelho com as suas Freguesias, <i>Fonte: www.cm-moncorvo.pt/freguesias</i>	p. 26
Fig.3 - Mapa do Concelho com as suas confrontações, <i>Fonte: www.cm-moncorvo.pt/freguesias</i>	p. 26
Fig.4 - Mapa das zonas homogéneas, <i>Fonte: Plano Director Municipal de Torre de Moncorvo</i>	p. 29
Fig.5 - Esboço lito-geológico, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 30
Fig.6 - Perfil do anticlinal (Carviçais e Larinho), <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 30
Fig. 7 - Esboço morfológico, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 31
Fig. 8 - Capacidade de uso do solo, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 31
Fig. 9 - Recursos hídricos de superfície, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 32
Fig. 10 - Recursos hídricos subterrâneos, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 32
Fig. 11 - Esboço dos recursos minerais, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 33
Fig. 12 - Fotografia da paisagem, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 34
Fig. 13 - Fotografia da paisagem, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 34
Fig. 14 - Fotografia da paisagem, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 35
Fig. 15 - Mapa das regiões por altimétricas, <i>Fonte: SOUSA, Fernando, Alto Douro - Douro Superior, 1988, p. 109</i>	p. 35
Fig. 16 - Fotografia de um espinheiro, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 36
Fig. 17 - Fotografia de um castanheiro, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 36
Fig. 18 - Vista parcial da Vilarça, <i>Fonte: CARQUEJA, Maria da Assunção, 2007, p. 19</i>	p. 40
Fig. 19 - Desenho do Castro Baldoeiro por Nelson Rebanha, <i>Fonte: Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo</i>	p. 41
Fig. 20 - Serpente esculpida numa rocha (encantamento de serpentes), <i>Fonte: CARQUEJA, Maria da Assunção, 2007, p. 33</i>	p. 41
Fig. 21 - Planta da derruída Vila de Santa Cruz da Vilarça, <i>Fonte: Posto de Turismo de Torre de Moncorvo</i>	p. 42
Fig. 22 - A Vila de Torre de Moncorvo, <i>Fonte: Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Torre de Moncorvo</i>	p. 43
Fig 23 - O castelo e as suas duas torres, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 44
Fig. 24 - Restos da Muralha, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 45

Fig. 25 - Fotografia do portal situado no lado nascente, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 45
Fig. 26 - Vista sobre o Douro, Fig. 25 - Fotografia do portal situado no lado nascente, <i>Fonte: CARQUEJA, Maria da Assunção, 2007, p. 38</i>	p. 50
Fig. 27 - Sector dominante (agricultura), <i>Fonte: Portugal passo a passo</i>	p. 51
Fig. 28 - Cultura de tempo seco (cereais), <i>Fonte: Portugal passo a passo</i>	p. 52
Fig. 29 - Distribuição das três espécies arbóreas pelo território nacional, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 53
Fig. 30 - Efectivos pecuários, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 54
Fig. 31 - Concessões mineiras, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 54
Fig. 32 - Loteamento industrial de Torre de Moncorvo, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 56
Fig. 33 - Imagem da feira, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 58
Fig. 34 - A feira em geral, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 59
Fig. 35 - Linho Cânhamo, <i>Fonte: Wikipédia.org</i>	p. 60
Fig. 36 - Exemplo de uma feitoria da época, <i>Fonte: Wikipédia.org</i>	p. 62
Fig. 37 - Algumas ferrarias, <i>Fonte: CARQUEJA, Maria da Assunção, 2007, p. 71</i>	p. 63
Fig. 38 - Exemplo do comércio, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 65
Fig. 39 - Paços do Concelho, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 66
Fig. 40 - Exemplo de arquitectura popular portuguesa, <i>Fonte: Portugal passo a passo</i>	p. 69
Fig. 41 - Outra forma de fazer arquitectura nestas zonas, <i>Fonte: Portugal passo a passo</i>	p. 70
Fig. 42 - Exemplo de arquitectura de características populares, <i>Fonte: Portugal passo a passo</i>	p. 71
Fig. 43 - Construção vista como prolongamento da paisagem natural, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 72
Fig. 44 - Exemplo de Casa (relação Homem/Arquitectura), <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 73
Fig. 45 - Tipo de arquitectura que o Homem Artífice materializou, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 74
Fig. 46 - Materiais usados na construção desta arquitectura, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 75
Fig. 47 - Materiais predominantes nas construções (a pedra e sua coloração), <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 76
Fig. 48 - Arquitectura demonstrativa da relação da obra com os materiais do lugar, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 77

Fig. 49 - Tipos de coberturas predominantes e seus revestimentos, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 78
Fig. 50 - Um exemplo de casa como produto imediato da relação do Homem com o meio natural, <i>Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano, Arquitectura Tradicional Portuguesa ,p.136</i>	p. 79
Fig. 51 - A casa como facto de economia agrícola, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 80
Fig. 52 - Um exemplo em Bragança, <i>Fonte: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e Fernando Galhano, Arquitectura Tradicional Portuguesa ,p.142</i>	p. 81
Fig. 53 - Construções do meio rural (casas típicas), <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 82
Fig. 54 - Tipo de arquitectura que se identifica com a região em estudo, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 83
Fig. 55 - Sistema construtivo conhecido por tabique, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 84
Fig. 56 - Construções cujas suas paredes se encontram arredondadas, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 85
Fig. 57 - Primeira cerca de forma circular, <i>Fonte: Esquema do autor</i> ...p.	86
Fig. 58 - Alargamento da cerca para norte, <i>Fonte: Esquema do autor</i> ..p.	86
Fig. 59 - Evolução extra-muros, <i>Fonte: Esquema do autor</i>	p. 87
Fig. 60 - Evolução da estrutura urbana, <i>Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo</i>	p. 88
Fig. 61 - A Vila na época do aparecimento das fábricas, <i>Fonte: Posto de Turismo de Torre de Moncorvo</i>	p. 89
Fig. 62 - O edifício do Paços do Concelho, <i>Fonte: Posto de Turismo de Torre de Moncorvo</i>	p. 90
Fig. 63 - Esquemas de arruamentos, <i>Fonte: LYNCH, Kevin, A imagem da cidade, nº 15, edições 70, p.108</i>	p. 91
Fig. 64 - Esquema de um alinhamento de arruamento, <i>Fonte: LYNCH, Kevin, A imagem da cidade, nº 15, edições 70, p.109</i>	p. 92
Fig. 65 - Outra forma de se provocar arruamentos, <i>Fonte: LYNCH, Kevin, A imagem da cidade, nº 15, edições 70, p.109</i>	p. 93
Fig. 66 - Esquema de arruamentos em Torre de Moncorvo (núcleo medieval), <i>Fonte: Esquema do autor</i>	p. 94
Fig. 67 - Esquema de arruamentos em Torre de Moncorvo (arrabalde), <i>Fonte: Esquema do autor</i>	p. 95
Fig. 68 - Rua Dr. Campos Monteiro, <i>Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo</i>	p. 96
Fig. 69 - Rua 13 de Fevereiro, <i>Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncor- vo</i>	p. 97
Fig. 70 - Rua Tomás Ribeiro, <i>Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncor- vo</i>	p. 98
Fig. 71 - Rua 1º de Dezembro, <i>Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncor- vo</i>	p. 99

Fig. 72 - Rua 5 de Outubro, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 100
Fig. 73 - Rua Visconde Vila Maior, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 101
Fig. 74 - Rua Constantino Reis dos Florais, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 101
Fig. 75 - Rua Prior do Crato, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 102
Fig. 76 - Rua Manuel Seixas, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 102
Fig. 77 - Av. Eng. Duarte Pacheco, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 103
Fig. 78 - Rua Dr. Margarido, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 103
Fig. 79 - Fotografia da Rua Dr. Margarido, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 104
Fig. 80 - Rua Infante D. Henriques, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 104
Fig. 81 - Protótipo da casa do concelho de Torre de Moncorvo, Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 105
Fig. 82 - Mais um exemplo de casa típica de Torre de Moncorvo, Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.....	p. 106
Fig. 83 - Planta da casa típica, Fonte: Esquema do autor.....	p. 107
Fig. 84 - Lareira com chupão, Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 108
Fig. 85 - A cozinha rural, Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 109
Fig. 86 - Exemplo de um louceiro antigo da cozinha, Fonte: DIAS, Jorge, Rio de Onor - Comunitarismo Agro - Pastoril, p.66.....	p. 110
Fig. 87 - Mobiliário da cozinha, Fonte: FERNANDES, Ilda, p.359.....	p. 111
Fig. 88 - Utensílios de iluminação, Fonte: DIAS, Jorge, Rio de Onor - Comunitarismo Agro - Pastoril, p.69.....	p. 112
Fig. 89 - Utensílio de iluminação, Fonte: Internet.....	p. 113
Fig. 90 - Igreja Matriz (vista principal), Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 114
Fig. 91 - Igreja Matriz (vista posterior), Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 115
Fig. 92 - Igreja Matriz (cobertura abóbada polinervada), Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 116
Fig. 93 - Igreja Matriz (altar-mor), Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 117
Fig. 94 - Igreja da Misericórdia, Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 118
Fig. 95 - Capela do Sagrado Coração de Jesus, Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 119
Fig. 96 - Capela do Sagrado Coração de Jesus (altar e fresco), Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 120
Fig. 97 - Capela do Sagrado Coração de Jesus (lambrins e órgão), Fonte: Tirada pelo autor.....	p. 121

Fig. 98 - Capela do Sagrado Coração de Jesus (pia), <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 122
Fig. 99 - Capela de Nossa Sr. ^a dos Remédios, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 123
Fig. 100 - Capela do Espírito Santo, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 124
Fig. 101 - Solar dos Pimenteis, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 125
Fig. 102 - Solar de St. ^o António, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 126
Fig. 103 - Vista geral de Torre de Moncorvo, <i>Fonte: Tirada pelo autor</i>	p. 127

Gráficos:

Gráfico 1- Temperaturas médias mensais, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 27
Gráfico 2 - Temperaturas médias mensais, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 27
Gráfico 3 - Humidade relativa, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 27
Gráfico 4 - Perfil do balanço hídrico de Torre de Moncorvo, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p.28
Gráfico 5 - Evolução da população, <i>Fonte: FERNANDES, Ilda, p.371</i> ...	p. 48
Gráfico 6 - Estabelecimentos e Serviços da Vila, <i>Fonte: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo</i>	p. 64

Quadros:

Quadro 1 - Regime das perturbações atmosféricas, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 28
Quadro 2 - População residente em 1530, <i>Fonte: FERNANDES, Ilda, p.371</i>	p. 46
Quadro 3 - Demografia de Torre de Moncorvo, <i>Fonte: FERNANDES, Ilda, p.371</i>	p. 47
Quadro 4 - Recenseamento da população, <i>Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística, censos de 1960 a 2001</i>	p. 49
Quadro 5 - Produto agrícola bruto, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 53
Quadro 6 - Os vários ramos de actividade, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 55
Quadro 7 - Principais indicadores da actividade económica do concelho, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 55
Quadro 8 - Os vários ramos de actividade, <i>Fonte: Estudos Sumários de Planeamento de Torre de Moncorvo</i>	p. 57